



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**REMO MOREIRA BRITO BASTOS**

**CAPITALISMO E CRISE: O BANCO MUNDIAL E A EDUCAÇÃO COMO  
APARELHO IDEOLÓGICO NA PERIFERIA CAPITALISTA**

**FORTALEZA**

**2014**

REMO MOREIRA BRITO BASTOS

CAPITALISMO E CRISE: O BANCO MUNDIAL E A EDUCAÇÃO COMO  
APARELHO IDEOLÓGICO NA PERIFERIA CAPITALISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Antonia Rozimar Machado e Rocha.

**FORTALEZA**

**2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

---

- B33c Bastos, Remo Moreira Brito.  
Capitalismo e crise: o Banco Mundial e a educação como aparelho ideológico na periferia capitalista / Remo Moreira Brito Bastos. – 2014.  
149 f. , enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2014.  
Área de Concentração: Educação brasileira.  
Orientação: Profa. Dra. Antônia Rozimar Machado e Rocha.
1. Capitalismo. 2. Crise econômica. 3. Capital(Economia). 4. Educação e globalização. 5. Banco Mundial. I. Título.

CDD 306.342

---

REMO MOREIRA BRITO BASTOS

CAPITALISMO E CRISE: O BANCO MUNDIAL E A EDUCAÇÃO COMO APARELHO  
IDEOLOGICO NA PERIFERIA CAPITALISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em: 08 / 12 / 2014.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Antonia Rozimar Machado e Rocha. (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Justino de Sousa Junior  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Epitacio Macário Moura  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

A Deus

Aos mártires da luta contra o capital.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por tudo.

A minha esposa Sonia, e a minha filha Larissa, pela paciência.

A Renato, meu irmão, pelo apoio no momento mais crítico de minha vida, pelo qual serei eternamente grato, e sem o qual este empreendimento não teria sido possível.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rozimar Machado, minha orientadora, pelo apoio e pelo estímulo.

Aos colegas da linha de pesquisa Trabalho e Educação, em especial Iziane, Iara, Raquel e Araújo, pela prazerosa convivência e pela amizade.

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho consiste na elucidação da configuração de poder político e econômico mundial, corporificada institucionalmente nos organismos interestatais, dos quais a presente pesquisa privilegia como foco o Banco Mundial, instituição financeira multilateral que vem impondo aos países periféricos reformas em seus sistemas educacionais, no sentido de dotar o capital de mais uma imensa área de reprodução e de acumulação, em que pese as funestas consequências sociais dessa apropriação de uma esfera de fundamental importância para o funcionamento das sociedades contemporâneas. No que respeita aos procedimentos metodológicos, a presente pesquisa constitui um estudo bibliográfico e documental, estruturado sob o referencial teórico-metodológico marxiano, iniciando, no primeiro capítulo, com uma revisão bibliográfica da categoria crise no modo de produção capitalista à luz de Marx e seus seguidores, com vistas à apreensão dos fundamentos teóricos da dinâmica da crise estrutural do capital. No segundo capítulo é feito o exame do neoliberalismo e da reestruturação produtiva como saída estratégica da crise estrutural do capital e no terceiro é analisada a atuação do Banco Mundial, como instituição multilateral à qual foi concedido o mandato de administrar a crise estrutural do capital, nos marcos do modo de produção vigente, no sentido de instrumentalizar o sistema educacional dos países da periferia capitalista com vistas à atenuação e/ou ao deslocamento das contradições intrínsecas àquele modo de produção, até onde for possível. A conclusão da investigação aponta na direção do imperativo da substituição do Banco Mundial, como instituição responsável pela formulação de políticas educacionais aplicáveis aos países periféricos, por organizações ou instâncias deliberativas e decisórias alternativas, que reflitam a diversidade política, ética e cultural daqueles países e pugnem por seus soberanos interesses, subordinando as injunções mercantis em uma área vital para o desenvolvimento socioeconômico dessas formações sociais.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Crise estrutural. Educação. Banco Mundial. Periferia capitalista.

## **ABSTRACT**

The aim of this work is to elucidate the political and economic world power configuration, institutionally embodied in interstate bodies, of which this research focuses on the World Bank, a multilateral financial institution that has imposed to the peripheral countries reforms in their education systems, in order to provide to capital a huge area of reproduction and accumulation, despite the dire social consequences of the capture of a sphere of fundamental importance for the functioning of contemporary societies. With regard to methodological procedures, this research is a bibliographical and documentary study based on the Marxist theoretical and methodological framework, starting in the first chapter with a literature review of category crisis in the capitalist mode of production in the light of Marx and his followers, meant to capture the theoretical foundations of dynamic structural crisis of capital. The second chapter performs the examination of neoliberalism and productive restructuring and exit strategy of capital's structural crisis and the third analyzes the World Bank 's role as a multilateral institution that was awarded the mandate to manage the structural crisis of capital in milestones of the existing mode of production, as to equip the educational system of the capitalist periphery countries with a view to mitigation and/or displacement of the intrinsic contradictions to that mode of production, as far as possible. The conclusion of the research points towards the imperative of the Bank's replacement, as the institution responsible for formulating educational policies applicable to peripheral countries, for organizations or deliberative and decision-making alternative instances that reflect the political, ethics and cultural diversity found in those countries and strive for sovereign interests, subordinating the market constraints in a vital area for the socioeconomic development of these social formations.

**Keywords:** Capitalism. Structural crisis. Education. World Bank. Capitalist periphery.



## SUMARIO

|       |   |    |
|-------|---|----|
| 1     | <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 9  |
| 2     | <b>A CRISE NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA</b> .....  | 14 |
| 2.1   | <b>A análise marxiana</b> .....   | 14 |
| 2.2   | <b>O estudo das crises capitalistas na tradição marxista</b> .....  | 25 |
| 2.2.1 | <i>Teorias da Desproporcionalidade</i> .....  | 32 |
| 2.2.2 | <i>Teorias do Subconsumo</i> .....  | 33 |
| 2.2.3 | <i>A teoria da crise calcada na lei da tendência de queda da taxa de lucro</i> .....  | 36 |
| 2.2.4 | <i>Tendências de longo prazo na acumulação de capital</i> .....   | 37 |
| 2.2.5 | <i>A Crise Final do Capitalismo</i> .....   | 38 |
| 2.2.6 | <i>Causas da crise</i> .....  | 43 |
| 3     | <b>O NEOLIBERALISMO E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA<br/>COMO SAÍDAS ESTRATÉGICAS DA CRISE ESTRUTURAL DO<br/>CAPITAL</b> .....  | 46 |
| 3.1   | <b>O Neoliberalismo como "fuga para frente" do capital de sua crise<br/>estrutural</b> .....  | 46 |
| 3.1.1 | <i>Caracterização da crise estrutural do capital</i> .....  | 46 |
| 3.1.2 | <i>O esgotamento do regime de acumulação fordista como expressão<br/>fenomênica da crise estrutural do capital</i> .....  | 50 |
| 3.1.3 | <i>O regime de acumulação flexível e a reestruturação produtiva do capital</i> .....  | 57 |
| 3.2   | <b>O neoliberalismo como estratégia de recuperação do poder de classe</b> .....   | 62 |
| 3.2.1 | <i>A ofensiva ideológica da doutrina neoliberal</i> .....   | 67 |
| 3.2.2 | <i>O combate cerrado à organização da classe trabalhadora</i> .....   | 75 |
| 3.2.3 | <i>A parasitária dominância financeira</i> .....  | 80 |
| 3.2.4 | <i>O sistema institucional global de pilhagem dos países periféricos (Banco<br/>Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do<br/>Comercio (OMC))</i> ..... | 86 |
| 4     | <b>O BANCO MUNDIAL E A EDUCAÇÃO COMO APARELHO<br/>IDEOLÓGICO NA PERIFERIA CAPITALISTA</b> .....   | 93 |
| 4.1   | <b>Banco Mundial: atuação e consolidação institucional</b> .....  | 93 |
| 4.2   | <b>O Banco Mundial como instrumento de administração da crise estrutural<br/>do capital</b> .....   | 96 |

|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| 4.2.1     | <i>A intervenção do Banco Mundial no sistema educacional brasileiro.....</i>  | 98  |
| 4.3       | <b>O Banco Mundial e a Educação na periferia capitalista para o século XXI .</b>  | 101 |
| 4.3.1     | <i>Breve histórico das políticas educacionais do Banco Mundial .....</i>  | 103 |
| 4.3.2     | <i>Estratégia 2020 para a Educação do Banco Mundial - Análise crítica .....</i>   | 106 |
| 4.3.2.1   | <i>Como se estrutura o EEBM-2020 .....</i>  | 107 |
| 4.3.2.2   | <i>Dissecando o WBES-2020 .....</i>   | 109 |
| 4.3.2.2.1 | Legitimidade social astuciosamente forjada .....  | 110 |
| 4.3.2.2.2 | “O que funciona”: a institucionalização das condicionalidades programáticas ...   | 111 |
| 4.3.2.2.3 | A circularidade do autoreferencial teórico do Banco Mundial .....   | 111 |
| 4.3.2.2.4 | A Educação capturada pelo mercado .....   | 117 |
| 4.3.3     | <i>O papel institucional do Banco Mundial como articulador da integração dos países periféricos à economia política global .....</i>  | 127 |
| 4.3.4     | <i>Á guisa de conclusão: a inconveniência ética do Banco Mundial como órgão fomentador da Educação na periferia capitalista .....</i> | 130 |
| 5         | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | 135 |
|           | <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | 140 |

## 1 INTRODUÇÃO

Constitui objeto da presente pesquisa a configuração de poder político e econômico global, institucionalizada primordialmente em organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e especialmente o Banco Mundial, que vem impondo aos países periféricos reformas em seus sistemas educacionais, por meio das quais esses são instrumentalizados com vistas a dotar o capital de mais uma imensa área de atuação e de reprodução, em que pese as funestas consequências sociais dessa espúria apropriação de uma esfera de fundamental importância para o funcionamento das sociedades contemporâneas.

Optou-se por delimitar o estudo da atuação daqueles organismos no sentido de colonizar a educação dos países periféricos em um recorte que privilegia a investigação do papel desempenhado pelo Banco Mundial na implementação, naqueles países, das reformas de seus aparelhos estatais com vistas a não somente fomentar o desenvolvimento de um mercado global de serviços educacionais para as corporações dos países centrais que atuam nesse segmento de negócios e prover o capital de mão-de-obra dócil e adestrada, mas, principalmente, utilizar as reformas educacionais que impõe como suporte ideológico funcional à ofensiva neoliberal, no intuito de obter o consentimento social necessário para o exercício da hegemonia por parte da burguesia financeira internacional, fração dominante da classe burguesa na atual quadra histórica do capitalismo mundial.

A pesquisa, tanto na etapa investigativa como na exposição, inicia-se com uma revisão bibliográfica da categoria crise no modo de produção capitalista à luz de Marx e seus seguidores, com vistas à apreensão dos fundamentos teóricos da dinâmica da crise estrutural do capital, a qual desfruta de singular relevo na estruturação do presente estudo, tendo em vista seu caráter determinante na articulação da classe capitalista com vistas a superar os graves óbices que passaram a obstaculizar a adequada reprodução do capital, em todo o seu ciclo, a partir de meados da década de 1960. Na esteira dessa reação, advêm as medidas que conformam a “solução neoliberal”, uma ofensiva avassaladora da burguesia contra a classe trabalhadora dos países centrais, impondo-lhe perdas de conquistas históricas, redução salarial, precarização dos contratos e das condições de trabalho e, principalmente, desemprego estrutural, chave para o incremento da mais-valia e consequente recuperação das taxas de lucro, seriamente comprometidas a partir do período supra mencionado.

O esgotamento do regime de acumulação fordista, expressão fenomênica da referida crise, precipitou a reestruturação produtiva do capital, processo que, segundo alguns

estudiosos, dentre os quais David Harvey (1992), engendra a constituição de um novo regime de acumulação, o qual este autor cunhou de *regime de acumulação flexível*, caracterizado pela flexibilidade dos mercados e dos processos de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Aprofunda-se o reino do efêmero e do fugaz. As altíssimas taxas de inovação comercial, tecnológica e organizacional solapam as bases organizacionais de resistência da classe trabalhadora, que sofre um terrível desmoronamento de sua estrutura representativa de classe: o feroz combate ao sindicalismo constitui inarredável dogma da estratégia de recuperação de poder por parte da burguesia, com o devido suporte de seus ideólogos e dos governos neoliberais.

No entanto, o que caracteriza efetivamente a quadra neoliberal é a liberalização comercial e financeira em escala global, processo que, em verdade, iniciou-se nos anos 1960 com a adoção do mercado de eurodólares, forjado precisamente para escapar do controle monetário da Reserva Federal (FED), o banco central estadunidense, mas que teve impulso considerável a partir do “golpe de 1979”, quando este órgão estadunidense aumentou drasticamente as taxas de juros naquele país. Na sequência, com o acirramento da competição intercapitalista, os países centrais resolveram liberalizar o movimento de capitais e desregulamentar seus sistemas financeiros, deflagrando a gênese do sistema de finança mundializado e internacionalmente interconectado. Instaura-se, então, mais uma fase capitalista de hegemonia da esfera financeira sobre a produtiva (DUMENIL; LEVY, 2011), marcada pela autonomização relativa do capital fictício em relação ao capital industrial, tendo como consequência a hipertrofia do capital especulativo parasitário, que já representa, na contemporaneidade, mais de dez vezes a produção da riqueza real no planeta. A especulação financeira constitui, na verdade, a alternativa-chave de valorização do capital na atual fase de seu sistema sociometabólico, na qual se mostra incapaz de encontrar na esfera produtiva níveis de lucratividade aceitáveis para sua remuneração.

Importa atentar para a natureza ilusória desses “lucros”, caráter que somente se revela nas “crises financeiras”, nos “estouros das bolhas”, os quais não passam de “choques de realidade” que forçam todos os agentes a se curvarem à lei do valor. Não obstante, não se despreze o papel que desempenham essas crises, como álibi para a intervenção dos organismos financeiros internacionais na definição da política econômica dos países subdesenvolvidos, processo no qual as reformas educacionais assumem uma dimensão fundamental para o êxito da subjugação desses países e que, conforme mencionado, se constitui no objeto geral da presente pesquisa, a qual busca apreender os nexos e as relações de dependência econômico-ideológica frente ao grande capital que estruturam os sistemas

educacionais daqueles países, formatando-a conforme a configuração delineada por aquele, de forma a dinamizar e acelerar sua reprodução ampliada, mesmo que em detrimento do atendimento das condições básicas de vida das camadas sociais subalternas dessas sociedades.

Na ótica dos organismos multilaterais do capital, as reformas estruturais e setoriais são consideradas fundamentais para a inserção dos países da periferia do capitalismo nos circuitos mundiais de acumulação de capital, compreendendo a abertura da economia aos fluxos globais de capital e de mercadorias e serviços, a modernização do setor produtivo e do Estado, o qual é manipulado no sentido de priorizar sua atuação no fomento à infra-estrutura produtiva e no manejo das questões sociais, notadamente os programas de “alívio” da pobreza e os destinados à educação, sendo esta considerada pelo Banco Mundial como fundamental para aumentar a capacidade daqueles países de competir com êxito nos mercados internacionais. Com efeito, um desenvolvimento razoável dos países periféricos, dentro dos limites da dependência estrutural aos ditames do capital global, dinamiza o processo de acumulação e reprodução dos capitais oriundos dos centros hegemônicos, os países centrais. A educação desempenha fundamental papel nesse processo, pois potencializa uma maior consistência e aceleração da inserção subordinada da estrutura produtiva nacional aos fluxos globais de acumulação. Conseguem, assim, os imensos conglomerados transnacionais manter e incrementar a extração de mais-valia, tão indispensável à manutenção do próprio sistema como um todo. Atente-se para os imperativos estruturais dessa estratégia, decorrentes da crise estrutural do capital.

Pretende-se mostrar como o Banco Mundial age para dar suporte a esse processo, atuando de modo funcional, como agente orgânico do capital transnacional, impondo as reformas que adequarão as economias dos países dependentes à dinâmica de acumulação referida. Procurar-se-á demonstrar, em análises de documentos daquela Instituição Financeira Internacional, as vinculações econômicas e ideológicas das prescrições das reformas preconizadas àquele retro mencionado processo de acumulação e reprodução de capitais, razão pela qual se compreende a indiferença do Banco Mundial às desastrosas consequências econômicas e sociais da implantação de seus programas de ajustes estruturais naqueles países.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, a presente pesquisa realiza um estudo bibliográfico e documental, estruturado sob o referencial teórico-metodológico marxiano. A opção pelo método dialético deve-se, dentre outros fatores, por sua capacidade de articular a historicidade dos fenômenos, correlacionando-os a um contexto socioeconômico e cultural mais amplo e abrangente do que a sua restrita localização temporal-espacial,

potencializando, assim, maior capacidade de apreensão das contradições existentes nos processos pesquisados.

Como suporte bibliográfico e categorial, destaca-se a obra-prima de Marx, “O Capital”, em seus três livros, e os trabalhos dos economistas Ernest Mandel, Duncan Foley, Pierre Salama e Jacques Valier, notadamente nas questões atinentes à crise no modo de produção capitalista, que perfazem o primeiro capítulo do presente estudo, trabalhando categorias como **crise, mercadoria, acumulação de capital, taxa de lucro, causas da crise, e exército de reserva de mão-de-obra**. Com vistas a empreender a análise da crise estrutural do capital, utilizou-se como referência teórica fundamental o livro “Para Além do Capital”, de Istvam Mészáros, perscrutando categorias como **crise estrutural, “ajuda estranha” e deslocamento de contradições**. No que se refere ao estudo do regime fordista/keynesiano e seu sucedâneo, o regime de acumulação flexível, recorreu-se a David Harvey, com sua obra “A Condição Pós-Moderna”, a Ricardo Antunes, com “Os sentidos do trabalho” e Robert Brenner, com seu artigo “A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão?”, contemplando o exame de categorias como **regime de acumulação, reestruturação produtiva, e toyotismo**. Na análise do neoliberalismo como estratégia de recuperação do poder de classe, fez-se uso de duas obras de Gerard Dumenil e Dominique Levy, “The crisis of neoliberalism” e “Capital resurgent: roots of the neoliberal revolution”, explorando as categorias de **globalização neoliberal, liberalização e desregulamentação de mercadorias e de capitais**. No estudo da ofensiva ideológica da doutrina neoliberal, empregou-se dois modelos teóricos, a saber, o modelo de propaganda, delineado por Noam Chomski e Edward Herman em seu livro “Manufacturing Consent: The Political Economy Of The Mass Media”, que trabalha com o recurso de **filtros**, e o conceito gramsciano de **hegemonia**, desenvolvido em maior profundidade pelo autor italiano em seu “Cadernos do Cárcere”, volume dois; utilizou-se também as obras de David Harvey, “O Neoliberalismo – História e Implicações”, e de Michel Chossudovsky, “A globalização da pobreza” e “The Globalization of Poverty and the New World Order”. Já no tocante ao combate neoliberal à classe trabalhadora, a pesquisa se valeu, além da obra retro mencionada de Ricardo Antunes, de “The Making of Global Capitalism: The Political Economy of American Empire”, de San Gindim e Leo Panitch. Na análise da contemporânea dominância da esfera financeira na economia global, foram utilizadas, além das citadas obras de Dumenil e Levy, Brenner e Marx, o artigo “O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização”, de Reinaldo Carcanholo e Paulo Nakatani e o livro “O Novo Imperialismo”, de David Harvey. Por último, lançou-se mão dos mencionados

trabalhos de Michel Chossudovsky no exame do sistema institucional interestatal montado para subjugar os países periféricos no sentido de estes adotarem políticas econômicas favoráveis aos grandes grupos empresariais transnacionais.

Além da mencionada produção bibliográfica, são analisados e confrontados documentos do Banco Mundial, em especial o relatório de 2011 *Learning for All: Investing in People's Knowledge and Skills to Promote Development - World Bank Group Education Strategy 2020*<sup>1</sup> (WORLD BANK, 2011), de forma a se delinear um quadro analítico suscetível de dar conta, em profundidade, do processo de subsunção da educação pública dos países periféricos à dinâmica de reprodução do capital mundializado.

---

<sup>1</sup> “Aprendizagem para Todos: Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento - Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial - Resumo Executivo”

## 2 A CRISE NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Tendo em vista que a educação e os processos sociais mais abrangentes, que se desenrolam na sociabilidade do capital, estão intimamente conectados, faz-se necessário, com vistas à apropriada apreensão da estruturação e das reais condições de reprodução dos sistemas educacionais existentes nesses complexos sociais, a compreensão da origem e dos fundamentos teóricos e sistêmicos da crise estrutural pela qual passa o modo capitalista de produção, desde meados da década de 1960.

Para a análise que se pretende empreender neste capítulo (composto de duas seções), utilizar-se-á o próprio Marx, procurando apreender o entendimento marxiano sobre as crises a partir da dinâmica do capital esboçada em *O Capital*, já que ele não deixou nenhuma sistematização específica sobre o tema, além de autores marxistas que deram continuidade à sua crítica da economia política, tais como os economistas Ernest Mandel, belga, Duncan Foley, estadunidense, e os franceses Pierre Salama e Jacques Valier.

### 2.1 A análise marxiana

Inicialmente, procurar-se-á proceder a uma caracterização de crise no modo de produção capitalista, a partir do entendimento de Karl Marx.

Tornou-se lugar comum entre os estudiosos do marxismo o entendimento de que Marx não sintetizou uma teoria explícita e sistematizada sobre as crises no modo de produção capitalista, o que representaria uma lacuna em sua obra<sup>2</sup>. A ausência de livros ou mesmo capítulos / seções da lavra do referido autor versando especificamente sobre o assunto ajuda a robustecer tal posição, contribuindo ainda para isso o fato de Marx ter programado um sexto livro de *O Capital* contemplando exatamente a matéria de que se trata.

Não obstante, existe um posicionamento divergente do supra mencionado, com o qual concorda o autor do presente trabalho, que entende que Marx não somente contemplou as crises no seu estudo do modo de produção capitalista, mas também que as mesmas possuem o estatuto de mecanismo constitutivo desse sistema, intercalando as diferentes fases do ciclo econômico (ANTUNES; BENOIT, 2009). Ademais, alguns estudiosos, como Brotas (2012) e Carcanholo (2010), chegam mesmo a salientar o seu papel purgatório e saneador, capaz de restabelecer as condições favoráveis para o retorno do processo de acumulação do capital.

---

<sup>2</sup> Compartilham desse entendimento intelectuais marxistas como Ernest Mandel, Roman Rosdolsky, Paul Sweezy, dentre outros.



Procurar-se-á mostrar como Marx, nos três livros de *O Capital*, analisa e explica a crise no referido modo de produção, salientando seu caráter ineliminável, sua essência e seus elementos constitutivos.

*O Capital*, por se tratar de sua obra-prima, a síntese sistematizada e o coroamento de um árduo trabalho de pesquisa de **pelo menos** quinze anos (de 1851, quando se instala em Londres, exilado, a 1866, quando conclui a redação definitiva do Livro Primeiro) no que o próprio autor denominou como *Crítica da Economia Política*, contém a análise marxiana mais acurada e, pode-se dizer, definitiva, em sua obra, da crise no MCP<sup>3</sup>, distribuída nos três livros que o compõem.

Para Marx, não havia lacuna alguma em *O Capital* no que se refere às crises do MCP, simplesmente porque essas são constitutivas do próprio sistema, desempenhando papel fundamental na alternância dos ciclos de reprodução do capital. Nos três livros que compõem aquela obra, elas estão presentes. De forma pura e abstrata no primeiro e no segundo livro, nos quais o autor delinea o arcabouço teórico do sistema capitalista ainda a partir de pressupostos metodológicos como a ausência de concorrência, unidade de capitais e outros que possibilitem seu estudo. No terceiro livro, de forma mais cabal, agora como síntese das contradições indicadas no plano abstrato nos dois livros anteriores, e já considerando a existência de múltiplos capitais e da concorrência entre estes.

Portanto, há que se compreender o caráter imanente e dialético da categoria crise, em *O Capital*, e não confundi-la com suas manifestações, explicitadas nos ciclos econômicos. Desde o primeiro livro, Marx já delinea claramente as possibilidades de crises, ao apontar as contradições entre trabalho concreto e trabalho abstrato, valor de troca e valor, e produção e realização da mais-valia.

No Livro Primeiro, ao tratar da esfera da produção, na qual tem lugar a produção da mercadoria preta de mais-valia, extraída do trabalho não pago ao seu real produtor, o trabalhador, Marx explora, além das mencionadas no parágrafo anterior, as contradições das determinações existentes no dinheiro e na mercadoria, que têm lugar na circulação simples. Mostra que um produtor, no MCP, não pode escolher entre vender ou não o seu produto, pois este somente tem para ele um valor de uso, a saber, o de ser portador de valor de troca e, assim, meio para aquisição de outro valor de uso que lhe convenha. Aparece aí a primeira possibilidade de crise: se a mercadoria não for vendida, todo o processo de produção é interrompido, como ilustra Marx no trecho abaixo.

---

<sup>3</sup> Doravante, no presente trabalho, este acrônimo substituirá a expressão *modo capitalista de produção*.

[...] **Ninguém pode vender, sem que alguém compre. Mas ninguém é obrigado a comprar imediatamente, apenas por ter vendido.** A circulação rompe com as limitações de tempo, de lugar e individuais, impostas pela troca de produtos, ao dissociar a identidade imediata que, nesta última, une a alienação do produto próprio e a aquisição do alheio, gerando a antítese entre venda e compra. Dizer que esses atos antitéticos, independentes entre si, possuem uma unidade interior equivale a dizer que essa unidade interior transparece através de antíteses externas. **Se essa independência exterior dos dois atos – interiormente dependentes por serem complementares – prossegue se afirmando além de certo ponto, contra ela prevalece, brutalmente, a unidade, por meio de uma crise. A contradição imanente à mercadoria,** que se patenteia na oposição entre valor-de-uso e valor, no trabalho privado, que tem, ao mesmo tempo, de funcionar como trabalho social imediato, no trabalho concreto particular, que, ao mesmo tempo, só vale como trabalho abstrato geral, e que transparece na oposição entre a personificação das coisas e a representação das pessoas por coisas, - **essa contradição imanente atinge formas completas de manifestar-se nas fases opostas da metamorfose das mercadorias. Essas formas implicam a possibilidade, mas apenas a possibilidade das crises. Para a conversão dessa possibilidade em realidade é mister todo um conjunto de condições, que não existem ainda, do ponto de vista da simples circulação das mercadorias.** (MARX, 2011a, p. 140).<sup>4</sup>

Precisamente neste ponto, na possibilidade de a mercadoria não conseguir realizar sua metamorfose em dinheiro, surge, então, a primeira possibilidade de crise no MCP, uma possibilidade ainda formal e abstrata, decorrente da contradição entre o valor de uso e o valor corporificado na mercadoria. Há que se observar que se a troca entre os produtores fosse direta, sem a intermediação do dinheiro, não haveria a necessidade dessa metamorfose da mercadoria e, conseqüentemente, nem a possibilidade de crise. O que engendra essa primeira possibilidade de crise é a necessidade de a mercadoria se desdobrar externamente em mercadoria e dinheiro, e a possibilidade deste se autonomizar diante daquela. Os produtores ficam na dependência dos possuidores de dinheiro, que representa o equivalente universal e forma superior de riqueza, francamente cambiável por qualquer outra mercadoria.

Outra possibilidade de crise reside na eventualidade de insolvência generalizada entre os agentes econômicos, quando o crédito passa a ter papel proeminente nas transações. Nas palavras do próprio Marx,

[...] Com o desenvolvimento da circulação das mercadorias, vão aparecendo as condições em que a alienação da mercadoria separa-se, por um intervalo de tempo, da realização de seu preço. [...] O vendedor torna-se credor, o comprador, devedor. A metamorfose da mercadoria ou o desenvolvimento de sua forma valor assume então novo aspecto, e, em conseqüência, o dinheiro adquire nova função. Ele se torna meio de pagamento. (MARX, 2011a, p. 161-162).  
 Voltemos à esfera da circulação das mercadorias. Cessou o aparecimento simultâneo dos equivalentes, mercadoria e dinheiro, nos dois pólos de processo de venda. O dinheiro passa a exercer duas funções: Primeiro, serve de medida de valor, ao determinar-se o preço da mercadoria. O preço contratualmente fixado mede a obrigação do comprador, ou a soma de dinheiro a pagar em data estabelecida.

<sup>4</sup> A responsabilidade pelos grifos e colchetes, quando não empregados pelo autor original ("autor"), é do autor do presente trabalho.

Segundo, o dinheiro serve de meio ideal de compra. Embora só exista na promessa do comprador, motiva a transferência da mercadoria. O dinheiro só entra realmente em circulação na data do pagamento, quando passa das mãos do comprador para as do vendedor. [...]

O comprador converte dinheiro em mercadoria, antes de ter convertido mercadoria em dinheiro, ou realiza a segunda metamorfose [da mercadoria] antes da primeira. A mercadoria do vendedor circula, mas realiza o preço apenas sob a forma de um direito sobre o dinheiro a receber. É objeto de consumo de outrem antes de converter-se em dinheiro. Só posteriormente sucede a primeira metamorfose. (MARX, 2011a, p. 162-163).

Observe-se que, a partir de então, o dinheiro não mais aparece como um simples meio de circulação, que viabiliza a troca de duas mercadorias, mas como o fim, em si mesmo, da transação. Vender a mercadoria para quitar a dívida passa a ser o objetivo final do processo. Assim, se o vendedor não conseguir vender a mercadoria, não conseguirá quitar sua dívida com o credor. Alastrando-se essa dificuldade entre vários vendedores, instaura-se a crise e a falência não somente desses, mas de outros produtores que aos mesmos estão ligados por negócios firmados e que deles dependem.

O imperativo estrutural do MCP da busca desenfreada de mais-valia relativa constitui outra via de instauração de crise. Como o incremento dessa modalidade de mais-valia leva à diminuição da quantidade de trabalho necessário, decresce necessariamente o valor da força de trabalho, prenunciando uma cisão entre produção e consumo.

O desenvolvimento da produtividade do trabalho na produção capitalista tem por objetivo reduzir a parte do dia de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para ampliar a outra parte durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista. (MARX, 2011a, p. 372).

Na sétima seção do livro em questão, Marx passa a analisar, ainda em elevado grau de abstração (o qual só abandonará no Livro Terceiro), o processo de acumulação de capital, ou seja, o processo de conversão da mais-valia nesse. Não se deve olvidar, retomando o que foi sinalizado no início da presente exposição, que o autor ainda não pode, no primeiro e no segundo livro, desenvolver a análise da crise em sua forma empírica, mais acabada, simplesmente porque isto impediria a construção do modelo teórico que tenta explicá-la, com todos os seus determinantes. É como se Marx estivesse em um laboratório, tendo que trabalhar com elementos em estado puro e isolados dos efeitos desestabilizadores presentes no ambiente real, que dificultariam a observação das características e das relações entre aqueles.

Dado que o capitalista acumula capital pela conversão de sua renda nesse, diminuindo assim a participação relativa do consumo em relação à produção social (o que, como já aludido anteriormente, também acontece com a classe trabalhadora, todavia por

razões opostas, ou seja, por aquela ter sua capacidade de consumo premida pelos determinantes do capital), põe-se aí nova possibilidade de crise, ao se separarem violentamente produção e consumo de riqueza. Com uma composição orgânica cada vez maior, maior também será progressivamente sua **escala**, ao passo que a capacidade de absorção da produção por parte da classe trabalhadora tende a decrescer relativamente. Ilustra Marx:

Outro importante fator para a acumulação é o grau de produtividade do trabalho social. Com a produtividade do trabalho, aumenta a **quantidade produzida** em que se corporifica determinado valor e, portanto, dada **magnitude de mais-valia**. Não se alterando a taxa da mais-valia e mesmo diminuindo, desde que sua queda seja menos veloz que a ascensão da produtividade do trabalho, aumenta a quantidade de produto excedente. Não se alterando a proporção em que este se divide em renda e capital adicional, pode então o consumo do capitalista aumentar sem decréscimo do fundo de acumulação. A magnitude proporcional do fundo de acumulação pode [até mesmo] aumentar à custa do fundo de consumo, enquanto o barateamento das mercadorias põe à disposição do capitalista a mesma quantidade anterior, ou maior, de meios de fruição. Mas, conforme já vimos, **juntamente com a produtividade crescente do trabalho ocorrem o barateamento do trabalhador e, em consequência, uma taxa crescente de mais-valia, mesmo quando se eleva o salário real. E este nunca sobe na mesma proporção da produtividade do trabalho.** (MARX, 2011b, p. 703).

Na segunda seção do capítulo XXIII, Marx trata, dentre outros aspectos da acumulação de capital, de sua **concentração** e da **centralização** de pulverizados capitais individuais menores nas mãos de poucos gigantescos grupos capitalistas. Explica o autor que a concentração nada mais é do que o aprofundamento do processo de acumulação de um capital individual em termos de escala e magnitude de meios de produção, com seu crescente incremento da composição orgânica<sup>5</sup>, tornando-se cada vez maior a sua parte constante em relação à variável<sup>6</sup>. Ver-se-á, na sequência da exposição, que esses dois processos levam ao crescimento exponencial do exército de reserva de mão-de-obra, fator potencializador de crises quando esse aumento explode em proporções que impedem a adequada realização da mais-valia produzida.

<sup>5</sup> A composição orgânica do capital é dada pela relação entre capital constante e capital variável (v. nota abaixo). Diz-se que é alta quando a proporção empregada do primeiro é maior em relação à do segundo.

<sup>6</sup> Com relação à parte constante e à variável do capital, ensina Marx: "A parte do capital, portanto, que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, materiais acessórios e meios de trabalho não muda a magnitude de seu valor no processo de produção. Chamo-a, por isso, parte constante do capital, ou simplesmente capital constante. A parte do capital convertida em força de trabalho, ao contrário, muda de valor no processo. Reproduz o próprio equivalente e, além disso, proporciona um excedente, a mais-valia, que pode variar, ser maior ou menor. Essa parte do capital transforma-se continuamente de magnitude constante em magnitude variável. Por isso, chamo-a parte variável do capital, ou simplesmente capital variável." (MARX, 2011a, p. 244).

Já a centralização reflete a força de atração que os capitais maiores exercem sobre os menores, suprimindo a autonomia desses, consubstanciando o que Marx (2011b, p. 729) denomina de

[...] expropriação do capitalista pelo capitalista, transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. Esse processo se distingue do anterior porque pressupõe apenas alteração na repartição dos capitais que já existem e estão funcionando; seu campo de ação não está, portanto, limitado pelo acréscimo absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. **Esta é a centralização propriamente dita, que não se confunde com a acumulação e a concentração.**

Como consequência, além da ruína dos pequenos capitalistas, a combinação dos processos de concentração e centralização de capital lança massas inteiras de trabalhadores no exército industrial de reserva de mão-de-obra, derrubando drasticamente a demanda de produtos e aumentando mais ainda o fosso entre a produção e o consumo social, suscitando, assim, mais uma possibilidade de crise no sistema.

Perceba-se, não obstante, o caráter funcional dessa superpopulação de reserva de mão-de-obra para o capital. Além de a mesma servir de manancial de força produtiva ao qual pode aquele recorrer nas fases de expansão da produção, conforme salienta o próprio Marx<sup>7</sup>, atua ainda essa massa de desempregados na regulação do preço da mão-de-obra, pressionando o valor dos salários para baixo, penalizando tanto os trabalhadores empregados como os desempregados.

Fechando o Livro Primeiro, com o famoso capítulo XXIV – *A assim chamada acumulação originária*, Marx traz a síntese definitiva e concomitante princípio fundamental de todas as contradições que o capital engendra, muitas das quais abordadas no presente capítulo, e as demais distribuídas nos três volumes de *O Capital* e em outros escritos daquele autor.

Com a análise da acumulação originária, desvela-se o princípio que fundamenta todas as contradições do capital, desde as mais simples às mais complexas: **a separação do trabalhador frente aos meios de produção**. Sem esta, não existe MCP, e ao mesmo tempo **todas as crises que a acumulação de capital engendra decorrem, em última instância, dessa fundamental expropriação**. A própria acumulação de capital tem como pressuposto absolutamente *sine-qua-non*, essa separação.

---

<sup>7</sup> “Não basta à produção capitalista a quantidade de força de trabalho disponível, fornecida pelo incremento natural da população. Para funcionar à sua vontade, precisa ela de um exército industrial de reserva que não dependa desse limite natural.” (MARX, 2011b, p. 738).

A irreconciliável oposição entre capital e trabalho mina, desde o nascedouro do MCP, seu harmônico funcionamento, e se reflete nas violentas batalhas travadas na luta de classes, nesses dois séculos e meio de antagonismo entre as duas classes fundamentais desse modo de produção.

Ao negar, através da concorrência e dos grandes monopólios, a propriedade, não somente aos trabalhadores mais até mesmo aos membros mais débeis de sua própria classe, o capital, de acordo com Marx, chega finalmente ao ápice de seu processo de exacerbação de contradições – a negação da negação – sua derrocada final, pelos expropriados, e a vitória da revolução operária.

Soa a hora final da propriedade particular capitalista. Os expropriados são expropriados. O modo capitalista de apropriar-se dos bens, decorrente do modo capitalista de produção, ou seja, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, baseada no trabalho próprio. Mas a produção capitalista gera sua própria negação, com a fatalidade de um processo natural. É a negação da negação. Esta segunda negação não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual tendo por fundamento a conquista da era capitalista: a cooperação e a posse comum do solo e dos meios de produção gerados pelo próprio trabalho. A transformação da propriedade particular esparsa, baseada no trabalho próprio dos indivíduos, em propriedade privada capitalista constitui, naturalmente, um processo muito mais longo, mais duro e mais difícil que a transformação em propriedade social da propriedade capitalista que efetivamente já se baseia sobre um modo coletivo de produção. Antes, houve a expropriação da massa do povo por poucos usurpadores, hoje, trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo. (MARX, 2011b, p. 877).

Se no Livro Primeiro Marx focou no processo de produção da mais-valia, no segundo se dedicará a analisar as contradições do processo de circulação e realização daquela. Isto será empreendido ainda nas mesmas condições de abstração com as quais o autor trabalha no livro anterior, muito embora agora com um ponto de partida mais determinado, pois parte da circulação do valor já como produto do capital e não de uma abstrata circulação simples de mercadorias, como o fazia no Livro Primeiro. Desta forma, defrontam-se agora no mercado trabalhadores, vendendo sua força de trabalho, e capitalistas, comprando-a, já com a mais-valia realizada, e não meros compradores e vendedores de mercadorias em geral.

Das três Partes que compõem o Segundo Livro, a primeira trata do processo de valorização do capital (ainda individual), desdobrando-o nas três formas funcionais de *capital-dinheiro*, *capital produtivo* e *capital-mercadoria*, através das quais o capital flui continuamente, perpassando suas metamorfoses e seus respectivos ciclos, respectivamente correspondentes a cada forma.

Na interrupção do fluxo de capital supra vislumbra-se mais uma possibilidade de crise, ou seja, na ocorrência de uma forma funcional não conseguir se converter na seguinte,

com regularidade e tempos esperados, irrompem as condições propícias para a deflagração da crise. Em outras palavras, se o capital-dinheiro não conseguir converter-se em mercadoria, sob a forma de força de trabalho e meios de produção; se estes não se converterem em mercadoria preta de mais-valia, e se esta, por sua vez, não conseguir realizar o seu valor (e mais valor), através da venda; tudo isso no tempo médio esperado. Qualquer uma dessas ocorrências (ou melhor, não-ocorrências) coloca em risco a circulação do capital, bloqueando-a e impedindo sua imprescindível acumulação.

No entanto, é no Livro Terceiro que Marx analisa o capital enquanto pluralidade de capitais individuais, concorrentes entre si e com interesses divergentes e contraditórios, os quais constituem fatores potenciais de crises.

Nesse Livro, as possibilidades de crises como expressão das contradições abstratas mais simples do capital, tais como valor e valor de uso, trabalho concreto e trabalho abstrato, mercadoria e dinheiro, equacionadas tão somente com finalidade metodológica nos dois primeiros livros, com vistas a uma exposição inteligível, serão definitivamente reveladas como insolúveis, nos marcos do MCP, e tendentes a explodir em crises inexoráveis, nos momentos mais dramáticos desse modo de produção.

Precisamente na Parte Terceira do livro, Marx trata daquela que se constituiria na principal lei econômica tendencial do movimento do capital, “sem dúvida a lei mais importante da economia política”<sup>8</sup>, como ele próprio afirmou nos *Grundrisse*, a *lei da queda tendencial da taxa de lucro*, cuja essência consiste, basicamente, no seguinte.

Todo capitalista, premido pela concorrência, precisa perseguir sempre ganhos de produtividade na produção, de forma a conseguir produzir mercadorias com o menor tempo de trabalho necessário possível, de forma a reduzir seus custos e conseguir vendê-las com preço menor do que seus concorrentes. Um capitalista que, na tentativa de superar aqueles rivais, conseguir desenvolver uma tecnologia inovadora a qual lhe permita produzir determinada mercadoria com uma produtividade inédita, portanto em um tempo de trabalho bem menor do que o amplamente praticado no mercado - o qual Marx designa *tempo de trabalho socialmente necessário* - conseguirá, ao baixar o valor da mercadoria que produz, com o uso da nova tecnologia, e vendê-la pelo preço de mercado praticado quando ainda vige a antiga tecnologia, ou até mesmo um pouco a menos, abocanhar, assim, uma mais-valia adicional.

---

<sup>8</sup> “[...] Em todos os sentidos, essa é a lei mais importante da economia política moderna e a mais essencial para compreender as relações mais complicadas.” (MARX, 2011, p. 626).

O capitalista, que emprega métodos melhores de produção, mas ainda não generalizados, vende abaixo do preço de mercado, mas acima de seu preço individual de produção; assim, eleva-se para ele a taxa de lucro, até que a concorrência desfaz essa vantagem [...]. (MARX, 2008a, p. 304).<sup>9</sup>

Todavia, como mostrou Marx na citação supra, a supremacia tecnológica do capitalista inovador não perdura indefinidamente e, logo, a concorrência tem acesso à então inovadora tecnologia, generalizando-a no mercado e fazendo cair para todos os capitalistas o valor da mercadoria e, por conseguinte, seu preço de mercado e, assim, a taxa média de lucro.

Observe-se que **o que parecia salutar e lógico para cada capitalista individual** (buscar inovações tecnológicas que melhorem a produtividade, incrementando assim a extração de mais-valia), **resultou danoso para a classe capitalista como um todo** (a queda da taxa média de lucro). Contudo, atente-se para a fórmula de lucro:

$$l' = m / c + v$$

na qual *m* representa a massa de mais-valia, *c* o capital constante e *v* o capital variável. Fica claro, ao se visualizar a fórmula, que qualquer elevação em *c* diminui o valor de *l'* (taxa de lucro). Ora, pressionado pelas inexpugnáveis leis da concorrência, o capitalista tem que buscar constantemente aprimoramentos tecnológicos em sua produção, o que constitui necessariamente o aumento da magnitude de seu capital constante. Não obstante, não se olvide que dos elementos do capital, o único que cria valor e mais-valor, através da força de trabalho, é o capital variável, o qual, em decorrência da incidência da referida lei, diminui cada vez mais sua participação relativa no capital total (*c + v*).

Marx, logo no primeiro parágrafo do capítulo XIII, que abre a Parte Terceira do Livro Terceiro, utiliza-se do recurso expositivo de uma hipotética série de equações, na qual demonstra que, com o progressivo decréscimo do capital variável em relação ao constante, a uma taxa de mais-valia constante, esta se expressa em uma taxa de lucro em queda:

Dados o salário e a jornada de trabalho, um capital variável, digamos, de 100 representa determinado número de trabalhadores mobilizados; é o índice desse número. Seja de 100 libras esterlinas o salário de 100 trabalhadores, por uma semana. Se a quantidade de trabalho necessário executada por esses 100 trabalhadores é igual à de trabalho excedente, se, da jornada, a parte destinada a eles, a reproduzir o salário, é igual à destinada ao capitalista, a gerar a mais-valia,

---

<sup>9</sup> Ao introduzir uma nova técnica, mais produtiva, enquanto seus concorrentes não o fazem, o capitalista inovador conseguirá produzir bens que têm a mesma soma de trabalho socialmente necessário que antes, porém com menos gasto de trabalho **real**, produzindo assim bens de menor valor e, conseqüentemente, menor custo de produção.



produzirão eles o valor global de 200 libras esterlinas, e a mais-valia será de 100 libras esterlinas. Então, seria a taxa da mais-valia = 100%. Entretanto, essa taxa da mais-valia se expressaria, conforme já vimos, em taxas de lucro bem diversas, segundo o tamanho diverso do capital constante  $c$  e, por conseguinte, do capital global  $C$ , pois é a taxa de lucro =  $C$ . Na base de uma taxa de mais-valia de 100%, temos: Para  $c = 50$  e  $v = 100$ ,  $l' = 100/150 = 66,67\%$ <sup>10</sup>; Para  $c = 100$  e  $v = 100$ ,  $l' = 100/200 = 50\%$ ; Para  $c = 200$  e  $v = 100$ ,  $l' = 100/300 = 33,33\%$ ; Para  $c = 300$  e  $v = 100$ ,  $l' = 100/400 = 25\%$  e Para  $c = 400$  e  $v = 100$ ,  $l' = 100/500 = 20\%$ . (MARX, 2008a, p. 281).

Observa ainda aquele autor que como tal tendência se manifesta não apenas em um setor isolado da economia, mas, se não em todos, pelo menos nos principais, constitui, assim, apenas outra maneira de se expressar o desenvolvimento progressivo da produtividade social do trabalho, elevando continuamente, dessa forma, a composição orgânica média do capital global de uma dada sociedade, levando, assim, a uma tendência gradual e constante de queda da taxa de lucro geral.

Desmascara-se aqui mais uma “lei” apologeticamente disseminada pela economia burguesa, a de que incrementos de produtividade do trabalho sempre geram aumento dos lucros e, com isso, progresso social, pois, “[...] a taxa de lucro cai não por tornar-se o trabalho mais improdutivo, mas por tornar-se mais produtivo.” (MARX, 2008a, p. 316).

Marx comprova ainda, matematicamente, na série abaixo, que a taxa de lucro pode cair mesmo com maior extração de mais-valia absoluta.

- I.  $4c + 2v + 2m$  ;  $C = 6$ ,  $l' = 33,33\%$
- II.  $15c + 3v + 3m$  ;  $C = 18$ ,  $l' = 16,66\%$  (MARX, 2008a, p. 288)

Perceba-se que mesmo com o aumento de 50% (de 2 para 3) da extração de massa de mais-valia dos trabalhadores e do número de trabalhadores empregados, na mesma proporção, houve queda na taxa de lucro, no caso de 50% (de 33,33% para 16,66%). Atente-se também que a taxa de mais-valia, ou taxa de exploração do trabalho, é mantida constante, nas duas séries hipotéticas.<sup>11</sup>

<sup>10</sup>Tendo em conta o uso majoritário, hodiernamente no Brasil, do formato percentual de expressão de proporções, em contraposição ao formato expresso em fração, predominante em outros países e/ou épocas, opta-se, neste trabalho, por aquele, fazendo-se as devidas adaptações ao texto original de Marx.

<sup>11</sup>O inconveniente (para o capital) paradoxo de uma queda da taxa de lucro mesmo com a elevação da produção da massa de mais valia explica-se pela insuperável contradição encontrada na base do MCP: a contradição entre a vital necessidade que o capital tem de trabalho vivo, despendido pelo trabalhador, o único que cria valor e mais-valor e o imperativo de sua diminuição (relativa ou absoluta) no processo de acumulação de capital, substituindo trabalho vivo por trabalho morto (capital variável por constante). Os rebatimentos dessa problemática na reestruturação produtiva do capital serão abordados no segundo capítulo da presente pesquisa.

É possível perceber também, ao se observar a manifestação fenomênica da lei da queda tendencial da taxa de lucro, o caráter contraditório da acumulação de capital, no fato de a referida lei indicar graves riscos ao funcionamento do MCP, sinalizando inclusive o próprio colapso do sistema e, ao mesmo tempo, o mecanismo que estimula os capitalistas individuais a perseguir avidamente a recuperação de suas antigas massas de mais valia, gerando um vertiginoso crescimento no processo de acumulação de capital, ainda que apenas até certo limite, conduzir à indesejável baixa da taxa média de lucro social.

Cabe fazer, não obstante, duas relevantes ressalvas. Primeiro, reafirmar o caráter tendencial, e não fatalista, da lei, insistentemente salientado por Marx em vários trechos de sua obra magna, a começar pela própria designação que deu à mesma, salientando esse caráter, inclusive no título da Parte Terceira do Livro Terceiro<sup>12</sup>. Nesse sentido, um dos capítulos dessa parte, o décimo quarto, trata exatamente dos fatores que representam contra-tendências ao cumprimento férreo da lei, às quais o capital se aferra obstinadamente para reverter a tendência de queda da taxa de lucro. Dentre alguns, pode-se citar o aumento do grau de exploração do trabalho (taxa de mais-valia), a redução dos salários abaixo de seu valor, a baixa de preço dos elementos do capital constante, a “superpopulação relativa” (o exército de reserva de mão-de-obra permite iniciar novos negócios com menor composição orgânica de capital, elevando assim a taxa média de lucro), e o comércio exterior (acesso a matérias primas e alimentos mais baratos, provenientes de países periféricos, de economia primária, barateando assim o capital constante e o aumentando a taxa de mais-valia).

Segundo, observar que a lei da queda tendencial da taxa de lucro constitui apenas mais uma, ainda que a mais emblemática, das manifestações das contradições do MCP, tendo as crises como suas manifestações mais privilegiadas. Distintamente do que sustentam alguns estudiosos do marxismo, cujos estudos das crises capitalistas serão abordados a seguir, Marx, em seu peculiar método dialético de investigação e exposição, nunca considerou a referida lei *causa* da crise, até por não contemplar em seu método, de forma mecânica, as categorias de causa e efeito. Da leitura imanente dos três livros de *O Capital* depreende-se que as crises do MCP não emanam de causa alguma em particular (ou mesmo em conjunto), mas da própria constituição necessariamente contraditória e auto-destruidora do capital (ANTUNES; BENOIT, 2009).

---

<sup>12</sup>"Lei: **tendência** a cair da taxa de lucro." (MARX, 2008a, p. 277).

A seguir, procurar-se-á trazer para o presente estudo a contribuição da tradição marxista ao estudo das crises no MCP, por meio de uma revisão acerca da literatura sobre o tema.

## 2.2 O estudo das crises capitalistas na tradição marxista

A determinação causal tem prevalecido como tônica dominante nos estudos sobre as crises capitalistas, desenvolvidos entre os intelectuais marxistas, desde o final do século XIX. Nesse sentido, alguns privilegiam uma causa determinante para a irrupção das crises, sendo, por isso, classificados de *monocausais*; outros sinalizam que aquelas se devem a uma conjunção de causas conexas e interligadas, enquadrando-se assim entre os *pluricausais*.

Levando-se em conta as limitações de um trabalho dessa natureza, concentrar-se-á o escopo da revisão da literatura sobre as crises no seio da tradição marxista em quatro autores (dos quais, dois escrevendo juntos), a saber, os economistas Ernest Mandel, belga, Dunkan Foley, estadunidense, e Pierre Salama e Jacques Valier, franceses. Buscou-se, ao se optar por esses autores, contemplar uma gama maior de distintas abordagens, bem como valer-se do caráter panorâmico da abordagem dos três últimos, que sintetizam, em seus textos aqui considerados, os principais aspectos que se pretendia cobrir no presente tópico.

De Ernest Mandel, será analisado, a seguir, o capítulo XXV de sua obra *A crise do capital – os fatos e sua interpretação marxista* (MANDEL, 1990).

O economista belga inicia o capítulo lamentando as explicações monocausais das crises periódicas de superprodução no capitalismo, por parte da teoria marxista, e apontando as duas grandes escolas que se confrontam nessa discussão: "a que explica as crises pelo subconsumo das massas (a superprodução de bens de consumo) e a que as explica pela superacumulação (insuficiência de lucros para expandir os bens de capital)". (MANDEL, 1990, p. 209), observando que "Tal discussão não é mais do que uma variante do velho debate entre os partidários de que as crises ocorrem pela "insuficiência da demanda global" e os de que ocorrem pela "desproporcionalidade"." (MANDEL, 1990, p. 209).

Para ele, ambas cometem o erro de separar arbitrariamente o que está organicamente conectado, no coração do MCP, a saber, as condições de exploração, que têm lugar na produção, das suas condições de realização, que ocorrem na esfera da circulação. Ilustra, com uma passagem do Livro Terceiro de *O Capital*, a ênfase que Marx dava à "necessidade de se ligarem os problemas resultantes da queda da taxa de lucro àqueles da realização da mais-valia para explicar o fenômeno das crises periódicas": "As condições de

exploração imediata e as de sua realização não são idênticas. As primeiras apenas são limitadas pela força produtiva da sociedade; as outras, pela desproporcionalidade dos diferentes ramos da produção e pela capacidade de consumo da sociedade."<sup>13</sup> (MANDEL, 1990, p. 209).

Logo após chamar atenção para a natureza da mercadoria, de ser ao mesmo tempo fruto de trabalho privado e trabalho social, e de ter este reconhecido somente quando de sua efetiva venda, ou seja, sua troca por dinheiro, lembra que a produção da mais-valia, na esfera da produção, não gera automaticamente sua realização. Indica que aí, portanto, nesse desdobramento entre a mercadoria, já prenhe de mais-valia, e o dinheiro, sua forma realizada, surge a possibilidade primeira das crises de superprodução.

Na sequência, ao se questionar "quais as causas das crises econômicas capitalistas?" (MANDEL, 1990, p. 210), Mandel relaciona as quatro causas que teriam predominado como principais, na tradição marxista, a saber: 1) a super-acumulação de capitais, 2) o subconsumo das massas, 3) a anarquia na produção e a "desproporcionalidade entre os diferentes ramos da produção" e 4) a queda na taxa de lucro. Note-se como ele as entende, nessa obra.

- *A super-acumulação de capitais*: Apesar de considerá-la uma das possíveis causas, adverte que não se deve vinculá-la mecanicamente a salários elevados, os quais inibiriam o investimento capitalista e os lucros. Lembra que a super-acumulação de capitais é sempre acompanhada de superprodução de mercadorias, as quais um nível baixo de salários não consegue absorver. Cita também que Marx zombou - em *Teorias da Mais Valia* - dos que admitiam a superprodução de capitais mas negavam a superprodução de mercadorias (MANDEL, 1990, p. 210).
- *O subconsumo das massas*: Na mesma linha da causa anterior, alerta para a versão vulgar que preconiza o aumento dos salários como sua solução, pois aos capitalistas não interessa a venda em si, ou seja, a venda pela venda, mas a venda apenas como um meio para obter o lucro suficiente (MANDEL, 1990, p. 210-211).
- *A anarquia na produção e a "desproporcionalidade entre os diferentes ramos da produção"*: ele leva em consideração essa causa da crise, mas desde que não se tente fornecer uma versão "harmonicista", segunda a qual bastaria que "um cartel geral regulasse a produção de todos os setores, para que as crises desaparecessem". Não nos esqueçamos, adverte, de que no modo de produção

---

<sup>13</sup>Marx (2008a), p. 322. Optou-se por referenciar a edição brasileira, e não a alemã, indicado por Mandel.

capitalista, a desproporção entre a produção e o consumo dos "consumidores finais" é constitutiva do próprio sistema (MANDEL, 1990, p. 211).

- *A queda na taxa de lucro.* Aqui também ele distingue uma análise mais acurada dessa causa de versões mais mecanicistas da mesma, que agem de forma causal linear do tipo: "queda na taxa de lucro/redução dos investimentos/redução do emprego/redução das rendas/crise de superprodução". Até porque geralmente ocorre um crescimento, e não uma redução de investimentos, às vésperas do *crash*, além de aumento e não redução de salários. Mandel salienta que para se compreender o encadeamento entre a queda da taxa de lucro, a crise de superprodução e o desencadeamento da crise, deve-se distinguir os fenômenos de aparecimento da crise de seus detonadores. Sustenta, também, que toda crise econômica capitalista é sempre uma crise de superprodução de mercadorias, ou seja, que se produz tantas mercadorias que não há poder de compra disponível para adquiri-las a um preço que forneça a seus proprietários o lucro médio esperado (MANDEL, 1990).

Uma de suas principais preocupações é a de distinguir o *detonador* da *causa* da crise. Explica que aquele apenas precipita a crise, que já contém todos os seus determinantes em ação, esperando apenas o momento da efetiva deflagração. Nas palavras de Mandel, (1990, p. 212):

Para que ele [o detonador] possa desencadeá-la [a crise], é necessário que coincida toda uma série de precondições que não decorrem em medida alguma da influência autônoma do detonador. [...] A função objetiva da crise é a de constituir o mecanismo através do qual se impõe a lei do valor, apesar da concorrência (ou através da ação dos monopólios!) capitalista.

Observa o autor que no início de cada ciclo industrial, há racionalização, intensidade crescente do trabalho, progresso técnico acentuado, e a alta produtividade baixa o valor das mercadorias. O que os capitalistas tentarão, a todo custo, é manter os preços antigos dessas mercadorias, vigentes antes da elevação da produtividade, de forma a auferir superlucros. Todavia, a superprodução gera a baixa dos preços, e impõe os novos valores das mercadorias que resultam do aumento de produtividade, provocando uma perda de lucros e uma excessiva desvalorização de capitais. (Corroborando com a explicação marxiana da lei da queda tendencial da taxa de lucro).

Deixando claro que a crise é uma manifestação da queda da taxa de lucro, ao mesmo tempo em que revela a superprodução de mercadorias, Mandel tenta estabelecer um encadeamento causal mais preciso da crise:

A partir de certo momento de retomada ou conjuntura de crescimento, há um aumento inevitável da composição orgânica do capital, em decorrência de um aumento técnico, que no regime capitalista, jamais é “neutro”, mas essencialmente poupador de trabalho [...] e da ampliação dos investimentos que se desenvolvem numa conjuntura favorável. (MANDEL, 1990, p. 213-214).

Essa é a fase de “lua-de-mel”, como a designa Mandel, com taxas de lucro e mais-valia elevadas, baixa relativa dos preços de matérias primas e de investimento crescente de capitais nos setores ou nos países de baixa composição orgânica de capital. Todavia, a lógica dessa expansão mina as condições dessa “lua-de-mel”, pois quanto mais se acelera a expansão, mais diminui o exército industrial de reserva, dificultando o aumento da taxa de mais valia; quanto mais longo o período de expansão, mais difícil fica manter-se a baixa relativa dos preços das matérias primas, tendo em vista as condições de produção menos elásticas nesse setor e quanto mais longa e profunda a expansão, mais raros se tornam os países de composição orgânica de capital estruturalmente mais baixas do que nos setores essenciais dos países industrializados dirigentes.

Quando o conjunto dessas tendências se concretiza, potencializa a tendência da queda da taxa de lucros. O problema é que nem a produção nem os preços se adaptam automaticamente a essas condições deterioradas de valorização do capital, o que poderia “mitigar” o ciclo e evitar o *crash*.

A queda da taxa média de lucros significa simplesmente que, *com relação ao conjunto do capital social*, a mais-valia total produzida não foi mais suficiente para produzir a antiga taxa média de lucros. Isso não quer dizer que as principais empresas industriais tenham diminuído, individualmente, suas taxas de lucro. Manifesta-se, inicialmente, da seguinte forma: uma fração do capital acumulado recentemente não pode mais ser investida produtivamente nas condições de rentabilidade normais esperadas, e é então desviada para atividades especulativas, permanecendo a fração de período de acumulação mais antigo investida ainda sob melhores condições de rentabilidade.

Contudo, a massa de investimentos não diminui imediatamente, pode até aumentar; e o emprego e a massa salarial também estão em níveis elevados. Todavia, os investimentos, o emprego e a produtividade não crescem mais em proporção suficiente para

sustentar por si próprios a expansão, que prossegue “de forma artificial”, sem levar em consideração os fundamentos reais da economia.

Essa alteração da conjuntura, geralmente encoberta pelo prosseguimento do *boom*, coincide com dois fenômenos que minam mais ainda seus alicerces. Primeiro, por um lado, a queda da taxa média de lucros desencadeia, prosseguindo a expansão e aprofundando-se a especulação, o recurso cada vez maior ao crédito, endividando, assim, as empresas mais ainda. Os encargos financeiros desses empréstimos reduzem drasticamente o lucro das empresas. Atente-se que essa expansão acelerada do crédito é praticamente inevitável, visto que os bancos procurarão ao máximo evitar falências em cadeia, o que seria trágico para eles. Dessa forma, passa-se do *boom* ao superaquecimento, que esconde ainda mais, naquele momento, as forças que preparam o inexorável *crash*.

Segundo, à medida que se desenvolve o superaquecimento, começam a aparecer manifestações de capacidade de produção excedente. Os dois fenômenos fundamentais da expansão em sua fase “lua-de-mel” – o aumento da composição orgânica do capital e o crescimento da mais-valia relativa (aumento da taxa de mais-valia) – levam inexoravelmente ao crescimento da massa de mercadorias produzidas.

Mandel afirma então que as contradições internas do MCP são tais que, durante a fase de expansão, “a alta de  $m/v$  não pode neutralizar a alta de  $c/v$ , em função da luta de classes” (p. 216), ou seja, o capitalista não conseguirá utilizar o aumento da exploração do trabalho para neutralizar a alta da composição orgânica do capital, por que encontrará resistência por parte da classe trabalhadora. Como explica o autor, em artigo publicado no final da década de 1960.

No modelo de Marx, a baixa tendencial da taxa de lucro provém de duas causas. Primeira, uma vez que só o trabalho humano produz mais-valia, só uma parte do capital, o capital variável, corresponde à produção de mais-valia. Se o capital variável tiver tendência para ser uma parte bem pequeninha do capital total, haverá uma forte tendência para a baixa da relação  $s / C + v$ . Segunda, esta tendência pode ser neutralizada apenas se ao mesmo tempo a taxa de mais-valia  $s/v$  aumenta. Mas, historicamente, é pouco provável que a taxa de mais-valia varie na mesma proporção do aumento da composição orgânica do capital. E a longo termo, é impossível, porque a composição orgânica do capital pode aumentar indefinidamente (o limite é a automatização completa, isto é, a exclusão do processo de produção de todo o trabalho humano), a taxa de mais-valia não pode aumentar indefinidamente porque isso implicaria que os salários dos trabalhadores empenhados na produção tendessem para zero. (MANDEL, 1967, p. 02).

Assim, para o autor, quanto mais capitais não aplicados, mais o aumento da massa de mais-valia produzida se atrasa em relação à acumulação de capital; quanto mais decresce a taxa de lucro, mais cresce a defasagem entre a taxa de lucros esperada e a realizada para um

número cada vez maior de empresas, e entre seus encargos financeiros e seus rendimentos reais (MANDEL, 1990). Coexistem, assim, superabundância de capitais e escassez de lucros, determinando-se uma à outra.

Na síntese de Mandel (1990, p. 216):

Pode-se dizer assim, esquematicamente, que o “super-investimento” provocou uma “super-acumulação”, que gerou por sua vez um “sub-investimento” e uma desvalorização massiva de capitais. Somente quando essa desvalorização se torna suficientemente ampla e quando o desemprego assim como as medidas de racionalização múltiplas “relançam” vigorosamente a taxa de exploração da classe operaria, é que a queda da taxa de lucros será estancada e que um novo ciclo de acumulação poderá deslançar.

O autor critica os partidários da explicação monocausal da crise pelo “subconsumo” e os da “super-acumulação”, os quais compara, num exemplo hipotético, a um sindicalista reformista neokeynesiano e a um patrão neoliberal, o primeiro advogando um aumento de salários para vencer a crise, e o outro, ao contrário, a diminuição daquele, no intuito de aumentar os lucros e o investimento. A crítica de Mandel centra-se no equívoco de ambos em supor uma série de ajustamentos mecânicos e generalizados produzindo-se sob certas condições bem precisas.

Argumenta que a melhora dos salários não recupera imediatamente a economia, se não for acompanhada de uma elevação da taxa de lucros e de uma perspectiva generalizada de expansão do mercado; sem isso, não se investe.

Por outro lado, a elevação dos lucros e dos investimentos não leva à superação da crise, se não for acompanhada uma expansão da demanda global. Mas a coincidência da ocorrência concomitante desses fatores nem sempre é possível de ser produzida deliberadamente por medidas governamentais ou por um acordo privado, daí o caráter incontrolável do ciclo.

Ao final do capítulo, conclui que o que explica a dinâmica irracional do capitalismo, que, por exemplo, aumenta além do normal o investimento na conjuntura favorável, gerando capacidade excedente e super-acumulação e reduz igualmente além do normal o investimento durante a crise, é que **o que é racional do ponto de vista do sistema como um todo não o é do ponto de vista do capitalista individual e vice-versa** (conforme anteriormente salientado, no presente trabalho, na seção *1.1 - A análise marxiana*).

A convicção ingênua dos liberais de que o “interesse geral” é perfeitamente servido se cada um perseguir o seu “interesse particular” revela-se especialmente ilusória nas viradas de ciclo – sem falar do fato de ela procurar mascarar a oposição de interesses entre capitalistas e assalariados. A propriedade privada é o obstáculo



insuperável do crescimento extensivo dos investimentos. Assim sendo, constitui o obstáculo insuperável à desaparecimento do ciclo. (MANDEL, 1990, p. 218).

Pode-se constatar, numa avaliação desse trecho da obra de Mandel, sua filiação à linha de marxistas que amparam seus estudos das crises capitalistas em múltiplas causas, no caso do autor em questão, procurando sintetizá-las numa teoria que englobe as causas que incidem no fenômeno. Observa-se que, a despeito da respeitável envergadura intelectual do referido autor, o mesmo não consegue desvencilhar-se de certo empirismo, ao procurar descrever factualmente (pouco se atendo à dimensão dialética) aquelas crises, inconsistência, aliás, da qual procura defender-se no capítulo cuja análise ora se encerra.

No intuito de apreender as possíveis conexões causais empíricas que explicassem os ciclos econômicos e suas fases (crise, depressão, retomada e auge), Mandel retoma, em sua obra clássica *O Capitalismo Tardio* (MANDEL, 1982), uma teoria que havia tido certa repercussão acadêmica no início do século XX, a *Teoria das Ondas Longas* (ou *Teoria dos Ciclos de Kondratiev*), a qual, não obstante a imensa influência no meio acadêmico e marxista desde então, foge ao escopo do presente trabalho, razão pela qual não será aprofundada no presente estudo.

A seguir, será abordada a contribuição teórica do economista estadunidense Dunkan K. Foley ao estudo das crises no MCP. Mais precisamente, analisar-se-á o nono capítulo de sua obra *Understanding Capital - Marx's Economic Theory* (FOLEY, 1986)<sup>14</sup>.

Foley argumenta, no início do capítulo, que o ponto central na análise de Marx das crises capitalistas é que estas surgem inerentemente das contradições do modo capitalista de produção, ou seja, não são impostas por nenhum fator exógeno, mas se desenvolvem com a própria progressão daquele modo de produção. Salienta também o caráter purgativo dessas crises, as quais tendem a resolver os problemas que as criaram e a propiciar novamente as condições para acumulação renovada.

Depois de salientar que Marx não desenvolveu uma teoria explícita sobre as crises capitalistas, mas apenas as contemplou de forma tangencial, "como um parêntese em uma discussão sobre algum outro tema, e geralmente no curso da crítica a algum autor anterior" (FOLEY, 1986, p. 145), o economista estadunidense pontua que intelectuais marxistas que deram prosseguimento à teoria marxiana têm sistematizado uma variedade de teorias da crise no sentido estrito, cada uma enfatizando um ou outro aspecto da discussão não sistematizada de Marx. Nesse sentido, eles têm privilegiado, em suas abordagens, três grandes categorias

---

<sup>14</sup>A responsabilidade pelas traduções no presente trabalho é de seu autor.

para explicar e/ou apontar possíveis causas das crises: Desproporcionalidade da acumulação de capital entre os departamentos I e II<sup>15</sup> / Anarquia da produção capitalista; Subconsumo ou insuficiente demanda agregada, explicitando a contradição entre a necessidade de realização do capital-mercadoria, já inflado da mais-valia, e a incipiente capacidade de absorção da produção por parte da classe trabalhadora e, por último, a Lei da tendência de queda da taxa de lucro.

Depois de abordar a crítica de Marx à Lei de Say<sup>16</sup>, não sem antes descrevê-la em suas versões mais simples e mais refinadas, o autor passa a descrever as três categorias acima elencadas.

### ***2.2.1 Teorias da Desproporcionalidade***

A análise marxiana das reproduções simples e ampliada aponta para a necessidade de uma economia capitalista alocar corretamente capital entre os dois departamentos da produção, retro mencionados. Entretanto, ao mesmo tempo Marx sustenta que a produção capitalista é caracterizada pela anarquia exatamente no ponto aqui tratado, isso é, a alocação do capital social. Por princípio, o capital é alocado inteiramente através de decisões descentralizadas dos capitalistas. Se dessas decisões resulta concentração de capital num único departamento, as condições de equilíbrio para uma reprodução fluida serão violadas. O departamento super-expandido terá dificuldade em desovar sua produção, e sua taxa de lucro cairá em relação ao outro departamento.

Poderia a crise ser o método que o sistema utiliza para resolver essas contradições? Esse é o entendimento da economia política clássica, especialmente Adam Smith, em sua apologia ao sistema de mercado. Eventuais distorções na alocação de capital entre os dois departamentos seriam corrigidas pelos próprios mecanismos descentralizados de alocação, ou seja, pelo próprio mercado. Capitalistas se deslocariam do departamento com produção excessiva (e conseqüente menor taxa de lucro) para o departamento de menor produção, em busca de maior taxa de lucro. O desequilíbrio seria, assim, de acordo com a economia política clássica, corrigido exatamente pelas forças do mercado que originalmente o deram causa (FOLEY, 1986).

---

<sup>15</sup> Marx classifica a produção total anual de valores de uso em dois grandes departamentos: o Departamento I, que produz meios de produção, e o Departamento II, que produz meios de subsistência.

<sup>16</sup> Atribuída ao economista francês Jean-Baptiste Say, encerra o princípio de que a oferta cria sua própria demanda, razão pela qual nega a possibilidade das crises de superprodução.

Aqui reside o contraponto entre a teoria clássica e a teoria marxista da desproporcionalidade. Esta sustenta que a contração do departamento com excesso de produção não é contrabalanceada por uma expansão do departamento deficiente em investimentos. Portanto, a própria demanda agregada cai durante o processo de ajuste e uma crise de realização ocorre em ambos os departamentos. Na perspectiva dessa teoria, o investimento excessivo em um departamento desencadeia uma sequência de eventos que levam a uma queda da demanda agregada e ocasiona uma crise geral no processo de realocação de capital do departamento com produção excessiva para o de investimento deficiente (FOLEY, 1986).

Foley lembra que uma queda na demanda agregada deve envolver uma alteração na taxa de rotação do capital-dinheiro em um ou ambos os departamentos. Outro aspecto da proporcionalidade na teoria da crise é a questão da distribuição de capital entre suas várias formas (*capital-dinheiro*, *capital produtivo* e *capital-mercadoria*). A reprodução fluida do sistema capitalista requer a correta alocação de capital não somente nos dois departamentos, mas também entre as formas de capital agregado. Se alguns capitalistas diminuem a taxa de rotação do capital-dinheiro recusando-se a fazer gastos de capital à taxa normal, eles reduzem a renda dos trabalhadores e sua própria demanda por meios de produção, reduzindo assim a demanda agregada. Como resultado, estoques de mercadorias acabadas crescem, e a taxa de rotação do capital comercial igualmente cai. Nessa situação, ambas as retenções, de dinheiro (acúmulo, entesouramento) e estoques, são desproporcionalmente grandes demais em relação ao capital produtivo.

Nessa versão da teoria da desproporcionalidade, a distorção inicial – a desproporção entre o capital social alocado nos departamentos I e II – é transformada em um distúrbio nas relações entre as várias formas de capital que perpassam todo o seu ciclo de valorização. Os sintomas da crise capitalista então surgem: emergência de estoques invendáveis, reduções na produção e no emprego e uma cumulativa queda na demanda agregada (FOLEY, 1986).

### ***2.2.2 Teorias do Subconsumo***

Foley inicia a seção observando que uma característica marcante da crise capitalista é a incapacidade de os produtores em geral venderem tudo o que podem produzir. Nos períodos de crise, a demanda agregada diminui em relação à oferta agregada, e isso constitui o aspecto fundamental da análise das crises capitalistas, no entendimento dos

adeptos da teoria marxista do subconsumo. A ideia geral é que a economia capitalista não consegue gerar suficiente demanda para comprar de volta sua própria produção, ou como uma lei geral, ou especificamente nos períodos de crise.

A seguir, o autor observa que a versão mais simples dessas teorias sustenta que é logicamente impossível para a economia capitalista gerar demanda agregada suficiente. O argumento é que pelo fato de os trabalhadores receberem (em forma de salário) apenas uma fração do valor que eles criam, sua demanda de consumo será sempre apenas uma fração do valor produzido, deixando com isso um excesso de oferta no mercado. A fragilidade que Foley aponta nessa argumentação é que ela ignora que a mais-valia também se espraia para as rendas dos capitalistas e das empresas (gastos pessoais e familiares daquele, geralmente conspícuos, e gastos das empresas, aí incluídos os gastos de capital). Assim, a demanda agregada também inclui esses gastos, e não somente os gastos da classe trabalhadora. Ademais, se o baixo consumo / baixa capacidade de consumo fosse causa das crises, como explicar que no início delas geralmente os salários têm estado elevados? Marx assinala que:

É mera tautologia dizer que as crises decorrem da carência de consumo solvente ou de consumidores capazes de pagar. O sistema capitalista não conhece outra espécie de consumo além do solvente, excetuados os casos do indigente e do gatuno. Ficarem as mercadorias invendáveis significa apenas que não encontraram compradores capazes de pagar, isto é, consumidores (sejam as mercadorias compradas, em última análise, para consumo produtivo ou para consumo individual). Mas se, para dar a essa tautologia aparência de justificação mais profunda, se diz que a classe trabalhadora recebe parte demasiado pequena do próprio produto, e que o mal estar seria remediado logo que recebesse parte maior, com aumento dos salários – bastará então observar que as crises são sempre preparadas justamente por um período em que os salários geralmente sobem e a classe trabalhadora tem de maneira efetiva participação maior na fração do produto anual destinada a consumo. Esse período, de acordo com o ponto de vista desses cavalheiros do ‘simples’ bom-senso, teria, ao contrário, de afastar as crises. A produção capitalista patenteia-se, portanto, independente da boa ou má vontade dos homens, implicando condições que permitem aquela relativa prosperidade da classe trabalhadora apenas momentaneamente e como sinal prenunciador de uma crise. (MARX, 2003, p. 463-464).

Foley lembra que a soma das rendas de trabalhadores e capitalistas perfaz a soma do valor produzido, e que quando disponíveis suficientes fontes de financiamento, ou em estoques de capital-dinheiro ou em expansão do crédito, um sistema capitalista pode em princípio gerar demanda agregada adequada à sua reprodução ampliada, evitando, assim, a elevação de estoques de mercadorias. A demonstração dessa possibilidade não significa que a demanda agregada de fato será sempre grande o suficiente. Para sustentar isso, salienta que seria necessário discernir as forças que determinam as decisões de consumo de trabalhadores e capitalistas; como tradicionalmente se entende, na teoria marxista, que os trabalhadores

tendem a gastar rapidamente toda sua renda, o problema da demanda inadequada se concentra nas decisões dos capitalistas de gastar a mais-valia, ou na compra de meios de produção para expandir a produção através da acumulação ou no consumo (FOLEY, 1986).

O autor pontua que essa discussão foi realizada por Rosa Luxemburgo, a qual argumentava que as economias capitalistas são estruturalmente incapazes de gerar demanda agregada suficiente para comprar de volta tudo que é produzido. Na ótica do autor, esse argumento de Rosa tem duas facetas.

Primeiro, ela faz uso da análise marxiana da reprodução ampliada para enfatizar o fato de que, na falta de nova produção de capital-mercadoria e de novos empréstimos tomados pelas empresas, o vácuo no gasto criaria uma lacuna entre oferta e demanda no rastro da reprodução ampliada, o que poderia ser solucionado, segundo Foley, com a expansão do crédito ou com a produção de mercadoria dinheiro (ouro). Mas essa conclusão muda o foco de análise da demanda agregada da distribuição propriamente (isto é, da divisão do valor adicionado entre trabalhadores e capitalistas) para o funcionamento do sistema de crédito.

Em segundo lugar, de acordo com Foley, Rosa argumenta que mesmo quando os capitalistas têm renda para gastar e podem financiar seus gastos, não é razoável supor que eles investirão de forma suficiente na expansão de capital para manter a demanda agregada crescendo indefinidamente. Segundo ela, o propósito final da produção numa economia capitalista é prover meios de subsistência a serem consumidos pelos trabalhadores<sup>17</sup> (FOLEY, 1986).

O investimento em capacidade produtiva pode ser justificado no final apenas como um meio de produzir bens de consumo. Mas o processo de acumulação constantemente eleva a taxa de mais-valia e reduz a base do consumo da qual os investimentos dependem. Como os trabalhadores recebem uma porção cada vez menor do valor excedente, seus gastos tornam-se cada vez menos importantes em relação à produção total. Rosa então se pergunta se os capitalistas continuariam a investir grandes somas de dinheiro para criar capacidade produtiva para satisfazer uma demanda final que se encolhe cada vez mais, e vaticina que mais cedo ou mais tarde emergirá a capacidade excedente e eles se negarão a acumular sua mais-valia (reinvesti-la). Desse modo, mesmo tendo renda para criar demanda suficiente, eles não a gastarão suficientemente rápido para criar a demanda necessária para comprar de volta o produto total (FOLEY, 1986).

---

<sup>17</sup>Não é o que Marx pensa; ele sempre deixa claro que o propósito final do capitalista, ao produzir, é o acúmulo de capital, através da realização da mais-valia, e não o consumo (nem dele nem do trabalhador). Para atingir esse objetivo, o consumo é apenas o meio (mero acessório, como salienta Foley em sua obra ora analisada).

### 2.2.3 A teoria da crise calcada na lei da tendência de queda da taxa de lucro

O economista estadunidense argumenta que é tentador pretender fundamentar a teoria da crise na lei da tendência de queda da taxa de lucro. Nessa perspectiva, a crise estaria decididamente ligada aos mais fundamentais e históricos aspectos da produção capitalista - seu caráter técnico progressista e sua capacidade de mobilizar enormes forças produtivas.

Reconhece Foley que, num primeiro momento, essa via parece bem razoável; é plausível que uma queda na taxa média de lucro leve a uma exata queda no investimento na mesma proporção. Todavia, o autor pondera que a acumulação de capital é possível mesmo a uma baixa taxa de lucro, bastando para isso os capitalistas diminuírem na mesma proporção a acumulação de capital. Claro que não seria "o melhor dos cenários" para eles, mas isto pelo menos deixa claro que essa explicação para a crise capitalista (a fundada na queda da taxa de lucro) teria que produzir **um encadeamento lógico e sistemático** que vinculasse a queda da taxa de lucro aos agudos e descontínuos momentos de ajuste na atividade econômica, o que ela efetivamente não consegue (FOLEY, 1986).

Mas caso se admitisse a existência desse mecanismo (embora Marx não o faça, pelo menos explicitamente) nas economias capitalistas, talvez envolvendo o sistema de crédito e finanças, ter-se-ia que enfrentar o problema de especificar quais fatores produzem a queda na taxa de lucro e assim constituem a causa primordial das crises. Aqui duas escolas se digladiam.

Os ricardianos sustentam que o aumento dos salários reais reduz a taxa de mais valia e por isso baixa a taxa de lucro. Alguns deles destacam a tendência de as margens de lucro caírem próximo ao pico do *boom*, e de os salários nominais se elevarem mais rapidamente do que os preços quando o emprego se torna elevado. Nessa visão, a fase de *boom* do ciclo de negócios chega ao fim porque a acumulação exaure o exército de reserva de mão-de-obra e, como resultado, a competição por empregos se torna menos severa, e os salários aumentam, tendo como consequência um arrocho no lucro, queda nas taxas de mais-valia e de lucro, gerando a crise. Esta cria desemprego em massa e, dessa forma, recria o exército de reserva de mão-de-obra, aumentando a competição por emprego e moderando os aumentos salariais. Depois de algum tempo, esses processos recuperam os níveis de mais-valia e de lucratividade, levando ao reinício do processo de acumulação (FOLEY, 1986).

O autor chama atenção de que Marx pode ter afirmado que as crises geralmente são precedidas por períodos de altos e crescentes salários, mas lembra também que em *O Capital*, ele sustenta que é um erro ver a elevação dos salários como causa das crises, pois "

[...] pondo a coisa de forma matemática, a taxa de acumulação é a variável independente, não a dependente; a taxa de salários é que é a variável dependente." (MARX, 2011a, p. 723).<sup>18</sup>

Já outras escolas, apesar de reconhecerem a exaustão do exército de reserva de mão-de-obra no pico das fases de *boom* econômico, enfatizam os aspectos mais clássicos da teoria marxiana, tais como a ideia que o próprio processo de acumulação muda tecnologicamente e tende a incrementar a composição orgânica do capital. Nessa perspectiva, a acumulação é vista como gradualmente alterando a base tecnológica da produção por incrementar o investimento de capital necessário para produzir. Marx descreve o processo nesses termos:

Com a queda da taxa de lucro, aumenta o mínimo de capital que tem de estar nas mãos de cada capitalista para o emprego produtivo de trabalho; o mínimo exigido para se explorar o trabalho em geral e ainda para que o tempo de trabalho aplicado seja o necessário para a produção das mercadorias, não ultrapassando a média do tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las. (MARX, 2008a, p. 329).

Em algum ponto essa mudança cumulativa se torna incompatível com os planos de lucros que os capitalistas fizeram ao investir, levando a uma crise. A crise nessa perspectiva é purgativa, porque envolve destruição de capital antigo, o que eleva a produtividade do trabalho e permite que a acumulação seja retomada, apesar de que a uma menor taxa média de lucro (FOLEY, 1986).

## ***2.2.4 Tendências de longo prazo na acumulação de capital***

Logo no começo da seção, Foley observa que, segundo Marx, a acumulação de capital será acompanhada de dramáticos aumentos na escala de capitais individuais, e esses mecanismos são responsáveis por dois aumentos: Primeiro, cada capital tende a crescer pelo reinvestimento dos seus próprios lucros, o que faz com que cada capital exitoso tenda a se tornar maior com o passar do tempo. Marx chama esse processo de **concentração** de capital. Segundo, Marx nota que grandes e exitosos capitais tendem a absorver capitais menores no curso da competição, notadamente no curso de falências, quebras, fusões e aquisições hostis, constituindo o processo de **centralização** de capital, que leva ao monopólio (FOLEY, 1986).

Nesse ponto, previne para que se apreenda o termo *monopólio* não no senso estrito, de somente um único vendedor no mercado, mas no sentido amplo de que poucas

---

<sup>18</sup>Optou-se por fazer uso do trecho correspondente, na edição brasileira da referida obra.

grandes empresas têm e usam o poder de seu elevado porte econômico na manipulação de estratégias mercadológicas e de precificação como armas na competição do mercado.

Na sequência, o autor cita alguns dos impactos da acumulação de capital sobre a vida da classe trabalhadora, sempre a partir de Marx.

- 1) O crescimento do capital e do emprego para uma parte da população será acompanhado de crescimento do **exército industrial de reserva**, pois o rápido ritmo de desenvolvimento tecnológico desemprega trabalhadores, aumentando o número de desempregados temporários, o exército **flutuante** de reserva. Com o mesmo processo ocorrendo na agricultura, surge o exército **latente** de reserva de mão-de-obra para a indústria urbana. Finalmente, mais e mais trabalhadores têm suas habilidades tornadas obsoletas e ficam desencorajados para busca de emprego, compondo assim a categoria do exército de mão-de-obra **estagnada**.
- 2) A acumulação de capital empobrece a classe trabalhadora pelo dilaceramento do trabalho e pela fragmentação da humanidade do trabalhador.
- 3) O progresso da acumulação de capital depende da constante elevação da taxa de exploração de mão-de-obra, de tal forma que mesmo quando o padrão de vida da classe trabalhadora melhora, ela detém uma proporção cada vez menor do produto social. A distância entre as rendas do trabalhador e do capitalista aumenta cada vez mais, mesmo que os padrões de vida de ambos cresçam (FOLEY, 1986).

O economista conclui a seção, observando que o pequeno número de imensas empresas, cada uma dispendo de massivos recursos econômicos e fazendo uso de publicidade, marketing, aquisições e manipulações financeiras, é um dos frutos da busca desenfreada de todas por vantagem competitiva, comportamento esse imperativamente tendente a instaurar o monopólio no mercado, exacerbando as contradições sociais inerentes à sociedade capitalista (FOLEY, 1986).

### ***2.2.5 A crise final do capitalismo***

Na última seção do capítulo que se analisa, Foley menciona a expectativa de Marx de que esse sistema de capitais monopolistas prepare a transição do modo de produção capitalista para o socialista.

Argumenta aquele economista que esse sistema de capitais monopolistas racionaliza a produção numa base social, e emprega numerosa mão-de-obra, gerando ao



mesmo tempo uma enorme massa de demanda necessária para seus produtos. Dessa forma, o capital monopolista cria as instituições necessárias para governar a produção numa base social ampla e descentralizada.

O capital monopolista cria a base técnica para o socialismo ao desenvolver uma tecnologia altamente produtiva que possibilita a produção de bens para o conforto de toda a sociedade. Cria também a base social e política para a emergência do socialismo por fomentar o desenvolvimento de uma massiva, consciente e politicamente organizada classe trabalhadora, a classe que, segundo Marx, herdará a direção da sociedade dos capitalistas.

O autor conclui afirmando que a crise final do capitalismo não é tanto um problema técnico de crédito ou demanda agregada, mas sim, um ponto de inflexão histórico e civilizacional. Ela sobrevirá quando o próprio capitalismo criar uma massa de pessoas com os conhecimentos técnicos e a autoconfiança para distribuir estrategicamente o massivo poder da produção social para fins humanos (FOLEY, 1986).

Na sequência, encerrando a revisão bibliográfica da contribuição dos quatro economistas marxistas que se propôs trazer para a presente seção deste trabalho, contemplar-se-á o sexto capítulo de *Una Introduccion a la economia politica*, dos franceses Pierre Salama e Jacques Valier (SALAMA; VALIER, 1976).

O capítulo é iniciado com o relevo à instabilidade da dinâmica capitalista, a qual gera crises, a princípio circunscritas localmente, mas que a partir de 1848 assumem proporções globais, por conta do crescente grau de mundialização (ou internacionalização) da economia capitalista. Os autores salientam a alternância de ciclos de prosperidade e depressão (ou recessão), relacionando aquela ao ciclo de desenvolvimento da produção, em face de novos mercados atingidos por expansão geográfica ou do surgimento de novos setores de produção, e a última à queda na produção, nas exportações e nos investimentos, aumento do desemprego, etc., apontando-a como corolário da sobre-acumulação (ou superprodução) do capital (SALAMA; VALIER, 1976).

Observam os autores que quanto mais se avança no século XX, mais aumenta o grau de transmissão dos efeitos das crises, não obstante os diferenciais de intensidade de país para país. Notam também que aquelas manifestam-se, de forma geral, por uma interrupção no processo normal de produção, e por uma diminuição na quantidade de mão-de-obra e instrumentos de trabalho utilizados.

A seguir, fazem a distinção das crises pré-capitalistas e capitalistas. Nas sociedades pré-capitalistas, as crises se apresentavam ou como destruição dos próprios produtores, ou dos meios de produção, em consequência de catástrofes naturais ou sociais, o

que provocava um descenso na produção. As crises pré-capitalistas eram, portanto, crises de sub-produção de valores de uso, fenômeno de penúria que sobrevém em razão de um insuficiente desenvolvimento da produção, essencialmente agrícola (SALAMA; VALIER, 1976).

Já nas crises capitalistas ocorre algo totalmente diferente: o que constituía as causas nas crises pré-capitalistas (interrupção no processo normal de produção, por uma diminuição na quantidade de mão-de-obra e instrumentos de trabalho utilizados) torna-se, nas crises capitalistas, consequências dessas. Por exemplo, nas primeiras, uma epidemia levava a uma diminuição da força de trabalho, levando à crise; já nas últimas, a crise é que leva a uma diminuição da força de trabalho.

Com efeito, a crise capitalista se apresenta como uma crise de superprodução de valores de troca; não se manifesta por uma insuficiência na produção, mas sim por uma insuficiência na demanda solvente por mercadorias. Passa a haver mercadorias em excesso, em relação à demanda. Todo ou parte do valor de troca criado (na produção) não pode ser realizado.

Salientam Salama e Valier que esse novo tipo de crise (crise de superprodução), resulta das próprias características da mercadoria, e do fato de que o capitalismo se caracteriza pela produção generalizada de valores de troca, ao passo que nas sociedades pré-capitalistas se produzia somente valores de uso, para satisfazer as necessidades da comunidade. Para que ocorram as crises, basta que os proprietários das mercadorias não encontrem clientes com dinheiro suficiente para comprá-las pelo seu valor, para realizar todo o valor de troca das mesmas (SALAMA; VALIER, 1976).

Pode-se dizer que é este desdobramento do valor, entre mercadoria e dinheiro, que cria a possibilidade das crises gerais de superprodução capitalistas.

A crise é a expressão do caráter particularmente contraditório que reveste a acumulação de capital. Contraditório porque **os interesses dos capitalistas, individualmente, conflitam com os interesses de sua própria classe**. Exemplificando, se um capitalista vê diminuir sua taxa de lucro tende a, num primeiro momento, demitir trabalhadores e aumentar a intensidade de trabalho dos que ficam, esperando assim diminuir seus custos e aumentar suas margens de lucro. Individualmente e teoricamente, é possível que atinja seus objetivos, mas quando todos os capitalistas fazem o mesmo, longe de se restabelecer a taxa de lucro, a crise se instaura. O desemprego produzido impede a realização das mercadorias produzidas; **a forma dinheiro é insuficiente com relação à forma mercadoria**, para que essa possa ser vendida ao seu valor (SALAMA; VALIER, 1976).

Com isso, se interrompe o processo de reprodução ampliada do capital, em escala individual ou de toda a classe de capitalistas. Assim, conclui-se que **o valor deve não só ser produzido sob a forma de mercadoria, mas também convertido em forma de dinheiro**. Essa unidade da produção e da conversão deve ser afirmada, mas nem sempre tal imperativo efetivamente ocorre, daí a possibilidade de crises.

Ao iniciar a terceira seção do capítulo, os autores chamam atenção para o caráter dual da crise, de recessão e estagnação devido à super-acumulação de capitais e de mercadorias, e por outro lado de ser o mecanismo que restabelece as condições favoráveis para a recuperação da taxa de lucro e para a recuperação econômica. Aqui, Salama e Valier deixam claro sua filiação entre os marxistas que dão relevo à desproporção entre os dois grandes setores da produção, para a compreensão das crises, esboçando um entendimento de que a crise é a expressão de uma desproporção entre os dois grandes setores da produção, o que produz bens de consumo e o que produz bens de produção, ou bens de capital, sendo também o reflexo da necessidade desse desenvolvimento desproporcional entre os dois setores, o qual explicam da seguinte forma.

A produção capitalista está em equilíbrio quando a produção de bens de produção suscita uma demanda de bens de consumo igual à demanda de bens de produção suscitada pela produção de bens de consumo. Em outras palavras: o mercado capitalista está em equilíbrio quando a oferta e a demanda recíprocas de mercadorias são iguais entre os dois setores da produção capitalista.

A crise de superprodução significa, no entendimento dos dois economistas franceses, que **essa condição de equilíbrio não é nem nunca pode ser respeitada**, pois as decisões de produção cabem aos capitalistas individuais, o que gera a anarquia do sistema, o qual sempre se encontra numa dessas fases: pré-crise, crise ou pós-crise. **A evolução da produção não pode ser senão caótica**, jamais regular, e isso precisamente porque supõe a exploração dos trabalhadores e a impossibilidade de integrá-los inteira e definitivamente (SALAMA; VALIER, 1976).

Compreendem os autores que para se captar o significado essencial das crises de superprodução, é necessário vincular seu desenvolvimento e suas consequências aos movimentos das taxas médias de lucro, e à relação entre essas e o capital variável. De fato, se pode afirmar, sustentam eles, que a crise se caracteriza por um forte e brusco descenso da taxa média de lucro, queda essa que se manifesta na realidade, periodicamente e tendencialmente, nas crises de superprodução, e que a crise cria condições favoráveis para um novo aumento da taxa média de lucro e para a recuperação econômica.

À medida que se desenrola a fase de prosperidade, aparecem três fenômenos: Primeiro, o aumento da composição orgânica do capital ( $c/v$ ), suscitado pela criação de bens de capital mais modernos. Em seguida, a queda na taxa de mais valia ( $m/v$ ), devido aos aumentos salariais (crescimento econômico favorece às lutas dos trabalhadores por melhores condições, bem como diminui o exército de reserva de mão-de-obra) e à impossibilidade de aumentar a duração do tempo de trabalho além de certo limite. Por último, à medida que aumenta a capacidade de produção, aumenta a oferta de mercadorias no mercado, e chega um momento em que a oferta supera a demanda. As mercadorias produzidas com menor produtividade mostram-se invendáveis, no mercado, por conterem tempo de trabalho social desperdiçado. Em certo momento, a diferença entre a oferta e a demanda força a queda dos preços, e as empresas que trabalham em condições desfavoráveis de produtividades são levadas a até fechar.

Como não há planificação global para se determinar o melhor momento para o aumento da produção, as decisões individuais de cada capitalista, que visam apenas a maximização de seu lucro individual, conflitam com as leis gerais do sistema (SALAMA; VALIER, 1976).

Os produtores que trabalham com baixa produtividade não conseguem **realizar** no mercado todo o valor de suas mercadorias ( $c + v + m$ ), pois o tempo de trabalho efetivamente empregado para sua produção é superior ao tempo de trabalho socialmente necessário (produtividade média).

As crises permitem adequar periodicamente a quantidade de trabalho efetivamente empregado na produção à quantidade de trabalho socialmente necessário, representando uma sanção (penalização) ao desperdício de tempo de trabalho. Por não ser planificada a produção capitalista, o ajuste entre produção e consumo só ocorre *a posteriori*, e não *a priori*. Quando a produção chega ao mercado, e o mercado não absorve esse valor, se descobre que houve desperdício de tempo de trabalho, e os produtores mais arcaicos são penalizados ou eliminados.

Esses três fenômenos (aumento de  $c/v$ , queda na taxa de mais valia ( $m/v$ ) e aumento da oferta de mercadorias, com conseqüente baixa dos preços) explicam que num determinado momento ocorra uma brusca e forte diminuição da taxa média de lucro.

Por outro lado, a crise cria condições favoráveis a um novo aumento da taxa média de lucro, levando assim à recuperação econômica. Ocorre, portanto, uma diminuição de  $c/v$ , pois se põe para trabalhar as máquinas **já existentes**, mas se contrata **nova mão-de-obra**; um aumento da taxa de mais valia ( $m/v$ ) devido à existência, ao final da depressão, de baixos

salários reais, e às possibilidades de aumentar a jornada e a intensidade do trabalho e, sobretudo, a crise, pela quebra e fechamento de empresas, significa uma descapitalização (uma destruição de uma massa de matérias-primas e de máquinas) e uma depreciação de capital, devido à queda do seu preço; uma diminuição no volume e no valor total do capital constante. Esses fenômenos acabam aportando uma solução provisória ao problema da sobreacumulação de capital, ao mesmo tempo em que ensejam uma nova elevação da taxa média de lucro.

Desta forma, é através da crise que se realiza a tendência decrescente da taxa média de lucro, mas as crises constituem, ao mesmo tempo, a reação do sistema contra esse decréscimo (SALAMA; VALIER, 1976).

### ***2.2.6 Causas da crise***

Nesta seção, os autores reconhecem a dificuldade de se apontar com acuidade as causas da crise, e deixam claro que não trarão nada de novo à problemática. Chamam atenção para dois elementos que, conjuntamente, desempenham papel de relevo na irrupção de crises: a tendência a limitar o consumo das massas e a anarquia da produção (SALAMA; VALIER, 1976).

Com relação ao primeiro, lembram que, a nível social, a classe capitalista se esforça para pagar os menores salários possíveis a seus trabalhadores, o que acaba por limitar o poder de compra destes. Sobressai, assim, a contradição entre uma tendência por parte dos capitalistas de **lançar** em circulação o mínimo possível de dinheiro, ao passo que a realização do valor/mais-valor produzido implica a necessidade de **retirar** cada vez mais dinheiro da circulação (SALAMA; VALIER, 1976).

Esta contradição entre a tendência à expansão ilimitada da produção e a tendência à restrição relativa do consumo das grandes massas, desempenha, portanto, um papel fundamental na erupção de crises.

Claro que o poder de compra limitado da classe trabalhadora não representa o total do poder de compra num dado momento de uma economia; o poder de compra da burguesia (bens de consumo e de capital) também se inclui nesse agregado. A demanda efetiva desses últimos (bens de capital) pode significar uma fonte considerável de mercado, capaz de compensar, durante algum tempo, a insuficiente demanda de bens de consumo, mas essa situação não pode sanar permanentemente a falta de demanda de bens de consumo, até porque a produção de bens de capital se destina, por definição, às indústrias que produzem

bens de consumo, e se estes não possuem mercados, aqueles se mostram desnecessários (SALAMA; VALIER, 1976).

No que se refere ao segundo elemento, a anarquia da produção, sustentam os autores que a mesma não deve ser considerada, por si mesma, como uma causa das crises, independentemente de todas as outras características do modo de produção capitalista, especialmente da contradição entre a tendência a aumentar a produção e a de limitar relativamente o poder de consumo das massas. Reconhecem, não obstante, que a existência de uma determinada proporção entre a capacidade de produção e o poder de compra para aquisição de bens de consumo é uma das condições de proporcionalidade necessária para evitar a ocorrência de crises e que a anarquia da produção atua conjuntamente com a tendência de baixo consumo das massas, na produção de crises.

Os autores encerram o capítulo observando que as crises de sobre-produção têm ocorrido durante toda a história do capitalismo industrial, e têm sido cada vez mais graves. A crise de 1929 é um dos exemplos de descapitalização e depreciação de ativos mais brutais que o capitalismo conheceu. A partir da Segunda Guerra Mundial, as crises capitalistas passam a apresentar novas características: maior duração das fases de expansão, menor intensidade das crises e aumento permanente de preços, inclusive durante as fases de recessão. Concluem Salama e Valier que a explicação essencial dessa mudança reside nas intervenções do Estado burguês (SALAMA; VALIER, 1976).

Do que se pode extrair da exposição dos quatro autores contemplados neste tópico, a crise significa, basicamente, para os dois últimos, a impossibilidade de manter o antigo nível de preços e de taxas de lucro, com um maior volume de capitais. Trata-se do conflito entre as condições de acumulação e exploração do capital, ou seja, a explicitação de todas as contradições inerentes ao capitalismo, que intervêm totalmente na explicitação das crises: a contradição entre o maior desenvolvimento da capacidade de produção e o desenvolvimento restrito da capacidade de consumo das massas, contradições originadas na anarquia da produção, que resulta da competição, do aumento da composição orgânica do capital e da queda da taxa média de lucro.

Para Mandel, que analisa as crises sempre de uma perspectiva pluricausal, aquelas, além de constituírem o mecanismo através do qual se impõe a lei do valor, são manifestações da queda da taxa de lucro, ao mesmo tempo em que revelam a superprodução de mercadorias.

Já para Foley, as crises são decorrências inerentes às contradições do modo capitalista de produção, não sendo, portanto, impostas por nenhum fator exógeno a este, e

propiciam, por seu caráter purgativo e saneador ao sistema, as condições para a retomada da acumulação de capital, em novas condições de produção e de mercado.

A par da valorosa contribuição desses quatro autores na elucidação das condições e dos fatores pertinentes às crises no modo de produção capitalista, cabe pontuar, até mesmo pela inquestionável complexidade da problemática, a necessidade da abrangência de aspectos fundamentais da nova etapa do capitalismo global, salientes a partir do último quartel do século XX, notadamente a hegemonia da dimensão financeira / especulativa na dinâmica contemporânea da acumulação capitalista, questão a ser contemplada no capítulo que se segue.

### **3 O NEOLIBERALISMO E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA COMO SAÍDAS ESTRATÉGICAS DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL**

Neste capítulo, tratar-se-á de analisar a natureza e o *modus operandi* do processo por meio do qual os capitalistas reestruturaram a produção, de forma a vencer os constrangimentos que, a partir de meados da década de 1960, começaram a minar a acumulação de capital nos países de capitalismo avançado.

Tal reorganização das bases de poder econômico e político por parte da classe capitalista consubstancia um processo, o qual passa a conformar um corpo teórico e empírico que ficou conhecido como neoliberalismo. Constituinte de duas facetas, uma política e outra ideológica, do capitalismo contemporâneo, neoliberalismo e pós-modernismo vêm hegemonizando, desde então, em âmbito mundial, as esferas econômica, social, política, e cultural da maioria das nações, consubstanciando, o primeiro, objeto da análise do presente tópico. Trata-se, como se verá, de um poderoso arranjo político-econômico engendrado pelo capital com vistas a obter a correlação de forças sociais necessária para as medidas que se destinavam a potencializar a recuperação do dinamismo da acumulação do capital nas economias dos países centrais.

#### **3.1 O Neoliberalismo como "fuga para frente" do capital de sua crise estrutural**

Como forma de se desvencilhar de suas contradições imanentes, que se manifestam de forma cada vez mais intensa e desestabilizadora, e das quais é constitutivamente incapaz de se livrar em definitivo, o capital busca atenuar os efeitos dessas contradições, tentando deslocá-las "para frente" temporal e espacialmente, procrastinando, assim, "a hora da verdade" do enfrentamento de suas debilidades essenciais fundamentais, como se verá a seguir.

##### ***3.1.1 Caracterização da crise estrutural do capital***<sup>19</sup>

A história do capitalismo tem sido, desde que se consolidou o comando do capital sobre a produção social nos países economicamente hegemônicos, uma sucessão de crises de duração e intensidade diversas, evidenciando, assim, o caráter intrinsecamente instável da dinâmica desse modo de reprodução sociometabólica. Há que se considerar, outrossim, que o

---

<sup>19</sup>A análise que se empreende no presente tópico funda-se na perspectiva crítica de Istvan Mészáros (2000, 2011a, 2011b).



antagonismo ente capital e trabalho suscita que a crise seja constitutiva do próprio sistema, ou seja, o capitalismo simplesmente não pode existir sem crises, as quais, na verdade, constituem a forma de manifestação fenomênica das inarredáveis contradições desse modo de produção. Em outras palavras, a absoluta necessidade de expansão, orientada pela acumulação do capital, faz com que esse imponha sua lógica cruel e irracional sobre a sociedade, independentemente do caráter devastador de suas consequências. Isto ocorre porque essa expansão não se dá em congruência com as necessidades humanas, mas tem como móvel a própria acumulação de capital, como um fim em si mesma, de forma a atender uma necessidade vital intrínseca de existência do seu sistema.

Tais crises, que inicialmente eram circunscritas àqueles países, evoluíram, na contemporaneidade, para uma crise estrutural de alcance geográfico global, que afeta todos os ramos de produção e mesmo todas as esferas de vida da população mundial. Nas palavras de Mészáros (2011, p. 796-797):

Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global. Sendo assim, o deslocamento das contradições só é possível enquanto a crise for parcial, relativa e interiormente manejável pelo sistema, demandando apenas mudanças – mesmo que importantes – *no interior* do próprio sistema relativamente autônomo. Justamente por isso, uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo.

Ao afirmar que “o deslocamento das contradições só é possível enquanto a crise for parcial, relativa e interiormente manejável pelo sistema [...] no interior do próprio **sistema relativamente autônomo**”, Mészáros remete-se às estratégias reformistas da social-democracia dos “trinta anos gloriosos”<sup>20</sup>, quando a afluência encontrada nas sociedades dos países centrais, obtida às custas da cruenta *super-exploração*<sup>21</sup> dos trabalhadores dos países

---

<sup>20</sup>Período compreendido entre o final da Segunda Grande Guerra e o início dos anos 1970, durante o qual a economia dos países centrais apresentou vigoroso crescimento e relativa estabilidade, ancorada em um pacto entre os Estados nacionais, os grandes monopólios manufatureiros multinacionais e setores mais organizados da classe trabalhadora daqueles países, o qual previa uma maior participação desta nos resultados financeiros daquelas corporações, em troca de um arrefecimento na disposição de lutas reivindicatórias. Por sua parte, o Estado entrava intervindo na economia de modo a propiciar as condições ideais de reprodução do capital e realização da mais-valia produzida, e incrementando esta, pelo atendimento das necessidades sociais básicas do operariado, tais como educação, saúde, previdência, etc. A seção 3.1.2 *O esgotamento do regime de acumulação fordista como expressão fenomênica da crise estrutural do capital* explora com maior profundidade a dinâmica socioeconômica e política desse período.

<sup>21</sup>Categoria analítica fundamental da Teoria Marxista da Dependência. Para efeito de compreensão do trecho objeto da presente nota, significa, grosso modo, o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor.

periféricos, velava que a “ajuda estranha”<sup>22</sup> do Estado atuava meramente deslocando internamente ao subsistema as contradições existentes e ajustando-as da maneira possível, de forma a compatibilizá-las aos imperativos do processo de acumulação de capital.

Em outras palavras, contradições parciais e “disfunções”, ainda que severas em si mesmas, podem ser deslocadas e tornadas difusas – dentro dos limites últimos ou estruturais do sistema – e neutralizadas, assimiladas, anuladas pelas forças ou tendências contrárias<sup>23</sup>, que podem até mesmo ser transformadas em força que ativamente sustenta o sistema em questão. **Daí o problema da acomodação reformista.** (MÉSZÁROS, 2011a, p. 797).

Tais manobras protelatórias na tentativa de resolver a crise fundamental ainda dispunham de algum fôlego, e iludiam a classe trabalhadora dos países centrais, embebida nas benesses do pacto capital-trabalho então vigente naqueles países, conforme será exposto no próximo tópico.

No que se refere à dimensão temporal, a crise não mais se manifesta conforme um padrão cíclico, à medida que as chamadas “crises” que emergiram após a crise estrutural de 1973 (a “crise da dívida” dos países latino-americanos da década de 1980, as “crises financeiras” da década de 1990 na Ásia, no Brasil, no México, na Rússia, em 2001 na Argentina, etc.) não passam de manifestações epifenomênicas da crise estrutural deflagrada em meados da década de 1960, que se estende até a contemporaneidade, conforme se verá na sequência da presente exposição. Da mesma forma, como bem salienta Mézáros (2011a, p. 796), “[...] em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro [...]”

Inobstante o controle absoluto que exerce sobre a produção social nos países economicamente hegemônicos e na maioria dos periféricos, o capital não conseguiu se consolidar universalmente, em sua forma propriamente capitalista, tendo que aceitar, em diversas circunstâncias, a hibridização do sistema, necessitando de forma vital da “ajuda estranha” do Estado, com vistas a deslocar “para frente”, nas dimensões de tempo e espaço,

<sup>22</sup>Com essa expressão, sempre entre aspas, Mézáros (2011a) refere-se à intervenção de um elemento formalmente externo ao sistema metabólico do capital (o Estado), no sentido de remover (ou deslocar) óbices que impeçam a continuidade de seu ciclo de acumulação.

<sup>23</sup>Tais tendências podem enquadrar-se nas contratendências à *lei tendencial da queda da taxa de lucro*, aludidas por Marx (2008a), contempladas na seção 2.1. *A análise marxiana*, do presente estudo, a saber: aumento do grau de exploração do trabalho, a redução dos salários abaixo de seu valor, a baixa de preço dos elementos do capital constante, a “superpopulação relativa” (o exército de reserva de mão-de-obra permite iniciar novos negócios com menor composição orgânica de capital, elevando assim a taxa média de lucro), e o comércio exterior (acesso a matérias primas e alimentos mais baratos, provenientes de países periféricos, de economia primária, barateando assim o capital constante e o aumentando a taxa de mais-valia).

suas contradições intrínsecas, já que estas são constitutivamente insolúveis. A própria necessidade de "ajuda estranha" já denota forte indício da debilidade constitutiva do sistema do capital, indicando assim que "algo diferente da normalidade da extração e apropriação do sobretrabalho pelo capital tinha que ser introduzido para conter as graves "disfunções" do sistema" (MÉSZÁROS, 2000, p. 14). Alerta o estudioso húngaro, contudo, que "Não obstante, as disfunções de cada uma, consideradas separadamente, devem ser distinguidas da crise fundamental do todo, que consiste no bloqueio sistemático das partes constituintes vitais." (MÉSZÁROS, 2000, p. 798). Dessa forma, há que se prevenir da aparência de uma crise estrutural, que pode ocorrer quando um bloqueio temporário de um dos canais internos pode emperrar provisoriamente o sistema, armadilha na qual caiu Stalin, julgando ser a crise de 1929-33 terminal para o MCP.

Mészáros aponta para uma contemporânea coexistência problemática entre as três dimensões fundamentais do ciclo de reprodução do capital – produção, consumo e circulação/realização. Essas, no curso do desenvolvimento histórico do capitalismo, apoiaram-se mutuamente e se fortaleceram, constituindo mesmo impulso motivacional interno para a expansão do sistema em escala progressivamente mais ampliada. Ilustra o autor com o exemplo da produção, que ao defrontar com uma barreira de crescimento, supera-a pela expansão do consumo, e vice-versa. Assim, as limitações imediatas de cada dimensão interna não somente eram superadas graças à interação sistêmica entre elas, mas usadas como alavancas para potencializar o poder de autopropulsão do capital.

Não é mais o caso, todavia, com a emergência, desde meados da década de 1960, da rastejante mas firme crise estrutural do capital, a qual, segundo aquele pensador, emana daquelas três dimensões retro citadas, que, desde o início, constituíram uma unidade contraditória, conflituosidade que se constata, por exemplo, ao se observar que a esfera da troca subjuga a da produção, pois sem a realização da mais-valia produzida não existe a acumulação de capital. A crise se acirra quando os interesses de cada uma deixam de coincidir com os das demais, passando as contradições entre elas a se tornarem "cumulativas e, portanto, estruturais, trazendo com elas um perigoso bloqueio ao complexo mecanismo de deslocamento das contradições." (MÉSZÁROS, 2011a, p. 800). Trata-se, agora, não mais de meras "disfunções", mas de bloqueios na estrutura de funcionamento do próprio sistema, que colocam em risco sua existência como tal. Daí a natureza estrutural da crise.

Em que pese a pertinência e a consistência do modelo teórico construído pelo estudioso húngaro, a apreensão mais acurada dos determinantes da natureza estrutural da crise que acomete o sistema do capital desde meados da década de 1960 só é possível mediante o

estudo rigoroso e aprofundado dos três volumes de *O Capital*, o que, na verdade, foi precisamente a tarefa empreendida por Mészáros, como etapa fundamental de seu ambicioso projeto de escrever “*O Capital do século XX*”, e concretizar assim o sonho de seu mestre Gyorg Lukacs, inúmeras vezes por esse mencionado.

Na próxima seção, procurar-se-á recuperar a configuração histórica, política e econômica pós-Segunda Grande Guerra, que ficou conhecida como fordismo, a qual, em seus breves “trinta anos gloriosos”, lançou as bases da atual crise estrutural, que desde meados dos anos 1960 atinge o mundo capitalista.

### ***3.1.2 O esgotamento do regime de acumulação fordista como expressão fenomênica da crise estrutural do capital***

A relativa estabilidade e o crescimento socioeconômico proporcionados pelo binômio fordismo/keynesianismo<sup>24</sup> nos países de capitalismo avançado perdurou do pós-Segunda Guerra Mundial até aproximadamente os primeiros anos da década de 1970. A partir de então, conforme Harvey (1992), as economias desses países são atravessadas por uma complexa metamorfose, lançando os fundamentos da ordem neoliberal que se consolidaria a partir da década seguinte. Basicamente, de acordo com aquele autor, pode-se resumir a configuração sociopolítica e econômica do regime de acumulação fordista no seguinte.

Por todo aquele período, estabeleceu-se um pacto entre Estado, capital e trabalho, calcado na expansão contínua da produção, com significativa participação dos trabalhadores nos resultados financeiros das empresas mediante salários relativamente elevados, em patamares nunca antes praticados, tendo como contrapartida o arrefecimento, por parte dessa classe social, da postura de combate ao capital e a cooptação das poderosas organizações sindicais atuantes naquelas nações. De sua parte, o Estado entrava com uma ampla gama de direitos sociais à disposição dos trabalhadores (educação, saúde, planos de previdência e aposentadoria, etc.), financiados mediante elevada taxaçoão sobre os lucros auferidos pelo

---

<sup>24</sup>**Fordismo:** neologismo cunhado por Antonio Gramsci, e notabilizado em seu Caderno 22 dos *Cadernos do Cárcere* (GRAMSCI, 2001b), intitulado "Americanismo e Fordismo". Por esse termo, Gramsci pretendia aludir ao sistema de produção em massa implantado pelo empresário estadunidense Henry Ford, a partir da segunda década do século XX, nos Estados Unidos da América, caracterizado pela extrema racionalização capitalista, baseada em inovações técnicas e organizacionais, da produção em grande escala de bens destinados ao consumo final de massa. **Keynesianismo:** Vertente teórica da ciência econômica, tributária das ideias do economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946), que advoga a intervenção saneadora e estimuladora do Estado na política econômica nacional, mediante instrumentos de política fiscal (preponderantemente), creditícia e monetária.

capital, estes sempre ascendentes, tendo em vista a contínua expansão internacional de seus mercados.

O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público - em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. - vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. (HARVEY, 1992, p. 129).

Fica difícil não perceber que a legitimidade do Estado (para os outros dois partícipes do pacto), nesse arranjo, provinha de sua capacidade de continuar suprindo à base social do sistema aqueles serviços essenciais básicos, aliviando, para o capital, seus custos com mão-de-obra, contribuindo, dessa forma, para baratear o valor da força de trabalho e, conseqüentemente, aumentar a taxa de exploração (taxa de mais-valia) dessa. A viabilidade desse esquema dependia, assim, da capacidade fiscal do Estado, a qual, por sua vez, nutria-se do desempenho econômico-financeiro dos grandes conglomerados empresariais multinacionais.

A forte concentração de capitais nos imensos conglomerados monopolistas estadunidenses atenuou sensivelmente a acirrada competição intercapitalista, aproveitando-se aquelas corporações dos programas de reconstrução dos países europeus aliados, que tiveram vastas áreas de seus territórios destruídas na Segunda Grande Guerra. Solucionava-se, assim, ao menos momentaneamente, o problema da capacidade de produção excessiva da economia norte-americana, enquanto se construía mercados globais para consumo de seus produtos e fornecimento de matéria prima à sua indústria.

Os Estados Unidos, não somente pela pujança de sua economia, mas principalmente por terem, com o acordo de *Bretton Woods*<sup>25</sup>, transformado o dólar em moeda-reserva mundial, hegemonizava todo esse processo, vinculando o desenvolvimento econômico do mundo capitalista, sob os auspícios do fordismo, à sua política fiscal e monetária. O capital parecia imbatível e inabalável, em sua saga de incorporar cada vez mais

---

<sup>25</sup> Conferência de Estados ocorrida em 1944 nos Estados Unidos, que contou com a participação de 44 nações aliadas, com o propósito de estabelecer os novos marcos de regulação monetária e financeira internacional, após o fim da Segunda Grande Guerra. No bojo das decisões tomadas no evento, surgem duas organizações hoje consideradas emblemáticas do referido encontro, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), uma das instituições que compõem o Grupo Banco Mundial, e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

nações até então incólumes à sua “missão civilizadora”, seja pelo comércio internacional, nas bases de desfavorabilidade dos termos de troca para as nações pobres, seja pelo próprio investimento estrangeiro direto (IED) nos países que apresentavam taxa de mais-valia atraente aos grandes monopólios. Nas palavras de David Harvey (1992, p. 134):

[...] o núcleo essencial do regime fordista manteve-se firme ao menos até 1973, e, no processo, até conseguiu manter a expansão do período pós-guerra - que favorecia o trabalho sindicalizado e, em alguma medida, estendia os "benefícios" da produção e do consumo de massa de modo significativo - intacta. Os padrões materiais de vida para a massa da população nos países capitalistas avançados se elevaram e um ambiente relativamente estável para os lucros corporativos prevalecia.

Todavia, o arranjo se fundava na crescente e ilimitada expansão da produção, o que se sabe, é incompatível com a real dinâmica da reprodução sociometabólica do capital, que tem nas crises de superprodução e de realização da mais-valia componentes intrínsecos ao próprio sistema. (MÉSZÁROS, 2011a). Ademais, a rigidez inerente ao fordismo, presente nos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam suficiente flexibilidade de planejamento e pressupunham crescimento estável em mercados de consumo constantes, comprometia consideravelmente o funcionamento do sistema. Esse fator contribuía sobremaneira para a diminuição de desempenho econômico e de produtividade das empresas, com a conseqüente redução da capacidade fiscal do Estado para continuar sustentando a política de bem estar social, naquelas sociedades.

Importa destacar um relevante elemento dessa conjuntura, a saber, o reaparecimento da contestação radical dos trabalhadores às suas condições de aviltamento não somente no processo de trabalho capitalista, mas na própria sociedade industrial, desencadeando violentas manifestações de massas, das quais as célebres de maio de 1968 tornaram-se as mais emblemáticas.

Os acontecimentos de maio de 1968 na França pegaram de surpresa os teóricos sociais de então, pelo caráter abrangente da base social (não apenas operária) daquele movimento, que foi cronologicamente seguido por greves obreiras, não significando isso que aqueles tenham sido a causa dessas, mas evidenciando a interação e inter-relação entre as diversas dimensões do complexo social na dinâmica da luta de classes. Não obstante, impõe-se, a bem da mais fiel possível compreensão da natureza e dos desdobramentos sociopolíticos e históricos daqueles acontecimentos, que se apreenda o papel decisivo do operariado.

No intervalo compreendido entre os meses de maio e junho de 1968, um contingente superior a dez milhões de trabalhadores participaram da maior greve da história

do movimento obreiro francês, contemplando a maioria dos setores da economia e do aparelho do Estado, como bem ilustra Maurice Grimaud, ex-chefe de polícia de Paris, em entrevista de 1988:

O verdadeiro perigo começou quando os operários entraram em cena. Primeiramente, no dia 13 de maio, uma grande manifestação de solidariedade depois da noite das barricadas e depois, nos dias seguintes, quando os operários mais jovens, sem consultar os seus sindicatos, decidiram seguir os estudantes. Em 16 e 17 de maio, quando as grandes forças da CGT e CFDT [federação de sindicatos], entendendo que sua credibilidade estava muito abalada, chamam a generalização da greve. Foi nesse momento que apareceu claramente a fragilidade do Estado. A polícia podia dispersar atos, destruir dez ou vinte barricadas, mas não podia controlar cem ou quinhentas fábricas, oficinas, lojas, bancos e estações de trem. Muito menos poderia trazê-los de volta ao trabalho. (SIEBEL, 2008, p. 03).

Importa salientar que o espírito do maio de 1968 transcendeu o espaço territorial francês, com explosões de insatisfação de trabalhadores e estudantes nos principais países da Europa Ocidental e mesmo na periferia do capitalismo, como foi o caso no México em 02 de maio, quando mais de 200 estudantes foram assassinados pelo aparelho repressor daquele Estado na Praça das Três Culturas, na capital federal. Nos Estados Unidos, as manifestações ocorrem no contexto da ferrenha oposição popular à invasão do Vietnã.

A luta de classes explicita-se acentuadamente e agudiza-se, pondo fim ao “pacto” que domesticou a classe trabalhadora por mais de vinte anos, para dissabor e preocupação do capital que, já às voltas com os problemas mencionados, acentua a incorporação das conquistas técnicas obtidas na chamada “terceira revolução tecnológica” ao processo produtivo, com vistas ao incremento de sua produtividade e de sua composição orgânica, como bem salienta Antunes:

O enorme salto tecnológico, que então se iniciava, constituiu-se já numa primeira resposta do capital à confrontação aberta do mundo do trabalho, que aflorava nas lutas sociais dotadas de maior radicalidade no interior do espaço fabril. E respondia, por outro lado, às necessidades da própria concorrência intercapitalista na fase monopólica. (ANTUNES, 2009, p. 46).

Foi precisamente nesse contexto de ameaças aos seus imprescindíveis imperativos de crescente extração de mais-valia e hegemonia política e social que o capital tratou de se reorganizar, apropriando-se de temáticas que haviam sido propostas pelos trabalhadores e reconfigurando-as de acordo com seu projeto de reestruturação organizacional e tecnológica.

As bem sucedidas experiências de autogestão implantadas sob o controle dos trabalhadores (GUTIERREZ, 1997) evidenciaram o potencial cognitivo desses para além das parcas habilidades exigidas do "gorila amestrado" taylorista, e fizeram florescer nos

capitalistas a percepção de que podiam extrair daqueles muito mais do que mera força muscular. Doravante, inteligência, iniciativa e capacidade organizacional dos trabalhadores seriam apropriadas pelo capital da forma mais intensiva possível, em todas as etapas dos processos produtivos capitalistas, como se verá no tópico seguinte.

Harvey (1992) aponta que em meados da década de 1960, a recuperação pós-Segunda Guerra das economias japonesa e dos maiores países da Europa Ocidental já estava consolidada, e começava a despontar capacidade excessiva interna em suas indústrias, o que levava esses Estados a incrementarem sensivelmente a concorrência intercapitalista por novos mercados, no exterior, complicando mais ainda a situação da economia estadunidense. Essa vinha sofrendo desaquecimento progressivo em sua demanda efetiva, por conta do crescente desemprego em razão do aumento da taxa de composição orgânica do capital, decorrente do processo de aguda racionalização fordista em suas empresas. Brenner situa o processo nos seguintes termos:

Essas economias de desenvolvimento tardio [economias japonesa e dos maiores países da Europa Ocidental] produziam os mesmos bens que já produziam as economias mais maduras, todavia com preços mais competitivos. O resultado era um excesso de oferta em relação à demanda numa indústria após a outra, e isso implicava preços baixos e, por conseguinte, lucros baixos. As empresas que sofriam essas reduções de lucros, mesmo assim, não abandonavam facilmente esses setores industriais em direção a outros mais rentáveis. Tentavam conservar sua fatia de mercado recorrendo à capacidade de inovação, aumentando o investimento em novas tecnologias [além de tentarem compensar a queda da taxa de lucro com o incremento de sua massa], o que, na verdade, piorava mais ainda a sobrecapacidade daquelas economias. Por causa da queda de sua taxa de lucro, os capitalistas obtinham mais-valia cada vez em menor quantidade em relação ao seu investimento. Daí que não tiveram mais outra opção a não ser diminuir o investimento em equipamentos [o que leva à diminuição da demanda agregada no Departamento I da economia] e força de trabalho [idem, no Departamento II]; e, ao mesmo tempo, a fim de recuperar a rentabilidade, conter as indenizações por desemprego, enquanto os governos reduziam os gastos sociais. Contudo, as consequências de todos esses cortes de gastos foi um problema muito mais grave, a queda da demanda agregada, a longo prazo. **A persistente debilidade da demanda agregada é a origem imediata de debilidade a longo prazo da economia.** (BRENNER, 2009, p. 20)

A partir do início da década de 1970, a fragilidade das bases constitutivas desse padrão de acumulação (sem falar nas próprias contradições inerentes ao MCP) se manifesta de maneira contundente, com a aguda recessão que atingiu a maioria das economias centrais capitalistas mundiais, da qual a eclosão da “crise do petróleo”, em 1973, é apenas sua manifestação mais visível.<sup>26</sup> Por sua vez, Brenner (2009) chama atenção para a profunda e

<sup>26</sup>Mandel (1990, p. 9) salienta a peculiaridade da crise, ao assinalar que “Entre 1974 e 1975, a economia capitalista internacional conheceu a sua primeira recessão generalizada desde a II Guerra Mundial, sendo a única, até então, a golpear simultaneamente *todas* as grandes potências imperialistas”. Por outro lado, ressalta



duradoura queda das taxas de rendimento em inversões de capital e de lucros, desde finais dos anos 1960, das quais aponta como causa principal, apesar de não a única, uma persistente tendência à sobrecapacidade de produção nas indústrias manufatureiras mundiais.

A própria crise do fordismo e do keynesianismo, em si, constitui expressão fenomênica da grave crise estrutural que atinge o sistema do capital, em sua incapacidade de remunerar satisfatoriamente as enormes massas de capitais que se avolumam, tendo em vista, dentre vários fatores, as dificuldades de realização da mais-valia produzida, por conta principalmente da deterioração do nível de remuneração da classe trabalhadora.

[...] a “crise do fordismo” e a maneira pela qual as “personificações do capital” procuraram superá-la com a reestruturação da economia – ficando muito aquém do sucesso esperado – somente são inteligíveis como parte de uma crise muito mais profunda do sistema como um todo. Mostra também que elas em verdade são manifestações das contradições do sistema do capital, que nenhuma quantidade de “toyotismo” poderá remediar. (MESZAROS, 2009, p. 4).

Dentre os mais salientes **sintomas** do quadro crítico que àquela altura acomete o capitalismo, é possível assinalar: a) queda da taxa de lucro (documentada por Mandel (1982, 1990)), para as economias dos Estados Unidos, Japão, Suécia, Inglaterra, França e Alemanha); b) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, dado, entre outros fatores, sua incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava, como consequência do desemprego estrutural que então se iniciava; c) hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, que não mais conseguia (e nem consegue, na contemporaneidade), na esfera produtiva, extrair mais-valia suficiente para remunerar os capitais ávidos por remuneração compatíveis com suas expectativas de taxas de retorno<sup>27</sup>; d) a crise do *Welfare State* e dos seus mecanismos de funcionamento, conformando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; e) incremento acentuado das privatizações, desregulamentações e a flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho (ANTUNES, 2009).

O declínio de desempenho do fordismo pode ser interpretado, até certo ponto, como o esgotamento das opções para lidar com a tendência de superacumulação. Harvey (1992) lembra que tal tendência é ineliminável no capitalismo, e que resta apenas, nos marcos

---

que a referida recessão “é a conclusão de uma fase típica de queda da taxa média de lucros”, portanto, “uma crise clássica de superprodução” (MANDEL, 1990, p. 23).

<sup>27</sup> Importa observar que para que esse mecanismo se sustente, as taxas de exploração crescem.

desse modo de produção, administrar essa característica constitutiva do sistema, de forma a não ameaçar sua ordem social. Por conta disso, a burguesia deve optar entre as seguintes alternativas, para evitar o caos social: 1) desvalorização de capital, expressa em queda nos valores de mercadorias, de capacidade produtiva, do dinheiro, chegando até, caso necessário, à destruição direta de ativos. 2) controle macroeconômico, por intermédio de algum sistema de regulação, no que o regime fordista-keynesiano constituiu seu melhor paradigma e 3) absorção da super-acumulação por meio do deslocamento espacial e temporal.

A terceira alternativa prevaleceu, nos anos finais do regime fordista-keynesiano, na estratégia adotada com vistas a atenuar a superacumulação que marcou o final do período de expansão do pós-Segunda Guerra. A lógica consistia em deslocar para frente, espacialmente e temporalmente, contradições imanentes e insolúveis do MCP, de modo a dar sobrevida ao sistema.

Do ponto de vista do deslocamento espacial, este ocorreu quando, conforme mencionado, acentuou-se o processo de recuperação das economias japonesa e dos maiores países da Europa Ocidental que, juntamente com as economias nacionais de industrialização tardia, passaram a concorrer com os Estados Unidos por novos mercados externos para seus produtos e por fontes de matérias-primas indispensáveis às suas indústrias.

Na ótica do deslocamento temporal, a dificuldade de realização da mais-valia era contornada mediante a "ajuda estranha" do Estado, o qual procurava absorver o excedente de capital e de trabalho de determinado ano em investimentos públicos e privados de longo prazo em obras de infra-estrutura física (estradas, por exemplo), de logística (portos), sociais (escolas, hospitais), etc. Dessa forma, os lucros anteriores das grandes corporações capitalistas, de difícil reaplicação, portanto, encalhados, eram então reincorporados ao circuito de reprodução do capital, para devolver à sociedade seu equivalente em valor ao cabo de um longo período de tempo futuro, quando aqueles investimentos começassem a apresentar retorno compatível com os valores nele investidos. Resolvia-se, assim, o problema imediato dos capitalistas, agravando a situação fiscal do Estado que, para financiar suas dívidas (decorrentes desse "socorro" ao capital), chegou ao ponto de ter que imprimir dinheiro sem lastro real, gerando um surto inflacionário que corroeu o valor das dívidas passadas, com graves repercussões políticas, bem como o poder aquisitivo da classe trabalhadora.

Por volta de 1973, ainda segundo aquele autor britânico, esses mecanismos esgotaram sua capacidade de atenuação das contradições subjacentes do MCP, e

Parecia não haver opção além do retorno à desvalorização [...] como meio primário de lidar com a tendência de superacumulação. Isto é, a não ser que algum outro

regime superior de produção capitalista, capaz de garantir uma sólida base para uma maior acumulação em escala global, pudesse ser criado. (HARVEY, 1992, p. 174).

A solução encontrada pelo capital foi o estabelecimento de um novo regime de acumulação, o qual pareceu enquadrar-se como uma recombinação simples das duas estratégias de busca de lucro (mais-valia) descobertas por Marx, a mais-valia absoluta e a relativa. Com base na primeira, passa a ocorrer, a partir de então, a transferência de capital corporativo de regiões de altos salários para regiões de baixos salários, criando o "fordismo periférico". Pela segunda estratégia, baseada na mais-valia relativa, a mudança organizacional e tecnológica é posta em ação para gerar lucros temporários para firmas inovadoras e lucros mais generalizados com a redução dos custos dos bens consumidos pelas famílias dos trabalhadores, que definem o valor do trabalho.

Esse período caracterizou-se também – e isso é decisivo – por uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e contra as condições vigentes durante a fase de apogeu do fordismo. [...] Uma vez encerrado o ciclo expansionista do pós-guerra, presenciou-se, então, a completa desregulamentação dos capitais produtivos transnacionais, além da forte expansão e liberalização dos capitais financeiros. As novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho, somadas à liberação comercial e às novas formas de domínio tecnocientífico, acentuaram o caráter centralizador, discriminador e destrutivo desse processo, que [...] não comportava a incorporação daqueles que não se encontravam no centro da economia capitalista, como a maioria dos países de industrialização intermediária, sem falar dos elos mais débeis dentre os países do Terceiro Mundo. Ou, melhor dizendo, incorporava-os (como são exemplos os denominados “novos países industrializados”, dos quais destacam-se os asiáticos), porém numa posição de total subordinação e dependência. A reestruturação produtiva no interior desses países deu-se nos marcos de uma condição subalterna. (ANTUNES, 2009, p. 34).

No bojo dessa reação do capital, com vistas a recuperar níveis anteriores de lucratividade e crescimento econômico, sobreveio um profundo processo de reestruturação da produção e do trabalho e, não menos relevante, de seu sistema ideológico e político de dominação, o que será tratado a seguir.

### ***3.1.3 O regime de acumulação flexível e a reestruturação produtiva do capital***

Como um dos reflexos da profunda recessão que atingiu a economia capitalista mundial a partir de 1973, e para se opor à crescente e radical contestação da classe trabalhadora organizada às suas condições de aviltamento, o capital inicia uma ampla e profunda reorganização de suas bases de acumulação, operacionalizada no nível macropolítico global por intermédio de seus organismos multilaterais (notadamente Banco Mundial, FMI, OMC) e no nível micro operacional em suas unidades de execução diretamente

responsáveis pela geração e realização da mais-valia (conglomerados empresariais e grupos econômicos), com vistas a não somente reestruturar seus processos produtivos na busca de recuperação de margens anteriores de lucratividade, mas, também, a recuperar a hegemonia nas principais instâncias superestruturais das modernas sociedades regidas por seu sistema sociometabólico.

A essas transformações políticas e econômicas do capitalismo corresponde a emergência de novos paradigmas culturais, artísticos e epistemológicos, os quais, condensados sob o rótulo de *pós-modernismo*, constituem o substrato ideológico de sustentação do sistema do capital, em seu novo estágio acomodatório de suas insolúveis contradições<sup>28</sup>, cunhado por Harvey como *regime de acumulação flexível*.

**A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo.** Ela se apóia na **flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.** Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de **inovação comercial, tecnológica e organizacional.** [...]Ela também envolve um novo movimento que chamarei de "**compressão do espaço-tempo**" no mundo capitalista - os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (HARVEY, 1992, p. 140).

Trata-se, essencialmente, da intrínseca e inarredável necessidade do capital de espremer cada vez mais a classe trabalhadora na busca de maiores taxas de mais-valia, por meio de novas formas de intensificação da exploração da força de trabalho. Para isso, procura-se "enxugar" a organização<sup>29</sup>, eliminando o trabalho improdutivo (o que não cria valor/mais-valor), o qual passa a ser executado pelo "polivalente" operário toyotista<sup>30</sup>,

<sup>28</sup>Wood (1996), privilegiando, em detrimento das discontinuidades apontadas por vários intelectuais que apostam no ineditismo do regime de acumulação flexível, os elementos de continuidade desse novo regime de acumulação em relação ao fordismo, salienta que, mais do que a passagem da "modernidade" para a "pós-modernidade", **essas transformações ocorridas desde os anos 1970 mostram o capitalismo atingindo sua maturidade, sozinho, com suas próprias contradições internas, sem rivais mas também sem rotas de escape.**

<sup>29</sup>Antunes (2009) alude a um processo de **lioofilização** organizativa, fazendo uso do termo cunhado pelo sociólogo espanhol Juan Castillo (1996a, 1996b) em dois de seus trabalhos. O padrão de referência de corporação empresarial a ser buscado (e emulado) passa a ser a organização "enxuta", ou seja, com poucos e sobrecarregados trabalhadores, perfazendo um núcleo composto de empregados em tempo integral, que desempenham funções estratégicas, ligadas ao *core-business* da empresa, e por isso dispõem de melhores condições em termos de renda e estabilidade. Na condição antípoda, encontram-se os trabalhadores de baixa qualificação, facilmente disponíveis no mercado, cujas funções geralmente são terceirizadas e, quando não, apresentam alto índice de rotatividade.

<sup>30</sup>"O toyotismo [...], como via japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial, é uma forma de organização do trabalho que nasce na Toyota, no Japão pós-45" (ANTUNES, 2009, p. 56), e que, nas décadas de 1950 e 1960, se propaga para as grandes companhias daquele país, adquirindo, todavia, uma

agregando-lhe mais essa atribuição, além da de operar e controlar o funcionamento de mais máquinas ou processos do que o fazia o operário fordista, este um mero executor de micro procedimentos repetitivos.

Segundo Antunes (2009, p. 54), a acumulação flexível

[...] se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços.

Para isso, desenvolve-se uma estrutura produtiva mais flexível, desconcentrando-se a produção mediante a terceirização e o retorno de formas de trabalho pretéritas, arcaicas, como o trabalho domiciliar, o artesanal, o familiar, agora não mais como apêndices do sistema, mas como peças centrais dessa cadeia de subcontratação, servindo, na verdade, como mecanismo manipulatório para a apropriação de força de trabalho em vis condições de auto-exploração, sob o véu da compra e venda de mercadorias semi-elaboradas.<sup>31</sup>

No plano interno, dentro da empresa, utiliza-se o trabalho em equipe (*team work*, “células de produção”) no bojo de uma nova estrutura organizacional, mais horizontalizada, com a eliminação dos postos de supervisão intermediária, visto que essa função foi sagazmente transferida aos próprios membros das equipes, por meio da pressão pelo atingimento das metas estipuladas pela gerência, ou pelos capitalistas, diretamente. Para isso, as equipes de trabalho são constantemente instigadas pela empresa a discutir novas formas de melhor desempenhar seu trabalho, no sentido de elevar a produtividade, o que se constitui, em verdade, num processo de apropriação do saber-fazer do trabalhador que será a base para o que Alves (2011) cunha de “captura” da subjetividade.

Comparando o controle dos processos de trabalho nas organizações que pautavam seu funcionamento pelos princípios do fordismo-taylorismo com o que ocorre nas empresas sob o novo padrão de acumulação, observa aquele autor que

[...] a organização toyotista do trabalho capitalista possui uma densidade manipulatória de maior envergadura. Na nova produção do capital, **o que se busca**

---

abrangência mundial apenas a partir da década de 1980. Ele se diferencia do fordismo, basicamente, em poucas palavras, nos seguintes pontos: 1) a produção é totalmente ditada pela demanda, visando atender às exigências individualizadas do mercado consumidor, o que faz com que sua produção seja diversificada e heterogênea. 2) tem como substrato organizacional o trabalho em equipe, estruturado em múltiplas e cumulativas funções, num processo produtivo flexível, que terceiriza todas as operações que não geram diretamente valor/mais-valor, sobrecarregando o trabalhador com as funções de supervisão, além das de execução, que já desempenhava no regime de produção anterior.

<sup>31</sup> Trata-se da velha e surrada prática capitalista do *salário por peça*, analisada por Marx (2011b) em *O Capital*.

**“capturar” não é apenas o “fazer” e o “saber” dos trabalhadores, mas a sua disposição intelectual-afetiva**, sua capacidade de aprendizagem voltada para a cooperação com a lógica instrumental da valorização. O trabalhador é encorajado a pensar “proativamente” e a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (o que tende a incentivar, no plano sindical, por exemplo, estratégias neo-corporativas de cariz propositivo). [...] **sob o toyotismo, o trabalhador pensa e é obrigado a pensar muito mais, mas colocando a inteligência humana a serviço do capital.** (ALVES, 2011, p. 111-112).

Essa massiva ofensiva ideológica do capital transcende os espaços da empresa e mesmo da esfera econômica, perpassando todas as demais dimensões sociais nas quais o conhecimento desempenha papel fundamental, mormente na educação, com as “inovações pedagógicas” do “saber-fazer” e da “pedagogia das competências”, dentre outros modismos epistemológicos<sup>32</sup>. O capital finca, assim, seus pés num terreno imprescindível para a perpetuação de seu domínio, porquanto o novo modelo produtivo exige uma arquitetura de controle do metabolismo social de novo cariz, mais refinado, sutil e, desde a mais tenra idade, internalizado na conformação ideológica e de valores desempenhada pela escola. Emerge, assim, um modo peculiar de manipulação, segundo Lukacs (*apud* HOLZ; KOFLER; ABENDROTH, 1971, p. 40).

Como consequência de tal manipulação, o trabalhador, a pessoa que trabalha, é desviado do problema de como poderia transformar seu tempo de lazer em atividade criativa, acreditando que o consumo pode desempenhar, na sua vida, o mesmo papel que o trabalho em uma jornada de doze horas por dia, ditatorialmente imposta, cumpria.

Esse descomunal desequilíbrio, na atual quadra do sistema sociometabólico hegemônico, na correlação de forças entre capital e trabalho, em prejuízo deste, sensivelmente pressionado por todas as formas de controle por parte daquele, tem desdobramentos trágicos sobre as condições de vida da classe trabalhadora, em todo o mundo. A fragmentação desta contribui para a destruição do sindicalismo combativo, que cede lugar ao seu simulacro dócil e funcional aos interesses empresariais, sem forças para ou mesmo sem pretensão de se opor à desregulamentação dos direitos dos trabalhadores, e justificando sua pusilanimidade na “irrevogabilidade e inexorabilidade do mercado e do capital”, senhor do mundo entronizado pela globalização neoliberal.

O capital, no regime de acumulação ora em discussão, aproveitando-se da fragilidade política do trabalho e utilizando como álibi os imperativos da encarniçada competição global, impõe o trabalho precário e desregulamentado como norma e paradigma, vulnerabilizando a esmagadora maioria dos seres humanos que precisam vender sua força de

---

<sup>32</sup>Ver nota 85.

trabalho para sobreviver. Nos países centrais, as plantas industriais, transferidas para países da periferia do capitalismo<sup>33</sup>, cedem lugar para pequenos e médios negócios insuflados pela ideologia do empreendedorismo e até mesmo para práticas arcaicas de produção, como o trabalho artesanal, familiar e patriarcal. Fica nítida, em todos esses expedientes, a utilização do exército de reserva de mão-de-obra como regulador do valor da força de trabalho, de forma a proporcionar sempre maiores taxas de mais-valia para o capital<sup>34</sup>.

Reportando-se à dinâmica produtiva e ao *modus-operandi* do regime de acumulação flexível, em contraposição ao seu anterior, Harvey (1992, p. 148) destaca que

As economias de escala buscadas na produção fordista de massa foram substituídas por uma crescente capacidade de manufatura de uma variedade de bens e preços baixos em pequenos lotes. **As economias de escopo derrotaram as economias de escala.** [...] Esses sistemas de produção flexível permitiram uma **aceleração do ritmo da inovação do produto**, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala - ao mesmo tempo que dependeram dela. Em condições recessivas e de aumento da competição, o impulso de explorar essas possibilidades tornou-se fundamental para a sobrevivência. **O tempo de giro** - que sempre é uma chave da lucratividade capitalista - **foi reduzido de modo dramático** pelo uso de novas tecnologias produtivas (automação, robôs) e de novas formas organizacionais (como o sistema de gerenciamento de estoques "*just-in-time*", que corta dramaticamente a quantidade de material necessária para manter a produção fluindo). **Mas a aceleração do tempo de giro na produção teria sido inútil sem a redução do tempo de giro no consumo.** A meia vida de um produto fordista típico, por exemplo, era de cinco a sete anos, mas a acumulação flexível diminuiu isso em mais da metade em certos setores [...].

Fica claro que à aceleração do tempo de giro na produção, perseguida pelo capital no regime de acumulação flexível, há que corresponder necessariamente uma equivalente redução do tempo de giro no consumo, consubstanciando, assim, o constrangimento, perpetrado pelo capital, de forçar uma interdependência entre as esferas da produção e da circulação sob os auspícios do valor de troca, e não do valor de uso.

No sistema do capital, a compra e a venda, atos antitéticos, exteriormente independentes entre si, possuem uma unidade interior dialética, corporificada na contradição intrínseca à mercadoria, que se apresenta na oposição entre valor-de-uso e valor, e faz com que o valor de uso que interessa a um indivíduo só possa ser por ele adquirido caso esse consiga realizar o valor do valor de uso que não lhe interessa, e que ele leva ao mercado, para vender. Essa interdependência, preponderante em regimes de acumulação anteriores, ocorria

<sup>33</sup>Nos países que na maior parte do século passado ficaram conhecidos como “de terceiro mundo”, os baixos preços de matéria-prima e mão-de-obra, e a falta ou debilidade de organização sindical, propiciavam, comparativamente à opção do modelo toyotista, a preferência pelo que se convencionou chamar de “**fordismo periférico**”, pois onde a produção podia ser padronizada, era mais rentável se aproveitar daquelas condições nativas acima referidas do que implantar um novo sistema produtivo.

<sup>34</sup>Processo analisado por Marx (2011b, p. 732-44).

majoritariamente do ponto de vista do valor de uso. No regime de acumulação flexível, torna-se mais explícito, por parte do capital, o expediente de forçar o deslocamento dessa inter-relação para o âmbito da troca *por si* (ou seja, da realização da mais-valia *por si*), e não da fruição dos valores de uso. Os imperativos da valorização do capital constroem perigosamente as condições de reprodução social e sustentabilidade ambiental, por meio da produção destrutiva (MÉSZÁROS, 2011a), cujo exemplo extremo constitui o complexo industrial militar estadunidense, calcado na venda de “valores de uso” cuja fruição, quando ocorre, o faz em reduzidíssima proporção em relação a seus correspondentes valores.

Suas limitações sistêmicas têm levado o capital a perceber a inviabilidade, a partir de certo ponto, de sua valorização *ad-infinitum* nos marcos estritos da esfera produtiva, precisamente pelos constrangimentos acima expostos, o que ensejou a busca de formas alternativas de valorização que independam da geração e realização de mais-valia naquele âmbito<sup>35</sup>. É aqui que entra em cena um mecanismo de fundamental importância no capitalismo mundial desde o último quartel do século passado, a saber, a utilização da esfera financeira com vistas à valorização dos imensos estoques de capital que não encontram possibilidade de valorização na esfera produtiva. Esse é um componente essencial, característico, constitutivo mesmo, de uma nova fase do capitalismo monopolista global, na qual esse tenta recuperar-se de sua grave crise estrutural e reorganizar suas bases políticas, sociais e econômicas com vistas à recuperação de margens anteriores de lucratividade e de sua hegemonia. Emerge o neoliberalismo, do qual se tratará a seguir.

### 3.2 O neoliberalismo como estratégia de recuperação do poder de classe

Uma das teorias mais influentes e difundidas entre os estudiosos do neoliberalismo, a que vem sendo desenvolvida pelos economistas franceses Gerard Dumenil e Dominique Levy (2004, 2011), acentua a dimensão política como vetor determinante para as drásticas transformações econômicas que precipitaram aquela nova ordem social. Focam aqueles estudiosos suas análises da emergência da quadra neoliberal na dinâmica da luta entre duas frações da classe capitalista, as burguesias financeira e industrial, consideradas autônomas entre si, e dessas com a classe trabalhadora. No desenrolar dessa dinâmica,

---

<sup>35</sup> **Toda real valorização de capital decorre de realização de mais-valia produzida na esfera produtiva**, o que mostra quão ilusória pode ser a alternativa da utilização da esfera financeira para tentar auferir lucros, sem a devida contrapartida na produção real. Conforme ver-se-á no presente estudo, subsequentemente, apenas na esfera da produção se cria valor (e mais-valor). Desta forma, o capital aparece em maior valor na circulação porque foi valorizado na esfera anterior, a da produção, por meio da extração de trabalho não pago do proletariado envolvido no processo produtivo.



estabelecem fases históricas do capitalismo a partir da hegemonia de uma fração daquela classe, em detrimento da outra fração, intercaladas por crises (as quais qualificam de estruturais). A estabilidade e a duração de cada fase vinculam-se à manutenção do consenso entre aquelas frações de classe, sempre com a hegemonia da fração que imprimia, com sua dimensão própria (industrial ou financeira), a esfera capitalista que prevaleceria na respectiva fase.

Grosso modo, eles fazem a seguinte divisão entre as fases do capitalismo: Após a grande recessão de 1865-90, sobreveio a primeira hegemonia da finança, que durou de 1890 a 1929, ano em que a então mais grave crise do sistema capitalista assombrou o mundo, perdurando até 1945. A partir desse ano, no embalo dos esforços de reconstrução dos países aliados europeus, a hegemonia passa para os industriais que, na esteira do êxito do fordismo na indústria estadunidense e com o apoio das políticas nacionais keynesianas, hegemonizaram o período que ficou conhecido como "os trinta anos gloriosos", aproximadamente, de 1945 a 1973. A última fase, na cronologia daqueles autores, inicia-se em 1979 (com o "golpe de 1979", que é como eles se referem à decisão do FED dos Estados Unidos de aumentar, em níveis inéditos, as taxas de juros, na tentativa de baixar a inflação naquele país) e perdura até nossos dias, dando à finança sua segunda hegemonia.

Uma tese central deste livro<sup>36</sup> é que o neoliberalismo é a expressão do desejo de uma classe de proprietários capitalistas e das instituições nas quais seu poder se concentra, as quais coletivamente designamos como "finança", de recuperar, no contexto de um declínio geral das lutas populares, os rendimentos e o poder de sua classe, que haviam diminuído desde o período compreendido entre a Grande Depressão [1929-33] e a Segunda Guerra Mundial. **Longe de ser inevitável, essa foi uma deliberada ação política**<sup>37</sup>. As regras cuja imposição definem o neoliberalismo são geralmente designadas eufemisticamente como regras "de mercado", evitando-se assim a referência direta ao capital. (DUMENIL; LEVY, 2004, p. 1-2).

Para Dumenil e Levy (2004), o móvel da reação burguesa que, em meados da década de 1970, pôs abaixo o pacto capital/trabalho que imperou nos países de capitalismo avançado desde o final da Segunda Grande Guerra, foi a abrupta queda na taxa média de lucros nos principais setores industriais daqueles países, conforme analisado na seção precedente. O caráter crucial desse fenômeno determinou a ação da classe dominante nas décadas seguintes, durante as quais uma fração particular dessa classe, a finança, reorganizou-

<sup>36</sup>Esta tese é compartilhada por Harvey (2008), obra na qual, à página 26, ele cita textualmente a perspectiva teórica de Dumenil e Levy sobre o surgimento do neoliberalismo. Por outro lado, importa mencionar as críticas a esta abordagem, como, por exemplo, a de Prado (2010), que refuta o estudo dessa nova etapa do capitalismo apenas pela ótica da análise da dinâmica das classes, priorizando, por seu turno, a análise do capital, em seu auto-movimento, como sujeito do processo, e não os agentes (as classes).

<sup>37</sup>Como se verá nos dois últimos parágrafos da presente seção.

se e rearticulou-se politicamente com o intuito de recuperar suas rendas e seu poder, erodidos no período anterior. Na contramão dos anseios societários, no sentido de solucionar dramáticos problemas sociais como a exclusão social e o desemprego, aquela fração de classe, com requintes de desprezo pelo sofrimento humano, fez uso do vertiginoso incremento do exército de reserva de mão-de-obra nos países centrais do capitalismo, com vistas a atingir seus objetivos de barateamento do valor da força de trabalho, tornando-se a grande beneficiária da nova ordem social que emergia, o neoliberalismo.

Durante a primeira década da crise, os rendimentos dessas classes [a fração financeira da classe capitalista] declinaram sensivelmente. Os lucros baixaram, assim como sua distribuição aos acionistas; a inflação corroeu o valor dos empréstimos concedidos. Executivos de empresas e dirigentes de instituições econômicas públicas tinham adquirido, sob o compromisso keynesiano, certo grau de autonomia em relação aos detentores de capital. Em resposta à crise, de início os dirigentes públicos adotaram políticas destinadas à recuperação do crescimento e do emprego, as quais, não obstante serem benéficas para os demais segmentos sociais, não se coadunavam com os interesses corporativos da finança, que trataram de revertê-las, em seu exclusivo benefício. (DUMENIL; LEVY, 2004, p. 14).

No bojo dessas transformações empreendidas pela reação neoliberal, a globalização e a liberalização dos fluxos de mercadorias e de capitais destacam-se como componentes fundamentais na estratégia de recuperação de margens de lucratividade, como se verá a seguir. Corolário de sua nova hegemonia sobre todos os demais segmentos sociais, preponderantes nos "trinta anos gloriosos", a finança reafirma e exerce seu poder impondo como prioridade o combate à inflação<sup>38</sup> e o redirecionamento do foco das atividades econômicas para a geração de rendas financeiras que remunerem os proprietários de capital portador de juros e de ações, carreando-lhes volume maior de juros e dividendos, respectivamente. Para isso, a liberalização dos fluxos de capitais e de mercadorias mostrou-se condição essencial, potencializando o vertiginoso incremento mundial nos fluxos financeiros e comerciais que caracterizam a globalização, entendida, sempre, esta, como o mecanismo para que os verdadeiros objetivos, a saber, o aumento das rendas e do poder da finança, sejam atingidos.

Concedem aqueles economistas franceses especial relevo ao significativo aumento das taxas de juros nos Estados Unidos, em 1979, determinado pela Reserva Federal daquele país<sup>39</sup>, como meio para estancar a inflação e gerar desemprego, a qualquer custo, o que

<sup>38</sup> Compreende-se a preocupação dos detentores do capital financeiro com a inflação quando se percebe que esta deprecia o valor daquele, beneficiando os tomadores de empréstimos em detrimento dos emprestadores.

<sup>39</sup> Manobra que, conforme anteriormente mencionado, Dumenil e Levy (2004) alcunham de "golpe de 1979". Após altas e baixas, essas taxas de juros estabilizaram-se, por volta de 1981, em torno de 20% ao ano, levando a "uma duradoura recessão profunda que esvaziaria as fábricas e destruiria os sindicatos dos Estados Unidos,

desencadeou desdobramentos sistêmicos não somente por toda a sociedade e toda a economia estadunidense, mas por todo o planeta, os quais se fariam sentir até à contemporaneidade, reorganizando a dinâmica da reprodução e acumulação de capital global consoante a nova ordem social, e favorecendo explicitamente a fração financeira da burguesia mundial, independentemente dos trágicos efeitos sociais subjacentes (as “externalidades negativas”, como cinicamente a eles se referem os tecnocratas e os ideólogos a serviço do capital).

A virada ao neoliberalismo teve dois tipos de consequências: Primeiro, **a finança manipulou a crise de acordo com seus interesses**, prolongando-a, o que, como segunda consequência, possibilitou àquela fração da classe burguesa **mudar o curso da história em seu próprio interesse**. Ambos os elementos, a administração da crise e o estabelecimento de uma nova configuração societal, imbricam-se mutuamente. A crise criou as condições para a destruição da velha ordem. (DUMENIL; LEVY, 2004, p. 16).

Por “manipular a crise de acordo com seus interesses”, entendem aqueles autores o processo de operar segundo um padrão que tem como imperativo fazer todo o possível para preservar os rendimentos daquela fração de classe, inclusive, obtendo renda por intermédio de outros meios quando os mecanismos tradicionais de extorsão não mais se mostrarem eficazes, quaisquer que sejam as consequências para os demais grupos sociais e mesmo para o país.

Da mesma forma, no entendimento dos autores, aquela fração de classe conseguiu mudar a conjuntura a seu favor, criando ou recuperando o arcabouço institucional com vistas à sua utilização instrumental para o seu exercício de poder, sedimentando a retomada do controle social e político por parte dos proprietários do capital, em detrimento dos administradores públicos e privados, mas em aliança com estes. Com isso, conseguem vencer os constrangimentos jurídicos e políticos que limitavam as fusões de empresas, bem como a ação arbitrária do capital no sentido de adequar o uso da força de trabalho unicamente à sua conveniência de reprodução e acumulação. Em termos práticos, significa, em rol não exaustivo: 1) retomar o controle dos bancos centrais, passando a utilizá-los a serviço da estabilidade dos preços e da proteção aos ativos dos credores; 2) transformar a previdência social, a educação e a saúde em atividades lucrativas, “serviços”, ampliando exponencialmente o mercado potencial para esses segmentos corporativos; 3) quebrar a solidariedade entre os trabalhadores em favor de uma propalada “parceria” entre esses e seus exploradores (difundindo a máxima “todo mundo agora é um capitalista”) e 4) controlar a

---

além de levar os países devedores à beira da falência, dando início à longa era dos ajustes estruturais” (HENWOOD, 2003 *apud* HARVEY, 2008, p. 32).

dinâmica do custo da força de trabalho. Algumas dessas espoliações são difundidas na mídia ou no meio acadêmico sob a singela alcunha de “flexibilidade” (DUMENIL; LEVY, 2004).

Pode-se sintetizar, elucidativamente, a argumentação central desses autores, no que se refere à estratégia de recuperação do poder de classe empreendida pela burguesia financeira, da seguinte forma.

Inicialmente, há que se apreender a natureza primordialmente política de tal estratégia, na verdade, uma expressão direta da luta de classes. Explica-se: àquela altura (aurora das manifestações mais explícitas da crise estrutural do capital, ou seja, início dos anos 1970), os elevados índices de inflação que apresentavam as economias dos países centrais eram intoleráveis para a fração financeira da burguesia (pois corroíam seu capital, os ativos financeiros). Por outro lado, desemprego e exclusão social eram intoleráveis para outras classes sociais. Atente-se, todavia, que **pleno emprego é incompatível com a adequada reprodução do capital** por levar, tendencialmente, a aumentos salariais e a um maior poder político da classe trabalhadora, afetando sensivelmente a variável central da explicação das crises capitalistas por parte da maioria dos marxistas do século XX: a taxa média de lucros. Sendo assim, a melhor forma de se evitar a qualquer custo o pleno emprego seria a implementação de políticas que levassem ou diretamente ao massivo desemprego ou pelo menos à ameaça a ele<sup>40</sup> (DUMENIL; LEVY, 2004).

Como deixam claro Dumenil e Levy (2004), **nítidas escolhas foram feitas, politicamente**. Naturalmente, pela classe que detinha o poder político e econômico. Mais ainda: essa arbitrária opção chegou mesmo a alterar, em benefício dessa classe, o curso da história, já que leves alterações na escolha de variáveis a serem privilegiadas nas políticas econômicas poderiam ter gerado resultados completamente diferentes em termos de emprego e renda para a classe trabalhadora. Ou seja, **as transformações que conformaram a ordem social neoliberal seguiram uma nítida teleologia, e não se deram “[...] ao sabor das inexpugnáveis forças de mercado.”** (DUMENIL, LEVY, 2004, p. 44)<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup>Subsidiariamente, v. nota 5 e o parágrafo que lhe origina, os quais deixam claro o caráter estrutural do exército de reserva de mão-de-obra para o MCP.

<sup>41</sup>Com efeito, uma das críticas que se pode fazer a essa perspectiva analítica dos dois economistas franceses é que derivar o surgimento do neoliberalismo de aspectos meramente políticos, como resultado da articulação da fração financeira da burguesia, pode levar a posicionamentos políticos de “proteção da esfera produtiva”, desviando o foco do verdadeiro conflito de classe entre capital e trabalho. O neodesenvolvimentismo insere-se nessa problemática.

### 3.2.1 A ofensiva ideológica da doutrina neoliberal

Segue uma breve contextualização da gênese e da evolução histórica da doutrina neoliberal, no século XX.

Em 1947, o economista Friedrich Hayek organizou uma conferência na Suíça, em um vilarejo próximo aos Alpes chamado *Mont Pèlerin*. Participaram importantes intelectuais conservadores, pró-capital, como Milton Friedman, Karl Popper e Ludwig von Mises, dentre outros. Na ocasião, deu-se a fundação da agremiação que tomou emprestado seu nome da localidade do evento (*Sociedade Mont Pèlerin*), considerada o germe da revitalização do liberalismo econômico, que havia caído em descrédito com a Grande Depressão de 1929-34, e cujo ideário permaneceria no limbo por mais de quarenta anos, ofuscado pela hegemonia do keynesianismo. Ao cabo desse período, aquele toma deste o *status* de escola do *mainstream* econômico, aproximadamente no início dos anos 1970, com o agravamento dos sintomas da crise estrutural do capital, cujas primeiras manifestações mais explícitas, conforme se viu, datam de meados da década de 1960, mas se agudizaram com a “crise do petróleo” de 1973-74. Na síntese precisa de Perry Anderson:

Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. Esta mensagem permaneceu na teoria por mais ou menos 20 anos. A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (ANDERSON, 1995, p. 10).

A obra seminal, que serviu de referencial teórico para essa articulação político-ideológica, foi “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek, escrita em 1944. Nela o autor desfere pesados ataques à limitação dos poderes do mercado por parte do Estado, assim como contra o poder da classe trabalhadora, a quem acusa pela destruição dos níveis indispensáveis de lucratividade e de taxa de investimentos do setor privado, o que teria sido a causa principal da grave crise dos anos 1970. Prescreve, então, o remédio neoliberal: um Estado forte para conter o poder dos sindicatos e exercer o rígido controle da política monetária, mas omissos com relação aos gastos sociais e às políticas macroeconômicas anticíclicas. Nas palavras de

Hayek (2010, p. 193): “Foi a submissão às forças impessoais do mercado que possibilitou o progresso de uma civilização que, sem isso, não se teria desenvolvido. É, portanto, submetendo-nos, que ajudamos dia a dia a construir algo cuja magnitude supera a nossa compreensão”.

O autor ainda prega, sutilmente, uma “benéfica” restauração da taxa “natural” de desemprego, a qual teria, como objetivo inconfesso, pressionar a classe trabalhadora a aceitar uma degradação constante de seu poder aquisitivo:

Não há dúvida alguma de que esse [o pleno emprego] deve ser o alvo dos nossos mais ingêntes esforços; ainda assim, não se segue daí que tal finalidade deva absorver-nos com exclusão de tudo mais e que, segundo a leviana expressão corrente, deva ser realizada “a qualquer preço”. (HAYEK, 2010, p. 194).

Outro expoente do ideário neoliberal foi o economista estadunidense Milton Friedman, cuja obra mais popular, “Capitalismo e Liberdade”, desmistifica o entendimento dominante no senso comum de que o Neoliberalismo, por princípio, preconiza a total ausência do Estado da economia de um país. Na concepção do autor, o Estado deve desempenhar o papel de árbitro, garantindo a execução de contratos, o cumprimento das leis e o direito de propriedade, assim como se responsabilizar pela implantação e controle do sistema monetário (cunhagem da moeda e regulação de seu valor), ou seja, nas palavras do próprio Friedman (1977, p. 33), “O papel do governo, até aqui considerado, é o de fazer alguma coisa que o mercado não pode fazer por si só, isto é, determinar, arbitrar e pôr em vigor as regras do jogo.”

As ideias do autor sobre educação nessa obra, mais precisamente no capítulo sexto, refletem bem sua preocupação no sentido de preservar o *status-quo* favorável às elites econômicas, e impedir ou reverter políticas minimamente atenuadoras da injustiça social inerente ao modo de produção capitalista. Como ele mesmo afirma nesse capítulo, “O importante não é redistribuir renda” (FRIEDMAN, 1977, p. 94).

Ele admite que “Uma sociedade democrática e estável é impossível sem **um grau mínimo** de alfabetização e conhecimento por parte da maioria dos cidadãos e sem a ampla aceitação de algum conjunto de valores.” (FRIEDMAN, 1977, p. 80). Bem entendido: uma sociedade regulada por um capitalismo competitivo, onde a iniciativa privada e o mercado subordinem todas as esferas sociais, inclusive a educação. Nesse sentido, esse “grau mínimo de alfabetização e conhecimento” não poderia exceder ao limite acima do qual estariam dadas condições propícias à erosão da hegemonia ideológica do capital nessas sociedades.

De forma sintética, segue um breve apanhado das principais concepções do economista, retirado do mencionado capítulo, sobre a educação nos níveis básico e superior. Para o primeiro, postula que o governo deve subsidiar as famílias apenas em situações reconhecidamente justificadas, para que não se interfira no “equilíbrio de mercado”. Assim, combate veementemente as escolas públicas (as quais chama de “nacionalizadas”), e propõe que:

O governo poderia exigir um nível mínimo de instrução financiada dando aos pais uma determinada soma máxima anual por filho, a ser utilizada em serviços educacionais "aprovados". Os pais poderiam usar essa soma e qualquer outra adicional acrescentada por eles próprios na compra de serviços educacionais numa instituição "aprovada" de sua própria escolha. Os serviços educacionais poderiam ser fornecidos por empresas privadas operando com fins lucrativos ou por instituições sem finalidade lucrativa. O papel do governo estaria limitado a garantir que as escolas mantivessem padrões mínimos tais como a inclusão de um conteúdo mínimo comum em seus programas [...]. (FRIEDMAN, 1977, p. 82).

A obsessão daquele ideólogo do capital pela destruição do sistema educacional público de seu país chegou a tal ponto que aos noventa e três anos de idade, em debilitado estado de saúde, escrevendo em sua coluna no jornal estadunidense *New York Times*, encontrou uma maneira de sadicamente tirar proveito da tragédia do terremoto *Katrina*, que devastou Nova Orleans, causando mais de mil e oitocentas mortes e a evacuação de mais de um milhão de pessoas para outras cidades:

A maioria das escolas de Nova Orleans está em ruínas - observou Friedman, como as casas dos alunos que frequentam aulas. As crianças são obrigadas a ir para escolas em outras áreas, e isso é uma tragédia. Mas é também uma oportunidade de empreender uma reforma radical do sistema de ensino. (FRIEDMAN, 2005 *apud* KLEIN, 2007, p. 4-5).

Com relação ao nível superior, é mais taxativo ainda no que se refere à vedação da destinação de recursos públicos oriundos dos impostos comuns para a educação, pois “Os indivíduos devem ser responsabilizados pelo custo de seu investimento e receber as recompensas.” (FRIEDMAN, 1977, p. 94), preconizando o financiamento privado, com a operacionalização do governo, reconhecendo que a “imperfeição de mercado” leva a um “subinvestimento em capital humano” (FRIEDMAN, 1977, p. 80).

Uma agência governamental poderia financiar ou ajudar a financiar o treinamento de qualquer indivíduo que pudesse satisfazer um padrão mínimo de qualidade. Ofereceria anualmente uma soma limitada durante número especificado de anos, desde que os fundos fossem utilizados em treinamento numa instituição reconhecida. Em troca, o indivíduo concordaria em pagar ao governo em cada ano futuro determinada porcentagem de sua renda [...]. (FRIEDMAN, 1977, p. 94).

Esses postulados liberais ultraconservadores, cínica e egoisticamente formulados com nítido viés de classe, contemporaneamente hegemônicos, apesar de padecerem de um exacerbado e estreito economicismo, incompatível, inadequado e improfícuo no trato de questões pertinentes a uma esfera que é intrinsecamente social, como a educação, vêm influenciando sobremaneira as políticas educacionais das nações capturadas pela sanha neoliberal, muitas dessas sob os efeitos daninhos das “condicionalidades” emanadas do Banco Mundial, conforme se poderá constatar no terceiro capítulo do presente estudo.

Com vistas à apreensão dos elementos que estruturaram a operação ideológica deflagrada pela burguesia, a partir dos anos 1970, para obter o consentimento necessário para o exercício “pacífico” de sua hegemonia, emprega-se, na presente seção, dois referenciais teóricos: o modelo teórico de *propaganda*, delineado pelos seus criadores em obra conjunta lançada em meados dos anos 1990 (CHOMSKY; HERMAN, 1994), e o arcabouço teórico gramsciano, especialmente sua concepção de construção da *hegemonia*, por parte de uma das classes fundamentais ou frações de classes, tendo como suporte imprescindível a atuação funcional dos aparelhos ideológicos e dos intelectuais orgânicos.

Distinguindo-se da concepção dominante no senso comum, que salienta o caráter de vanguarda da camada de intelectuais de uma sociedade, pela originalidade de suas criações, Gramsci amplia sensivelmente o espectro conceitual dessa categoria, de modo a nela contemplar aqueles segmentos profissionais que se concentram na **difusão** de ideias, valores e conhecimentos legitimadores da dominação social e política da classe ou fração de classe hegemônica. Com essa dilatação conceitual da noção de intelectual, o pensador italiano encontra a chave heurística para desvelar o *modus-operandi* do processo de construção da hegemonia levado a cabo pela classe/fração dominante, por intermédio daqueles estratos sociais encarregados da disseminação da ideologia hegemônica. Sintetiza magistralmente o filósofo sardenho:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativamente nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. Esta colocação do problema tem como resultado uma ampliação muito grande do conceito de intelectual, mas só assim se torna possível chegar a uma aproximação concreta à realidade. (GRAMSCI, 2001a, p. 19).



Por sua vez, o modelo teórico da *propaganda* (também conhecido como modelo teórico do *consenso fabricado*) constitui uma potente ferramenta de análise e dissecação do funcionamento da mídia empresarial, hegemônica na maioria das sociedades contemporâneas. O construto teórico explicita as forças que permitem à mídia desempenhar um ativo papel educador nessas sociedades, inculcando nos indivíduos, geralmente sutil e imperceptivelmente, valores, crenças, padrões de comportamento e visão de mundo de forma a integrá-los à estrutura institucional construída para legitimar os interesses corporativos dominantes. Basicamente, o modelo busca deslindar o *modus-operandi* pelo qual o poder empresarial consegue filtrar as notícias, desqualificar dissidentes e disseminar a ideologia mais conveniente aos seus negócios.

Para atingir tais objetivos, o sistema necessita funcionar sob a ação delimitadora de cinco filtros, os quais selecionam as notícias “aptas” a serem veiculadas, de acordo com os critérios empresariais que subjazem àqueles, a saber: 1) o porte das empresas midiáticas, a concentração de suas propriedades e sua orientação para os lucros; 2) a publicidade como fonte de renda primária daquelas empresas; 3) o estabelecimento de agentes do governo e do meio empresarial como fontes preferenciais de notícias; 4) a capacidade de reagir a protestos ou boicotes em represália a notícias veiculadas e 5) o "anticomunismo" como mecanismo de controle. Esses elementos restringidores interagem entre si e se reforçam mutuamente, de forma que o fato a ser noticiado deve ultrapassar esses sucessivos filtros, os quais deixam passar apenas matérias "desinfectadas" de qualquer aspecto que possa prejudicar os negócios dos proprietários das empresas de mídia, dos anunciantes, e da própria classe empresarial, em si, em última instância.

A dominação da mídia pela elite e a marginalização dos dissidentes resultantes da operação desses filtros ocorre tão naturalmente que os próprios profissionais de notícias da mídia, frequentemente agindo com completa integridade e boa vontade, estão convencidos de que interpretam e optam por notícias de forma "objetiva", e com base em valores profissionais de seu meio. Dentro dos limites dos constrangimentos daqueles filtros, eles são frequentemente objetivos; tais constrangimentos são tão poderosos, e são incorporados ao sistema de uma forma tão constitutiva, que bases alternativas de escolhas de notícias são dificilmente imagináveis. (CHOMSKY; HERMAN, 1994, p. 2).

Pode-se observar uma convergência da manifestação empírica dos dois modelos teóricos (o gramsciano e o de Chomsky/Herman) em diversas situações, sendo uma das mais relevantes a seleção e a formação dos intelectuais orgânicos (na concepção gramsciana, ampla) que atuarão profissionalmente na mídia, possibilitando o funcionamento do sistema conforme concebido por seus instituintes.

Nesse sentido, a consolidação da hegemonia neoliberal, notadamente nos anos 1970 e 1980, nos diversos espaços nacionais, precisava encarar uma questão essencial, sem a qual estaria fatalmente comprometida a viabilidade, a médio/longo prazo, de seu projeto de poder: como obter o consentimento social necessário para legitimar as intrinsecamente impopulares políticas neoliberais? O desafio foi enfrentado de diversas maneiras, atuando as corporações empresariais e suas instituições representativas (muitas camufladas com o qualificativo de “multilaterais”<sup>42</sup>) em diversas frentes, de forma a construir uma atmosfera social ideologicamente identificada com a doutrina neoliberal.

Para isso, mostrou-se extremamente eficaz a apropriação de tradições e valores culturais caros à sociedade, como, nos Estados Unidos, a liberdade individual. Era preciso agir assim, pois de outra forma, dificilmente um projeto de poder que tinha como beneficiário uma diminuta elite angariaria o necessário apoio popular. David Harvey descreve como os capitalistas estadunidenses, com o auxílio da mídia, das instituições acadêmicas, de pesquisa e de “relações públicas”, usurparam o valor legítimo da liberdade, deformando-a, desvirtuando-a e defraudando-a para servir aos egoísticos interesses daquela classe.

Todo movimento político que considera sacrossantas as liberdades individuais corre o risco de ser incorporado sob as asas neoliberais. Os levantes políticos mundiais de 1968, por exemplo, traziam uma forte inflexão do desejo de maiores liberdades pessoais. [...] Esses estudantes exigiram liberdade de restrições parentais, educacionais, corporativas, burocráticas e do Estado. Mas o movimento de 1968 também tinha a justiça social como objetivo político primordial. [...] Para quase todos os envolvidos no movimento de 1968, o Estado intrusivo era o inimigo e tinha de ser reformado. Quanto a isso, os neoliberais concordavam facilmente. Mas as corporações capitalistas, os negócios e o sistema de mercado também eram considerados inimigos vitais que precisavam de alterações, se não de uma transformação revolucionária, o que representava uma ameaça para o poder da classe capitalista. **Tomando ideais de liberdade individual e virando-os contra as práticas intervencionistas e regulatórias do Estado**, os interesses da classe capitalista podiam alimentar a esperança de proteger e mesmo restaurar sua posição. O neoliberalismo era bem adequado a essa tarefa ideológica, precisando porém, da sustentação de uma estratégia prática que enfatizasse a liberdade de escolha do consumidor, não só quanto a produtos particulares, mas também quanto a estilos de vida, formas de expressão e uma ampla gama de práticas culturais. **A neoliberalização precisava, política e economicamente, da construção de uma cultura populista neoliberal fundada no mercado que promovesse o consumismo diferenciado e o libertarianismo individual.** No tocante a isso, ela se mostrou mais que compatível com o impulso cultural chamado “pós-modernismo”, que havia muito espreitava no ninho, mas agora podia surgir, emplumado, como dominante tanto cultural quanto intelectual. Foi esse o desafio que as corporações e as elites de classe se puseram a aprimorar nos anos 1980. (HARVEY, 2008, p. 52).

---

<sup>42</sup>Conforme se mostrará na seção 3.2.4 *O sistema institucional global de pilhagem dos países periféricos (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional(FMI) e Organização Mundial do Comércio).*

Naquele país, promoveu-se, a partir de meados dos anos 1970, uma forte *blitzkrieg* ideológica, empreendida pela Câmara do Comércio nacional, junto às principais instituições da sociedade, nas instâncias educacional, comunicacional e jurídico-política, no sentido de formatar uma nova maneira de pensar mais empática em relação às empresas, ao mercado e ao capitalismo em geral. Relatam Chomsky e Herman (1994) que somente a referida corporação classista possuía, em 1983, um orçamento para pesquisa, divulgação e atividades políticas de sessenta e cinco milhões de dólares. Entende-se: Quando o mundo corporativo do maior país capitalista do mundo, na década de 1970, viu-se ameaçado pela agitação social e política, bem como pela crescente participação popular exigindo medidas contra a concentração de poder econômico, a recessão e o desemprego, tratou de prover os meios materiais necessários para uma contra-ofensiva ideológica que anulasse aquela ameaça aos seus interesses, aumentando significativamente suas verbas para publicidade institucional e promoção da “boa imagem dos negócios” de trezentos e cinco milhões de dólares em 1975 para cinco bilhões e seiscentos milhões em 1980.

Com um volume de recursos dessa ordem, “apoiando” suas atividades, fica realmente muito difícil se esperar “isenção” jornalística ou “neutralidade” acadêmica. Revelam ainda aqueles autores, na mesma obra (CHOMSKY; HERMAN, 1994), que em 1972, o juiz Lewis Powell (ulteriormente promovido à Suprema Corte, por motivos que a seguir tornar-se-ão claros) escreveu um memorando à Câmara do Comércio dos Estados Unidos instando-a **“comprar os acadêmicos de maior reputação no país para dar credibilidade aos estudos de negócios e munir a classe empresarial de uma voz ativa nos campi.”**<sup>43</sup> Compra-se-os, e, dessa forma, assegura-se que as esferas decisórias das políticas públicas estejam sempre inundadas com “profundos estudos acadêmicos” que possuem sempre as conclusões adequadas à classe empresarial.

De acordo com esta fórmula, durante a década de 1970 e início dos anos 1980, uma série de instituições foi criada e as antigas foram ativadas para fins de propaganda para a ideologia empresarial. Muitas centenas de intelectuais foram levados para essas instituições, onde seu trabalho foi financiado e seus resultados foram

---

<sup>43</sup>O mesmo expediente foi perpetrado (e nada garante que não mais ocorra) por aquela classe social, por intermédio de fundações, *think-thanks* e organizações congêneres, coordenados pela CIA, para fabricação do “consenso” em países periféricos, mediante cooptação de cientistas sociais nativos. O *Projeto Camelot*, iniciado em 1964, e patrocinado por uma instituição colateral do Ministério da Defesa estadunidense, a Agência de Pesquisas em Projetos Avançados (*Advanced Research Project Agency - Arpa*), constitui um dos casos mais emblemáticos da espécie: “[...] com generoso financiamento de agências estatais estadunidenses e a participação de 140 pesquisadores [regiamente pagos] em tempo integral ao longo de pouco mais de três anos, propunha-se a pesquisar sociologicamente as raízes do conflito social latino-americano e suas potenciais formas de neutralização. A denúncia pública do sociólogo norueguês Johan Galtung sobre as verdadeiras finalidades do projeto colocou em evidência a atuação dessas agências na região e a “compra-venda de (alguns) intelectuais” locais.” (KOHAN, 2007 *apud* NEVES, 2010. p. 55).

divulgados para a mídia por um sofisticado esforço de propaganda. O financiamento corporativo e o claro propósito ideológico no esforço conjunto não teve nenhum efeito negativo perceptível sobre a credibilidade dos intelectuais então mobilizados; ao contrário, o "apoio financeiro" que tiveram, e o uso propagandístico de suas ideias, catapultaram-nos como *experts* na imprensa. (CHOMSKY; HERMAN, 1994, p. 24).

O relato supra é corroborado pelo agudo diagnóstico de Chossudovsky (1999, p. 34).

Desde o início da década de 1980, o discurso econômico dominante tem aumentado sua influência nas instituições de pesquisa em todo o mundo: a análise crítica é fortemente desestimulada; a realidade econômica deve ser vista através de um único conjunto de relações econômicas fictícias, cuja finalidade é dissimular as manifestações do sistema econômico global. Estudiosos das principais correntes econômicas produzem teoria sem fatos ("teoria pura") e fatos sem teoria ("economia aplicada"). O dogma econômico dominante não admite nem divergências nem discussão sobre o seu paradigma teórico básico: **a principal função das universidades é produzir uma geração de economistas leais e confiáveis que sejam incapazes de desvendar os fundamentos sociais da economia de mercado global.**<sup>44</sup>

No campo da educação, essa ofensiva ideológica se faz sentir na imposição da "teoria" do capital humano<sup>45</sup>, a qual preconiza que o investimento no "fator humano" por meio da educação geraria um incremento na produtividade econômica, e, portanto, nas taxas de lucro do capital e na renda do trabalhador no qual se "investiu", propiciando, assim, para esse, mobilidade social.

Sob a predominância desta visão tecnicista, passou-se a disseminar a idéia de que a educação é o pressuposto do desenvolvimento econômico, bem como do desenvolvimento do indivíduo, que, ao educar-se, estaria "valorizando" a si próprio, na mesma lógica em que se valoriza o capital. O capital humano, portanto, deslocou para o âmbito individual os problemas da inserção social, do emprego e do desempenho profissional e fez da educação um "valor econômico", numa equação perversa que equipara capital e trabalho como se fossem ambos igualmente meros "fatores de produção" (das teorias econômicas neoclássicas). Além disso, legitima a idéia de que os investimentos em educação sejam determinados pelos critérios do investimento capitalista, uma vez que a educação é o fator econômico considerado essencial para o desenvolvimento. (MINTO, 2006, p. 02).

---

<sup>44</sup>Nesse sentido, registre-se a contemporânea insatisfação de significativos segmentos discentes de cursos superiores de Economia, espalhados pelas universidades dos cinco continentes, com relação ao excessivo apego a modelos abstratos, afastados da realidade social concreta e à árida matematização daquela ciência social, bem como à limitação do currículo aos cânones neoclássicos, o que consideram claro reflexo do caráter ideológico do *mainstream* econômico prevalecente nas principais universidades e centros de pesquisa do planeta. Ao que tudo indica, as primeiras manifestações desse mal-estar tiveram início na França em 2000, quando um grupo de estudantes lançou o *Manifesto Pós-Autista*, o qual desencadeou uma onda de movimentos emulativos em universidades de diversos países. Mais informações sobre o referido manifesto podem ser encontradas em [www.paecon.net](http://www.paecon.net).

<sup>45</sup>Disseminada nas obras de Theodore Schultz "O valor econômico da educação", de 1963 e "O capital humano – investimentos em educação e pesquisa", de 1971. Numa perspectiva crítica, reportar-se a Frigotto (1984).

Corolário dessa avalanche ideológica liberal-conservadora, impulsionada pelo irresistível poder de propulsão do aparelho midiático global, o refluxo mundial do ideário socialista em todas as esferas sociais, desde o início dos anos 1990, não dá sinais, contemporaneamente, de arrefecimento. A despeito da grave crise estrutural que acomete o sistema de reprodução sociometabólica dominante, ou, caso se prefira, precisamente por causa dela, a trincheira ideológica revela-se uma instância crucial no atual estágio da luta de classes mundial, da qual o capital não pode sequer cogitar de abrir mão, sob pena de ter conhecidas as relações e as conexões que o desvelam como o fundamento estrutural da vida desumana que levam três quartos da população de nosso planeta.

A seção seguinte aborda uma aplicação, dentre diversas, da estratégia ideológica do capital, acima delineada. A responsabilização da classe trabalhadora pela crise estrutural do capital, que emergia agudamente em finais da década de 1960, necessitaria de amplo e maciço apoio midiático, com vistas a transformar a classe que efetivamente sofria, como vítima, os efeitos da crise, em culpada por esta.

### ***3.2.2 O combate cerrado à organização da classe trabalhadora***

No início da década de 1970, a longa espera a que haviam ficado submetidas as ideias liberais desde a Conferência de *Mont Pèlerin* chegava ao fim. A profunda depressão econômica, aliada às crescentes taxas de inflação (concomitância inédita no cenário econômico mundial, rotulada de *estagflação*), que assolavam os países capitalistas centrais, trouxeram de volta à baila aquele então combalido ideário, em profundo descrédito desde a primeira grande crise econômica de proporções mundiais do sistema do capital, a Crise de 1929. Segundo os cânones dessa corrente de pensamento, notadamente Hayek e Friedman, a crise, conforme anteriormente mencionado, tinha suas raízes no poder excessivo dos sindicatos de trabalhadores e no movimento operário, em geral, que, com suas conquistas salariais, corroíam as bases de acumulação necessárias ao capital, portanto, prejudicando a atividade econômica e conseqüentemente o próprio nível de emprego.

Outro fator que ensejaria a crise seria o poder político da classe operária, o qual não somente desestimularia a iniciativa empreendedora dos capitalistas, receosos de não conseguirem taxas de retorno de seus investimentos satisfatórias ou mesmo de perdas, em decorrência de crescentes ganhos salariais por parte da classe obreira, como também exerceria pressão parasitária sobre o Estado, pela expansão dos gastos sociais.

Nesse sentido, o recrudescimento da luta operária, trazendo de volta à cena cotidiana das grandes metrópoles mundiais os vívidos embates da luta de classe, constitui elemento conjuntural que não somente acentuou, mas explicitou mais ainda a referida crise:

Já no final dos anos 60 e início dos anos 70, deu-se a explosão do operário-massa (mais precisamente, na verdade, sua segunda geração, já nascida sob os auspícios do compromisso fordista/taylorista), parcela hegemônica do proletariado de então, que atuava no universo concentrado no espaço produtivo. (ANTUNES, 2009, p. 42).

Desiludida com as crescentes parcelização e desqualificação de seu trabalho, tornado repetitivo e sem sentido, por conta da automação dos processos produtivos, essa expressiva fatia da classe trabalhadora dos países do capitalismo central deflagra um radical movimento de insurgência contra os fundamentos basilares da sociabilidade capitalista, tendo como alvo político último o controle social da produção e o poder operário. Na esteira das manifestações de maio de 1968, durante as quais, conforme mencionado, milhares de estudantes conseguiram suspender o funcionamento do sistema de ensino de diversas cidades nos principais países capitalistas, e cerca de dez milhões de trabalhadores franceses paralisaram e ocuparam fábricas em todo o país, a iminência da perda do controle do sistema sociometabólico constitui a senha para a conformação de uma estratégia de reação globalmente articulada por parte das lideranças mais proeminentes da classe capitalista.

[...] as lutas de classes ocorridas ao final dos anos 60 e início dos 70 solapavam pela base o domínio do capital e afloravam as possibilidades de uma hegemonia (ou uma contra-hegemonia) oriunda do mundo do trabalho. A confluência e as múltiplas determinações de reciprocidade entre esses dois elementos centrais (o estancamento econômico e a intensificação das lutas de classes) tiveram, portanto, papel central na crise dos fins dos anos 60 e inícios dos 70. (ANTUNES, 2009, p. 44).

Estavam, assim, dadas as condições econômicas e políticas para que, no bojo da reestruturação produtiva do capital, fosse deflagrada a “grande virada política” por parte da burguesia, premida em seus anseios de infinita lucratividade pelas limitações inerentes ao pacto vigente nos trinta anos do regime fordista-keynesiano. Tais condições, adversas à reprodução ampliada do capital, ensejavam a coesão intraclasses necessária para se empreender uma ação política eficaz, estruturada em organizações e instituições de classe, já existentes ou criadas *ad-hoc*, com vistas à recuperação não somente das margens de lucratividade do capital, mas de sua hegemonia política, seriamente comprometida nos trinta anos acima mencionados.

Alguns estudiosos vinculam tal reação do capital contra o poder insurgente das classes populares e dos movimentos sociais à emergência de ditaduras em países da periferia

capitalista, notadamente na Ásia e na América Latina, configurando, nesse entendimento, uma dura resposta do capital à resistência das classes exploradas contra o processo de expropriação ao qual eram submetidas.

Na Turquia também, nos finais dos anos 1970, grandes grupos capitalistas sentiram-se constringidos pelos mercados domésticos cartelizados e protegidos, lá existentes, para não mencionar seus problemas com um crescente movimento de militância da classe trabalhadora. Isso foi um fator crucial para a deflagração do golpe militar de 1980, após o qual, incitado pelo acordo com o FMI, aquele país tornou-se um dos primeiros a adotar as reformas neoliberais. Apesar de certa lentidão nos processos de privatização, devido a presença de um forte aparato estatal regulatório, a orientação de mercado da economia foi gradualmente se consolidando pelas duas décadas seguintes. Tudo isso refletia o capital interesse turco no acesso à liberalizante União Européia. (GINDIN; PANITCH, 2012, p. 217).

Mas foi na América Latina a primeira experiência histórica de adoção sistemática e incondicional da plataforma neoliberal por um governo, mais precisamente no Chile do ditador Augusto Pinochet, como relata Perry Anderson (1995, p. 19):

Aquele regime tem a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea. O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. Tudo isso foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra. No Chile, naturalmente, a inspiração teórica da experiência pinochetista era mais norte-americana do que austríaca. Friedman, e não Hayek, como era de se esperar nas Américas. Mas é de se notar que a experiência chilena dos anos 70 interessou muitíssimo a certos conselheiros britânicos importantes para Thatcher, e que sempre existiram excelentes relações entre os dois regimes nos anos 80. O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra. Mas a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse. Nesse sentido, Friedman e Hayek podiam olhar com admiração a experiência chilena, sem nenhuma inconsistência intelectual ou compromisso de seus princípios. Mas esta admiração foi realmente merecida, dado que – à diferença das economias de capitalismo avançado sob os regimes neoliberais dos anos 80 – a economia chilena cresceu a um ritmo bastante rápido sob o regime de Pinochet, como segue fazendo com a continuidade da política econômica dos governos pós-Pinochet dos últimos anos.

Nos Estados Unidos, o crescimento da mobilização política da burguesia refletia-se na busca de um papel mais ativo por parte dessa classe nos processos político-sociais e político-institucionais (legislativo). Em muitos casos, ela adotou táticas da classe oponente, o trabalho organizado, no encaminhamento de suas proposições e objetivos estratégicos, dentre as quais a criação de comitês de ação política, que angariavam fundos para as ações necessárias, inclusive (e principalmente) o *lobbying*. Uma singela amostra de como as forças

do capital conseguiram reorganizar-se no âmbito do embate de classes naquele país pode ser observada na rápida e impressionante sobrepujança da classe capitalista em relação à sua oponente no que se refere ao número de organizações e associações de apoio à sua causa. Apesar de ser pioneira no uso dessas organizações, com os sindicatos, principalmente, a classe trabalhadora estadunidense, que possuía em 1974 duzentos e dez instituições do gênero, foi suplantada pela classe antagônica no curto período de quatro anos, quando essa atingiu o número de mil duzentos e oitenta e quatro organizações, contra apenas duzentas e dezessete da classe trabalhadora (CONWAY, 1986).

A organização coletiva empresarial chave nesse processo seria a *Business Roundtable*, originada em 1972, da fusão de três recém criadas organizações de interesses empresariais (*Construction Users Anti-Inflation Roundtable*, *Labor Law Study Committee*, e *March Group*), e cujo aparecimento foi provocado pela crescente apreensão dentro dos grandes círculos de negócios com os ganhos legislativos do trabalho organizado, dos organismos de proteção ao consumidor, e dos grupos ambientalistas. Seu foco de ação concentra-se na formação de consenso e de lobby sobre questões de grande alcance sócio-político e econômico, subordinando-os aos interesses de seus membros. Para isso, monitora a legislação, prepara documentos de posição, e desenvolve estratégia para a coordenação das atividades de lobby dos seus membros. Limitada aos principais executivos de aproximadamente duzentas empresas norte-americanas, essa organização de classe registrou vitórias impressionantes no combate empresarial contra as legislações *anti-trust* e de defesa do consumidor, e a favor da reforma da legislação laboral, tendo sido considerada pela revista de negócios *Business Week* (1976) a maior organização lobista empresarial atuante no parlamento federal daquele país (BUMS, 1992).

Em 1972, os executivos das maiores corporações empresariais dos Estados Unidos formaram a *Business Roundtable* e lançaram a mais ampla campanha de organização do capital privado desde a formação da Comissão do Desenvolvimento Econômico, no início dos anos 1940, enquanto que a nível local pequenas e médias empresas se reuniram na Câmara de Comércio, aumentando sua participação em quatro vezes. O catalisador imediato para isso foi a introdução de um novo conjunto de normas sobre trabalho, meio ambiente e defesa do consumidor, conquistado por um movimento operário militante, bem como pelos novos movimentos sociais, e que afetou todos os setores produtivos e gerou a reação de diversas organizações de interesses corporativos, que se unificaram em uma frente política no sentido de influenciar o Estado sobre essas questões. (GINDIN; PANITCH, 2012, p. 164).

Assim, durante a década de 1970, os homens de negócios refinaram sua capacidade de agir como uma classe, subordinando instintos competitivos em favor da ação cooperativa conjunta, o que explica o papel de liderança em planejamento de políticas por



partes destes grupos na administração pública estadunidense. Estes esforços coordenados originaram o surgimento de uma militante direita "contra-*establishment*" e a mudança conservadora na política de Estado dos Estados Unidos desde meados dos anos 1970.

Esse constitui o ambiente sócio-político que levou Ronald Reagan à Casa Branca, em 1981, iniciando um governo que seria marcado pela obsessão em desmoralizar e destruir a organização laboral naquele país<sup>46</sup>. Deflagrando uma explícita operação de guerra à classe trabalhadora, essa administração conservadora, além de promover cortes draconianos no orçamento federal para verbas destinadas à saúde, à seguridade social, ao auxílio a desempregados e a muitas outras necessidades sociais, canalizando esses recursos para os grandes conglomerados industriais e financeiros, trabalhou com incansável empenho no apoio incondicional às corporações empresariais em seus embates no âmbito da luta de classes.

Esse programa aberto de engrandecimento de classe foi parcialmente bem-sucedido. Ataques ao poder sindical (liderados pela violenta reação de Reagan aos controladores do tráfego aéreo), os efeitos da desindustrialização e das mudanças regionais (encorajadas por reduções de impostos), bem como do alto desemprego (legitimado como remédio adequado na luta contra a inflação), e todos os impactos acumulados da redução do emprego na manufatura e do seu aumento no setor de serviços enfraqueceram as instituições tradicionais da classe operária num grau suficiente para tornar vulnerável boa parte da população. Uma maré montante de desigualdade social engolfou os Estados Unidos nos anos Reagan, alcançando em 1986 o ponto mais alto do período de pós-guerra [...]. Apesar do grande aumento do desemprego (que chegou ao auge de mais de 10%, segundo dados oficiais, em 1982), a porcentagem de desempregados que recebiam ajuda federal caiu para meros 32%, o nível mais baixo na história da seguridade social desde a sua implantação no *New Deal* [...]. Um aumento do número de pessoas sem moradia marcou um estado geral de deslocamento social caracterizado por confrontos [...]; **[constatando-se também a existência de] quase 40 milhões de cidadãos de uma das mais ricas nações do mundo sem nenhuma cobertura médica.** (HARVEY, 1992, p. 296).

Contudo, como Alan Greenspan posteriormente salientou, sobre o legado de Reagan, "talvez a mais importante, e assim, mais controvertida, iniciativa na política doméstica, tenha sido a demissão dos controladores de voo em Agosto de 1981." (GINDIN; PANITCH, 2012, p. 172). Foi realmente um divisor de águas em matéria de truculência do Estado para com os trabalhadores, mesmo nos Estados Unidos: Reagan demitiu 11.359

---

<sup>46</sup>Tal como Margaret Thatcher o faria no Inglaterra, à mesma época. Nesse país, a estratégia do Estado no sentido de neutralizar o poder de luta da classe trabalhadora privilegiária o ataque ao seu braço político institucional, o Partido Trabalhista, minando sua capacidade de resistência à avalanche neoliberal deflagrada por Thatcher. Isto se daria primordialmente pela cooptação de lideranças, em uma imensa operação que mobilizou amplos segmentos empresariais e governamentais não somente britânicos, mas também dos EUA, que cederam suas agências de inteligência para atuarem de maneira decisiva no projeto conservador-empresarial inglês. O objetivo era remover as concepções social-democratas ou mesmo socialistas ainda ativas naquele partido, por volta do início da década de 1980, o que foi obtido a custo de suborno, corrupção e divisão interna no seio daquela organização, perpetrados pelo consórcio Estados-corporações, entre 1983 e 1991. Na trincheira da luta social, a meta era destruir o tradicional poder dos sindicatos britânicos, o que de fato foi alcançado, mas às custas da destruição da indústria autóctone (MILLER; DINAN, 2008).

trabalhadores e proibiu sua readmissão no serviço público. Muitos deles foram, de forma humilhante, presos e processados; a greve foi julgada ilegal, as reservas financeiras de três milhões e quinhentos mil dólares do sindicato foram congeladas, e o governo cassou sua licença de funcionamento. Detalhe: o PATCO<sup>47</sup> havia sido um dos poucos sindicatos a apoiar Reagan na eleição de 1980, atendendo aos afagos do então candidato poucas semanas antes da eleição (20 de outubro de 1980). Segundo matéria veiculada no sítio oficial de um dos partidos comunistas dos Estados Unidos, o Workers World Party (WWP), teria dito o candidato:

Fui informado por membros da minha equipe [...] que algumas pessoas [estão] trabalhando injustificáveis horas com equipamentos obsoletos. [...] Você pode ter certeza que se eu for eleito presidente, vou tomar todas as medidas necessárias. [...] Eu prometo a vocês que a minha administração vai trabalhar em estreita colaboração com vocês para trazer um espírito de cooperação entre o presidente e os controladores de tráfego aéreo. (NEIDENBERG, 2006, p. 2).

Com o êxito da arregimentação empresarial com vistas a destruir a capacidade de organização e de luta da classe trabalhadora obtido já no início da década de 1980, o Estado norte-americano confirmava seu compromisso com os interesses do capital, e o *modus-operandi* utilizado, a saber, altas taxas de juros, profunda recessão e liberalização de fluxos comerciais e financeiros, estabeleceu as bases para o domínio global das finanças sobre as demais esferas da economia, como se verá a seguir.

### 3.2.3 A parasitária dominância financeira

No bojo da ampla e profunda reorganização das bases de acumulação do capital, como um dos reflexos da aguda crise que atingiu a economia capitalista mundial a partir de 1973, emerge uma nova configuração político-econômica global denominada por Chesnais de "mundialização financeira", caracterizada por um "regime de acumulação com dominância financeira" (CHESNAIS, 2002), fortemente marcado pela relativa autonomização do capital portador de juros em relação ao capital industrial, tendo como corolário a hipertrofia do capital especulativo parasitário, e conformando assim uma situação de hegemonia da esfera da esfera financeira sobre a produtiva nos circuitos globais contemporâneos de capital. Segundo Reinaldo Carcanholo e Paulo Nakatani,

---

<sup>47</sup>Sigla para *The Professional Air Traffic Controllers Organization* (Organização dos Controladores Profissionais de Tráfego Aéreo).

O capital especulativo parasitário resultaria da conversão da forma autonomizada do capital a juros ou capital portador de juros, quando este ultrapassa os limites do que é necessário para o funcionamento normal do capital industrial. Sua lógica especulativa própria chega a contaminar até mesmo as funções produtivas, autonomizadas ou não, e, assim, o que constituía capital industrial se converte em capital especulativo. Este, como síntese dialética do movimento de suas formas funcionais, tem o capital especulativo parasitário como pólo dominante. (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999, p. 285).

O presente estudo harmoniza-se com o entendimento de Brenner (1999) e de numerosos estudiosos marxistas, de que a ascensão do capital financeiro constitui um dos corolários da crise de lucratividade que atingiu a economia mundial, a partir de meados da década de 1960, em decorrência do excesso de capacidade de produção industrial dos países de capitalismo avançado, que sobreveio com a entrada retardatária no mercado mundial dos países europeus que se recuperam economicamente dos malogros da Segunda Grande Guerra<sup>48</sup>. A especulação financeira passa a constituir, assim, a alternativa-chave de valorização do capital, este incapaz de encontrar no espaço da acumulação substantiva níveis aceitáveis para sua satisfatória remuneração.

Em primeiro lugar, o grande deslocamento do capital para as finanças foi a consequência da incapacidade da economia real, especialmente das indústrias de transformação, de proporcionar uma taxa de lucro adequada. Assim, **a aparição do excesso de capacidade e de produção, acarretando perda de lucratividade nas indústrias de transformação a partir do final da década de 1960, foi a raiz do crescimento acelerado do capital financeiro a partir do final da década de 1970.** [...] O meu argumento é que as raízes da estagnação de longa duração e da crise atual estão na compressão dos lucros do setor manufatureiro que se originou no excesso de capacidade e de produção fabril, que era em si a expressão da acirrada competição internacional. A partir da segunda metade da década de 1960, produtores de custos menores que surgiram depois, alemães e, especialmente, japoneses, expandiram rapidamente sua produção. Ao impor preços menores aos seus concorrentes de custo mais alto, as firmas alemãs e japonesas foram capazes de aumentar imediatamente suas fatias dos mercados internacionais de manufaturas e manter suas taxas de lucro, reduzindo as fatias do mercado e taxas de lucro de suas rivais. O resultado foi excesso de capacidade e de produção fabril, expresso na menor lucratividade agregada no setor manufatureiro das economias do grupo dos 7 (G-7) como um todo. (BRENNER, 1999, p. 12-13).

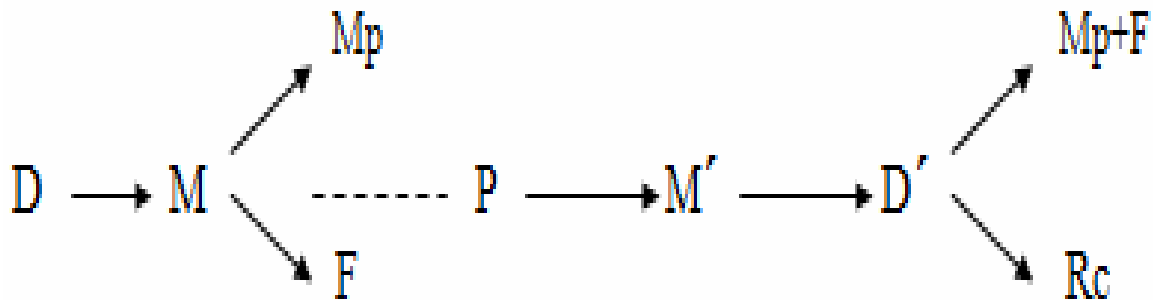
Em um esforço analítico, com vistas a apreender as múltiplas determinações que sintetizam a hipertrofia da esfera financeira na economia capitalista, importa recuperar o que Marx escreveu sobre a temática, notadamente nos *Grundrisse* (Marx, 2011) e no Livro Terceiro de O Capital (MARX, 2008a, 2008b), tendo este como foco prioritário do presente estudo. Segue um breve apanhado panorâmico do arcabouço marxiano concernente à questão, nessa obra.

---

<sup>48</sup> Conforme citação de Brenner (2009, p. 20), na seção 3.1.2 *O esgotamento do regime de acumulação fordista como expressão fenomênica da crise estrutural do capital.*

Sustenta Marx que, em seu movimento de **rotação**, o capital industrial passa por todas as fases do seu ciclo de acumulação, que pode ser esquematicamente expresso pela fórmula  $D'--M . . . P . . . M'--D'$ , na qual  $P$  representa a produção,  $M$  a mercadoria,  $M'$  a mesma, preche de mais valia,  $D$  o dinheiro, e seu montante acrescido  $D'$ . O processo de circulação é apresentado em hífen (---) e o de produção em pontos (...), sendo necessariamente assíncronos, o que patenteia o fundamental axioma da teoria do valor marxiana de que o capital, na circulação, não aumenta seu valor, apenas o realiza.

O ciclo se inicia na esfera da circulação, com a compra, por parte do capitalista, munido do capital-dinheiro necessário, dos insumos necessários à produção da mercadoria, a saber, meios de produção e força de trabalho. Em seguida, o ciclo se desloca para a **esfera da produção, locus exclusivo da geração da mais-valia**, que se realiza apenas na fase posterior, a última, a da circulação, na qual são vendidas as mercadorias, recuperando assim o capitalista o capital inicial investido e auferindo um excedente desse, a mais-valia. Desta, o capitalista consome uma parte como renda familiar e destina a outra parte (juntamente com o capital inicial) para reiniciar o ciclo, o qual, agora mais rico em elementos processuais, em nossa representação, pode ser esquematizado na figura abaixo<sup>49</sup>, com as setas fazendo as vezes dos hífen da fórmula anterior:



Sendo  $Mp$  os meios de produção,  $F$  a força de trabalho,  $Rc$  a renda pessoal do capitalista, e  $M' - M =$  mais-valia, esta se incorpora em  $D'$ , quando o capitalista consegue realizar o valor de  $M'$  (vender a mercadoria preche de mais-valia). Todavia, percebe-se que o explorador de trabalho alheio só conseguirá auferir a totalidade da mais-valia caso consiga efetuar, **como único agente**, a realização de  $M'$ . Na prática, isso quase nunca ocorre, pois o industrial costuma recorrer ao comerciante (a quem repassa a mercadoria, para revender) e ao

<sup>49</sup>Elaborada pelo autor.

banqueiro (a quem recorre em busca de capital de giro, ou para expandir o negócio). Nessas situações, terá o industrial que abrir mão de uma parte da mais-valia auferida para remunerar seus “sócios”, comerciante e banqueiro. Temos, assim, um desmembramento daquele excedente-valor em três partes, funcionalmente distribuídas, tendo em vista o papel desempenhado no processo de reprodução do capital: o **lucro industrial**, apropriado pelo capitalista que mobilizou meios de produção e força de trabalho para gerar a mais-valia; o **lucro comercial**, parte da mais-valia que aquele capitalista terá que ceder para ter sua mercadoria realizada no tempo necessário e o **juro**, outra parte da mais-valia da qual terá o capitalista industrial que abrir mão, para dispor da capital necessário com vistas a percorrer todas as fases do ciclo de acumulação do capital.

Importa salientar sempre o postulado basilar da teoria marxiana do valor, segundo o qual **apenas na esfera da produção se cria valor** (e mais-valor). Desta forma, o capital aparece valorizado na circulação **porque foi valorizado na esfera anterior**, a produção, por meio da extração de trabalho não pago do proletariado envolvido no processo produtivo. Sendo assim, compreende-se que qualquer ganho auferido na circulação (o juro ou o lucro comercial), constitui apenas uma fatia da mais-valia gerada na produção, portanto, qualquer regime de acumulação de capital que se ancore exclusivamente em excedentes originários de aplicações meramente financeiras terá, cedo ou tarde, que “descer ao mundo real” e ser confrontado com os lastros da efetiva produção real de valor e mais-valor.

Não obstante, a existência de certa massa de capital-dinheiro é absolutamente necessária para a fluidez do processo de acumulação do capital, em seus ciclos reprodutivos acima delineados. Nesse sentido, com o desenvolvimento do MCP formou-se um segmento de capitalistas que se especializou no fornecimento de capital-dinheiro aos empresários da esfera produtiva, mediante uma punção na mais-valia auferida por aqueles, o juro. Esse capital-dinheiro, fornecido contra o pagamento de juros, Marx (2008b, p. 535) chamou de “capital produtor de juros”<sup>50</sup>.

Ocorre que essa camada de intermediários, os rentistas, apesar de, teórica e potencialmente, poderem dinamizar a economia, canalizando recursos financeiros majoritariamente para empresas do setor produtivo, o que chegaram a fazer em estágios anteriores do capitalismo, passaram, desde meados da década de 1970, a priorizar aplicações de curto prazo, de natureza não-produtiva, a saber, papéis, como títulos de dívida pública, ações, derivativos e outros mecanismos de aplicação especulativa que desviam recursos da

---

<sup>50</sup>Algumas edições de *O Capital* empregam a expressão “capital portador de juros”.

esfera produtiva, pelo poder de sedução da suposta faculdade de “gerar lucros” operando apenas na esfera financeira. A atratividade desse parasitário “emprendimentismo com papéis” (HARVEY, 2008, p. 154), desde então, só aumentou, impulsionada pela queda das taxas de lucro e pela sobreacumulação de capital, que perduram até a contemporaneidade.

A intensificação exponencial desse fetichizante processo vem sendo alimentada pela relativa autonomização do que Marx chamou de “capital fictício”, em notável passagem que se tornou célebre, a qual se optou por reproduzir, a seguir, a despeito de sua extensão, tendo em vista o rigor e a límpida precisão da exposição marxiana.

O Estado tem de pagar anualmente aos credores certo montante de juros pelo capital emprestado. O credor não pode exigir que o devedor lhe restitua o empréstimo, mas pode vender o crédito, o título que lhe assegura a propriedade dele. O capital mesmo é devorado, despendido pelo Estado. Não existe mais. O que o credor possui é (1) um título de dívida contra o Estado, digamos, de 100 libras esterlinas; (2) esse título lhe dá direito a participar das receitas anuais do Estado, isto é, do produto anual dos impostos, em determinada importância, digamos, de 5 libras esterlinas ou 5%; (3) pode vender esse título de 100 libras a quem quiser. Se a taxa de juros é de 5%, supondo-se a garantia do Estado, pode A, o proprietário do título, vendê-lo em regra por 100 libras esterlinas a B, pois para este tanto faz emprestar anualmente 100 libras esterlinas a 5% quanto assegurar-se mediante o pagamento de 100 libras esterlinas um tributo anual pago pelo Estado, no montante de 5 libras esterlinas. Mas, em todos esses casos, o **capital** - considera-se rebento (juro) dele o pagamento feito pelo Estado - permanece ilusório, **fictício**. A soma emprestada ao Estado não existe mais. Demais, ela não se destinava a ser despendida, empregada como capital, e só investida como tal teria podido transformar-se em valor que se mantém. Para A, o credor original, a parte que lhe cabe dos impostos anuais representa juros de seu capital, e o mesmo se pode dizer da parte do patrimônio do pródigo que cabe ao usurário, embora nos dois casos a soma emprestada não tenha sido empregada como capital. A possibilidade de vender o crédito que tem contra o Estado representa para A o poder de reembolsar o principal. Quanto a B, do ponto de vista particular dele, empregou capital como capital produtor de juros. Objetivamente, apenas substituiu A, ao comprar-lhe o crédito contra o Estado. Por mais numerosas que sejam essas transações, o **capital** da dívida pública permanece meramente **fictício**, e a partir do momento em que os títulos de crédito se tornam invendáveis, desfaz-se essa aparência de capital. Não obstante, conforme logo veremos, esse **capital fictício** possui movimento próprio. (MARX, 2008b, 616-617).

Assim, encarnam a categoria de capital fictício, dentre outros papéis, os títulos representativos de obrigações e de propriedade (ações), que não possuem valor em si mesmo, mas que dão direito a um rendimento. O montante desse “capital” cresceu assombrosamente nas últimas décadas, tornando desproporcionais as transações financeiras, situadas na esfera da circulação, em relação ao que é efetivamente produzido, em termos de valor. O caráter ilusório desses ganhos, por parte de rentistas e especuladores, somente se revela nos trágicos momentos de “estouro das bolhas”, ou seja, quando da irrupção das “crises financeiras”, as quais, na verdade, constituem “choques de realidade” a que são submetidos os processos

fetichizados de valorização e autonomização das formas funcionais do capital abstraídos da efetiva produção de valor, na esfera produtiva.

Saliente-se, todavia, que, malgrado sua aparente natureza fortuita, frequentemente tais crises têm sido, com efeito, deliberadamente forjadas<sup>51</sup> pelos grandes conglomerados financeiros internacionais (quando conveniente, via organismos multilaterais do grande capital, como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) ou Organização Mundial do Comercio (OMC) que, aproveitando-se das fragilidades macroeconômicas dos países periféricos, manipulam insidiosamente contra suas moedas, seus ativos e suas dívidas públicas, de modo a conformar um esquema de iníqua rapina de suas divisas e de seu patrimônio público, em processo magistralmente sintetizado por Harvey.

Alguns dos mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado. O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lenin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financialização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições e a promoção de níveis de encargos de dívida que reduzem populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, a prisioneiros da dívida, para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrente de manipulações do crédito e das ações — tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo. (HARVEY, 2005, p. 122-123).

As mega-corporações que conformam essa tentacular oligarquia mundial, uma macroestrutura global de espoliação de países pobres (assim como do grosso da população dos países ricos), amealham um colossal e inaudito poder, como nunca se viu em toda a história da humanidade, a ponto de subjugar a soberania de países e a autoridade de seus bancos centrais, convertidos em meras peças decorativas no que se refere aos anseios nacionais, subservientes que se tornam aos ditames dessa oligarquia<sup>52</sup>.

---

<sup>51</sup> Ver nota 50 sobre uso da referida estratégia.

<sup>52</sup> Um estudo da Universidade de Zurique, de autoria dos cientistas Stefania Vitali, James B. Glattfelder e Stefano Battinson, que pesquisaram mais de quarenta e três mil empresas transnacionais, revelou que um pequeno grupo de cento e quarenta e sete grandes corporações transnacionais estruturam uma rede de poder global, através de participações acionárias e influência decisória nos conselhos administrativos dessas megaempresas, que, na prática, propicia o controle da economia de todo o planeta. A pesquisa foi publicada em 26 de outubro de 2011, sob o título "A Rede de Controle Corporativo Global" (*The Network of Global Corporate Control*) (VITAL; GLATTFELDER; BATTISTON, 2011), na revista científica *PlosOne*, mas sua divulgação na oligopólica mídia hegemônica global foi sistematicamente bloqueada, por motivos óbvios (tem-se notícia apenas do jornal conservador britânico Daily Mail, como talvez o único do mundo que, à época, divulgou essa pesquisa, em 20 de outubro de 2011). No entanto, um projeto da Universidade Sonoma, na Califórnia (EUA), chamado *Project Censored*, "desclassificou" a notícia, ao divulgá-la amplamente, no âmbito de sua missão

Esta configuração de poder político e econômico extremamente concentrada não dispensa, entretanto, uma estrutura de organizações supostamente “supranacionais” com vistas a não somente legitimar as políticas dos grandes conglomerados transnacionais, mas também a coordenar as ações de pressão sobre os países recalcitrantes que ainda não se dobraram aos ditames da oligarquia financeira global. A seção que segue trata dessas instituições.

### ***3.2.4 O sistema institucional global de pilhagem dos países periféricos (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comércio (OMC))***

Originalmente gestados no contexto da reorganização do sistema interestatal capitalista, acordada pelas potências vitoriosas na Segunda Grande Guerra, em Bretton Woods, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) constituem, na contemporaneidade, juntamente com a Organização Mundial do Comércio (OMC), criada em 1995, o tripé institucional de imposição, implementação, sustentação e legitimação da política de neocolonização imperialista levada a cabo pelos países centrais, liderada pelos Estados Unidos<sup>53</sup>. O suposto caráter “supranacional” dessas instituições, na verdade, dissimula o verdadeiro papel que elas desempenham no arcabouço geopolítico e econômico global, a serviço das megacorporações capitalistas transnacionais que lotearam o planeta em áreas de domínio oligopólico, subordinando a sobrevivência de três quartos da humanidade às suas veleidades de desmedidos lucro e poder.

Não obstante a existência de certa “divisão institucional do trabalho” entre as três organizações mencionadas, estas atuam de forma integrada, conformando um complexo organicamente estruturado no sentido de impor aos países periféricos o receituário de política econômica neoliberal acordado no Consenso de Washington<sup>54</sup>.

---

institucional de prover transparência aos assuntos proibidos na mídia hegemônica empresarial mundial. Sítio do Project Censored: <http://www.projectcensored.org>.

<sup>53</sup>Por conta do caráter econômico que se pretende acentuar na macroestrutura de poder global corporificada nesses três organismos multilaterais, faz-se a opção de não se contemplar no referido tripé institucional a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), por esta revestir-se de natureza eminentemente estratégico-militar.

<sup>54</sup>Em novembro de 1989, reuniram-se em Washington, Estados Unidos, funcionários do governo deste país e dos organismos financeiros internacionais ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID, além de um seleto grupo de economistas latino-americanos, para proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas em seus países. O ideário subjacente aos entendimentos conclusivos desse encontro originou a expressão "Consenso de Washington", e seu núcleo fundamental, delineado por Williamson (1990), compõe-se das seguintes recomendações: Disciplina fiscal, Redução dos gastos públicos, Reforma tributária, Juros de mercado, Câmbio de mercado, Abertura comercial, Investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições, Privatização



Em outras palavras, uma nova “divisão triangular de autoridade” surgiu, baseada na estreita colaboração entre o FMI, o Banco Mundial e a OMC para “vigiar” a política econômica dos países em desenvolvimento. Sob a nova ordem do comércio (que surgiu da conclusão da Rodada Uruguai, em Marrakesh, e da criação da OMC em 1995) a relação entre as instituições sediadas em Washington e os governos nacionais foi redefinida. A imposição das prescrições políticas do FMI e do Banco Mundial deixou de depender apenas dos acordos de empréstimo de nível nacional (que não são documentos “geradores de obrigação legal”). Muitas das cláusulas do PAE<sup>55</sup> (por exemplo, a liberalização do comércio e o regime de investimento estrangeiro) foram inseridas de forma permanente nos artigos do Acordo da OMC. Esses artigos têm servido de base para “controlar” países (e impor “condicionalidades”) de acordo com a lei internacional. (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 28).

Esquemáticamente, pode-se delinear o *modus-operandi* padrão de coação utilizado por esses organismos da seguinte forma. O processo geralmente é iniciado com o agravamento de alguma crise econômica conjuntural (forjada ou não por esse arcabouço institucional global do capital<sup>56</sup>) em determinado país subdesenvolvido. Em “socorro” ao país, entra em cena o FMI (com os grandes conglomerados financeiros globais na retaguarda), concedendo, sob determinadas condições<sup>57</sup>, um empréstimo emergencial, de rápido desembolso (*quick disbursing loan*), em um primeiro momento (quase sempre, com a finalidade velada de proteger “investidores” credores do país devedor, em detrimento da sociedade desse país), após o qual se iniciam as “negociações” com vistas a um empréstimo de maior envergadura em termos de valor monetário e prazos. Aqui começa a operar o ardil que tem se constituído em verdadeiro cataclismo social, vitimando aproximadamente três quartos da população mundial, que habitam majoritariamente as nações pobres da América Latina, África e Ásia.

O **ajuste estrutural**<sup>58</sup> é conducente a uma forma de “genocídio econômico” levado a cabo pela deliberada manipulação das forças do mercado. Comparando-o a outros tipos de genocídio, em vários períodos da história colonial (por exemplo, trabalhos forçados e escravidão), seus impactos sociais são devastadores. Os PAEs<sup>59</sup> afetam diretamente a subsistência de mais de quatro bilhões de pessoas. Sua aplicação em

---

das estatais, Desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas) e Proteção à propriedade intelectual.

<sup>55</sup>Plano de Ajuste Estrutural.

<sup>56</sup>Para um aprofundamento acerca do funcionamento desses mecanismos de orquestração deliberada de crises, ver Chossudovsky (1999, p. 289-297) e Harvey (2005, p. 124-125).

<sup>57</sup>Tratam-se das chamadas “condicionalidades”, as quais obrigam os países devedores a se sujeitarem a adotar um amplo programa de estabilização macroeconômica e reformas estruturais (daí a denominação *Plano de Ajuste Estrutural – PAE*), o qual compromete drasticamente a soberania econômica do país afetado, inviabilizando qualquer controle por parte deste de sua política monetária e fiscal, tendo em vista que o Banco Central e o Ministério da Fazenda passam a ser ocupados por quadros manietados pelo FMI e/ou Banco Mundial.

<sup>58</sup>V. Leher (1998, p. 135-137).

<sup>59</sup>Sobre os trágicos efeitos sociais, ambientais e econômicos dos PAEs para as nações às quais eles são impostos, tendo em vista a limitação de escopo do presente estudo, reportar-se a Chossudovsky (1999, p. 29-31, 54-64) e Hiatt (2007, p. 21-2, 179-80, 183, 185-91), dentre outros.

grande número de países devedores favorece a "internacionalização" da política macroeconômica sob o controle direto do FMI e do Banco Mundial, atuando em nome de poderosos interesses políticos e financeiros (por exemplo, os Clubes de Londres e de Paris, o G-7). Essa nova forma de dominação econômica e política - de "colonialismo de mercado" - subordina o povo e os governos por meio da interação aparentemente "neutra" das forças do mercado. **A burocracia internacional sediada em Washington foi investida, pelos credores internacionais e corporações multinacionais, do poder de execução de um plano econômico global que afeta a subsistência de mais de 80% da população mundial. Em nenhuma época da história o "livre" mercado - operando no mundo por meio dos instrumentos da macroeconômica - desempenhou um papel de tal importância na determinação do destino de nações "soberanas".** (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 28).

Há que se apreender **o caráter orgânico da dívida na perpetuação do mecanismo de extração de excedentes dos países subdesenvolvidos**, que explica porque não interessa aos credores o pagamento em si da dívida original. Na verdade, o **controle dos fluxos financeiros e comerciais dos países subjugados** proporciona ao complexo oligopólico corporativo que controla a economia global vantagens infinitamente maiores do que o mero recebimento do valor principal emprestado, por maior que este seja<sup>60</sup>. Assim, a administração da dívida limita-se a se assegurar que o país devedor mantenha em dias o pagamento dos juros, cuja magnitude representa, hodiernamente, na visão de Chossudovsky (1999, p. 37), um verdadeiro “Plano Marshall para os países ricos”, em termos de transferência de capital dos países periféricos para os países centrais. Nesse sentido, qualquer dificuldade de pagamento da dívida pode, paradoxalmente, constituir oportunidade ímpar para os credores de acentuar a pilhagem sobre os países devedores:

Por meio de “engenharia financeira” e da cuidadosa arte de reescalonamento da dívida, o reembolso do principal é adiado, enquanto os resgates dos juros são tornados obrigatórios; **a dívida é trocada por participação acionária** e dinheiro “novo” é emprestado às nações à beira da falência para capacitá-las a liquidar os juros devidos sobre os débitos “antigos”, de forma a evitar temporariamente a falta de pagamento, e assim por diante. (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 43).

Trata-se de um processo de recolonização de uma área que compreende a maior parte do globo terrestre, por intermédio da imposição do receituário macroeconômico consentâneo à extorsão perpetrada pela macroestrutura corporativo-financeira global. O caráter impositivo transparece claramente quando alguma nação esboça qualquer intenção de trilhar rumos próprios na condução de sua política econômica: imediatamente entra em cena um dos aparatos essenciais da referida macroestrutura, o complexo midiático, deflagrando

---

<sup>60</sup>Há fartura de casos empíricos, sobejamente documentados em abundante literatura sobre a temática, que comprovam que a maioria das nações periféricas endividadas já pagou, somente em serviços da dívida, valor superior ao montante originalmente emprestado, em muitos casos representando em proporções de duas, três ou mais vezes o primeiro em relação ao segundo.

violenta ofensiva ideológica no sentido demonizar e desqualificar o posicionamento soberano do país em questão<sup>61</sup>. Caso essa ofensiva não seja suficiente para demover os governantes desses países de suas "veleidades de soberania", outros mecanismos são, sequencialmente, de acordo com a gravidade do prejuízo aos interesses daquela estrutura de poder, postos em ação, começando pela obstrução do acesso aos recursos financeiros do Banco Mundial, do FMI e dos bancos privados internacionais, passando pelo bloqueio comercial e diplomático e o fomento a golpes de Estado e chegando, em casos extremos, às "vias de fato", com a escancarada agressão territorial, com ou sem o suporte da OTAN e da ONU. Desnecessário salientar a liderança incontestada dos Estados Unidos nesse processo, como potência hegemônica econômica (ainda) e militar.

O que acontece com os países que se recusam a "se abrir" para os bancos ocidentais e corporações multinacionais, como exigido pela Organização Mundial do Comércio? O aparelho militar e de inteligência ocidental e suas diversas burocracias interagem em estreita sinergia com o sistema institucional financeiro global. O FMI, o Banco Mundial e a OMC - impondo as reformas econômicas aos países pobres - também colaboram com a OTAN nos seus vários "esforços de manutenção da paz", para não mencionar o financiamento da reconstrução "pós-conflito", sob os auspícios das instituições de Bretton Woods. **No alvorecer do terceiro milênio, a guerra e o "livre mercado" andam de mãos dadas.** (CHOSSUDOVSKY, 2003, p. 10).

No que se refere especificamente à Organização Mundial do Comércio (OMC), inaugurada oficialmente em 1995, sob os auspícios da conclusão da Rodada do Uruguai<sup>62</sup>, em Marrakesh, em 1994, essa instituição passa, então, a compor a tríade de organismos interestatais que operacionaliza a imposição das políticas de abertura e desregulamentação comercial, financeira e de capitais aos países periféricos. Seu apanágio orgânico consiste na institucionalização, com pretensões de legalidade internacional, daquelas condicionalidades<sup>63</sup> outrora objetos de negociações *ad-hoc* entre os países devedores e as instituições financeiras que lhes concediam empréstimos.

Portanto, institui-se, assim, o arcabouço jurídico-legal internacional destinado a legitimar a penetração dos produtos e do capital das corporações transnacionais nos mercados

<sup>61</sup>Basta observar o caráter tendencioso e alarmista da cobertura jornalística de veículos como *The Economist*, *Financial Times* e outras poderosas corporações midiáticas mundiais de algumas medidas de política macroeconômica soberanas tomadas por nações como Venezuela, Bolívia, Equador, Argentina e Islândia, dentre outras, nas últimas décadas.

<sup>62</sup>A Rodada do Uruguai ocorreu em 1986, quando representantes de 123 países reuniram-se naquele país para expandir o alcance e a autoridade do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). Em 1994, em Marrakesh (Marrocos), a rodada foi concluída, com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC).

<sup>63</sup>Em elenco meramente ilustrativo, portanto não exaustivo, podemos citar a liberalização do comércio internacional, a privatização de empresas estatais, o acesso de investidores estrangeiros a setores nacionais estratégicos, a submissão da taxa de câmbio aos parâmetros de interesse das corporações transnacionais (incluídas as do setor financeiro/especulativo), etc.

locais dos países periféricos, e perpetrar a dizimação de sua incipiente indústria, da agricultura ecologicamente auto-sustentável e a degradação das condições de subsistência dos trabalhadores de todos os setores das economias daqueles países, premidos pela competição global com os trabalhadores de outras regiões produtoras no que se refere a remuneração. O mais irônico disso tudo talvez seja o fato de que os Estados Unidos agora sofrem da China o mesmo que sofrem os países pobres que são obrigados a abrir seus mercados para as grandes corporações transnacionais dos países ricos: é incontestável o processo de desindustrialização de vastos setores da economia estadunidense, desde a entrada da China na OMC, em 2001. Chossudovsky (2003, p. 25) sublinha o caráter despótico, bárbaro e imperialista da criação da atual OMC:

**O processo de criação efetiva da OMC após o Acordo Final da Rodada Uruguai é flagrantemente ilegal.** Ou seja, **um organismo inter-governamental totalitário foi casualmente instalado em Genebra**, com poderes sob a lei internacional, incumbido de vigiar as políticas econômicas e sociais a nível nacional, em derrogação dos direitos soberanos dos governos nacionais. Da mesma forma, a OMC praticamente neutraliza "com o golpe de uma caneta", a autoridade e as atividades de várias agências das Nações Unidas, incluindo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Os artigos da OMC não apenas infringem as leis nacionais e internacionais pré-existentes; eles também estão em desacordo com "A Declaração Universal dos Direitos Humanos"**. Aceitação da OMC como uma organização legítima equivale a uma "moratória por tempo indeterminado" ou revogação da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Quanto ao Banco Mundial, recuperando um breve histórico desse organismo multilateral, a título de contextualização, foi criado em 1944, na Conferência de *Bretton Woods*, no bojo da reestruturação institucional capitalista pós-Segunda Guerra Mundial.

Inicialmente voltado para a recuperação e reconstrução dos países aliados europeus, destruídos pela Segunda Guerra Mundial, o Banco Mundial logo se tornou o maior financiador dos países em desenvolvimento com déficits sociais, conjugando, para isto, o suporte financeiro com um amplo poder de intervenção na formulação das políticas econômicas desses países. Os primeiros empréstimos voltados à educação foram concedidos no início da década de 1960, mas foi a partir da gestão de Robert S. McNamara (1968-81) que o Banco Mundial incorporou a bandeira do "combate à pobreza", procedendo a uma profunda reestruturação organizacional e estratégica, no sentido de financiar projetos em áreas sociais nos países periféricos, mormente na África e na América Latina, dos quais se destacam os de cunho educacional. (BASTOS; ROCHA, 2015).<sup>64</sup>

---

<sup>64</sup> Artigo submetido à revista *Contribuciones a las Ciencias Sociales* em 08/01/2015, aguardando designação, razão pela qual se omite a numeração de página referente à citação. (BASTOS, Remo; ROCHA, A.R.M. A política educacional do Banco Mundial para os países periféricos como expressão da Geopolítica do Conhecimento. Málaga (Espanha), 2015).

A partir dos anos 1980, no rastro da grave “crise da dívida”, que afetava a maioria dos países periféricos, o Banco Mundial assume o controle da condução das políticas educacionais das nações endividadas da África e América Latina, sistematizando-as em seus documentos. Passa, então, a prescrever a prioridade para a educação básica (mais “barata” e mais rentável, do ponto de vista de retorno do investimento, segundo entendimento daquela instituição financeira), e o autofinanciamento/captação de verbas externa ao Estado, para a educação de níveis médio e superior.

Não obstante sua atuação socialmente desastrosa na América Latina, África e Ásia, impondo aos países da periferia do capitalismo um "ajuste estrutural" cujos impactos humanos tem sido devastadores para aquelas nações, essa Instituição Financeira Internacional persiste insistindo nesse instrumento de coerção da internacionalização da política macroeconômica preconizada pelo Consenso de Washington, razão pela qual tem sido alvo de inúmeras denúncias de organizações não-governamentais com relação a várias áreas de sua atuação, tais como a social, a ecológica e principalmente com relação aos direitos humanos. Mesmo assim, o Banco Mundial tem se mostrado insensível às nefastas consequências de sua intervenção na política econômica daqueles países, o que, na verdade, não poderia ser diferente, tendo em vista sua natureza, de órgão nitidamente instituído no sentido de dinamizar a reprodução do capital nos países sob a esfera de influência dos Estados Unidos.

Não poderia haver reconhecimento mais explícito do papel crucial desempenhado por essa instituição financeira no funcionamento da macroestrutura político-financeira global de que ora se trata do que as palavras de seu próprio presidente (no cargo no período compreendido entre 1995 e 2005).

Iniciada em junho de 1995, a nova gestão prometeu mudanças profundas no Banco Mundial. Em seu primeiro discurso diante do Conselho de Governadores do Banco, **Wolfensohn demarcou as cinco grandes linhas de ação do seu mandato: 1) a promoção de um clima hospitaleiro ao fluxo transnacional de capitais e à acumulação capitalista**, para cuja obtenção o Banco deveria priorizar, na relação com os governos, questões como a remodelagem do aparato público e de suas relações com o setor privado, a redefinição dos sistemas legais e o fortalecimento dos direitos de propriedade [...]. (PEREIRA, 2011, p. 181).

O esgotamento de legitimidade e de credibilidade dos organismos multilaterais criados em Bretton Woods e dos que surgiram posteriormente sob a mesma égide, notadamente a tríade BM/FMI/OMC, já constitui elemento de considerável relevância na dinâmica da geopolítica global contemporânea. Afloram ou procuram consolidar-se outros arranjos interestatais institucionais<sup>65</sup>, na tentativa de dar conta, nessa esfera, da nova

<sup>65</sup> Considere-se, a título de ilustração, a criação do Banco dos BRICS: "Na última terça-feira (16/7[2014]), um grupo de cinco países lançou seu próprio banco de desenvolvimento para fazer frente ao Banco Mundial e ao

configuração de poder econômico e político mundial, na qual se constatam o declínio do poder dos Estados Unidos e a emergência da China como novo ator hegemônico global, com potencial para acentuar mais ainda a decadência do império ianque.

Buscou-se, no capítulo que ora se encerra, delinear, em seus aspectos estruturais e conjunturais, o quadro socioeconômico e político global, no qual atuam as organizações internacionais com potencial de influenciar significativamente, em alguns casos chegando mesmo a prescrever integralmente, as políticas educacionais dos países periféricos, problemática esta que constitui o escopo do capítulo que se segue.

---

Fundo Monetário Internacional, dominados pelos Estados Unidos. Governantes dos países conhecidos por BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – divulgaram a criação do Novo Banco de Desenvolvimento em uma reunião de cúpula no Brasil. O banco terá sede em Xangai. Juntos, os BRICS têm 40% da população mundial e 25% do PIB global." (GONZALEZ; GOODMAN, 2014, p. 02.

## 4 O BANCO MUNDIAL E A EDUCAÇÃO COMO APARELHO IDEOLÓGICO NA PERIFERIA CAPITALISTA

De um complexo social instituído pelos próprios homens com vistas a lhes ensejar sua reprodução social, a educação que se desenrola mundialmente no atual quadro de crise estrutural transformou-se numa atividade indispensável ao processo de acumulação e reprodução do capital global e funcional à manutenção deste como sistema estruturador de praticamente todas as dimensões da sociabilidade prevalecente no planeta.

Nesse sentido, o presente capítulo visa à apreensão da estruturação dos sistemas educacionais existentes nos complexos sociais contemporâneos, notadamente nos países periféricos, processo que conta com o acentuado protagonismo do Banco Mundial como órgão articulador da integração subalterna daqueles países à divisão internacional do trabalho vigente no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo.

Tratar-se-á de analisar a trajetória e o *modus-operandi* dessa instituição financeira na conformação das políticas educacionais daqueles países às necessidades de reprodução e acumulação do capital global, notadamente como instrumento de administração da grave crise estrutural que assola aquele modo de produção.

### 4.1 Banco Mundial: atuação e consolidação institucional

Em complemento à breve contextualização, delineada nos parágrafos finais da última seção do capítulo anterior, do surgimento do Banco Mundial no bojo da reestruturação institucional capitalista pós-Segunda Guerra Mundial<sup>66</sup>, e de sua atuação como órgão multilateral instrumental à dominação econômico-política dos países do G7, liderados pelos EUA, notadamente na condução do processo de conformação das políticas econômicas dos países periféricos aos interesses daquele grupo hegemônico, o qual ficou conhecido como "Ajuste Estrutural"<sup>67</sup>, segue sucinto apanhado de aspectos que se considera fundamentais com vistas à apreensão da especificidade do papel institucional desempenhado pelo Banco Mundial na macroestrutura global de poder oligopólico subjacente, comandada pelos imensos

<sup>66</sup>Para um aprofundamento sobre o contexto geopolítico da fundação do Banco Mundial na Conferência de Bretton Woods em 1944 e de como se gestou a hegemonia dos EUA nessa instituição multilateral, reportar-se a Leher (1998, p. 102-6) e Caufield (1996, p. 41-49).

<sup>67</sup>Corpo de medidas político-econômicas contemplado, no presente estudo, na seção 3.2.4 O sistema institucional global de pilhagem dos países periféricos (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial do Comercio (OMC)).

conglomerados financeiros e empresariais que lotearam o mundo e subordinaram o destino da humanidade aos seus objetivos de desmedida ambição e poder.

Subjacente ao citado redirecionamento da atuação do Banco no sentido de passar a combater a pobreza<sup>68</sup>, a partir de finais dos anos 1960, estava a preocupação com a segurança dos países capitalistas acionistas daquela instituição financeira, em face da ampliação da esfera de influência da então União Soviética. A árida situação socioeconômica da maioria dos países africanos e latino-americanos mostrava-se propícia à disseminação de concepções revolucionárias, o que era tudo que Washington procurava a qualquer custo evitar, como deixa claro Robert McNamara, na XXXII Assembléia Anual de Governadores do Banco Mundial, em 1977:

Por definição, as necessidades humanas básicas são sempre críticas, e o fato de os governos ajudarem as pessoas pobres a satisfazê-las não é uma questão de filantropia, mas um prudente investimento na formação de capital humano [...]. Certamente, o que é uma péssima economia é permitir que o cultivo da pobreza cresça e se difunda no seio de uma nação, a tal ponto que comece a infectar e erodir todo o tecido social. A pobreza [...] é como um vírus que contagia a amargura, o cinismo, a frustração e o desespero. (MCNAMARA, 1977 *apud* LICHTENSZTEJN; BAER, 1987, p. 143).

A introdução e elevação do atendimento das necessidades básicas das populações dos países pobres ao *status* de objetivo programático do Banco constitui um dos suportes operativos da ideologia do desenvolvimento<sup>69</sup>, o qual, na concepção preconizada por aquela instituição financeira, se estriba em um modelo de crescimento econômico calcado na integração das frágeis economias daqueles países ao mercado internacional, acentuando mais ainda a crítica dependência daquelas nações em relação aos países centrais. Entenda-se:

[...] o “ataque à pobreza” exige grandes investimentos em infra-estrutura produtiva e social, em educação, saúde, moradia, controle demográfico, nutrição, criação de empregos etc., e estes recursos só podem provir dos aumentos da produtividade. Por conseguinte, sem crescimento, considera-se impossível alcançar os níveis mínimos de bem estar. [...] Isto é, para o Banco, a satisfação das necessidades básicas está subordinada ao crescimento econômico, ou seja, à acumulação de capital. (LICHTENSZTEJN; BAER, 1987, p. 191).

<sup>68</sup> Igualmente contemplado na mesma seção a que se refere a nota de rodapé acima.

<sup>69</sup> Este pesquisador comunga com Leher (1998) o enquadramento das noções de desenvolvimento e de globalização ao campo das ideologias, visto que nenhuma das duas consubstancia uma efetiva superação do modo capitalista de produção nem de suas formações econômico-sociais concretas. Nesse sentido, ver Limoeiro Cardoso (1978), especialmente o capítulo 11, assim como Arrighi (1997), da mesma forma o capítulo 05.



Forjava-se, assim, uma justificativa político-econômica para o modelo rostowiano<sup>70</sup> de desenvolvimento preconizado pelo Banco Mundial, o qual suscitaria na periferia capitalista inúmeros "milagres" econômico-industriais, e teria como efeito a transnacionalização da produção e a intensificação da concentração e da polarização do poder econômico nos países centrais em detrimento dos periféricos. Atente-se para a exponencial expansão da produção e das exportações dos conglomerados industriais oligopólicos internacionais para esses países, com vistas a dar suporte àqueles "milagres", fornecendo-lhes bens de capital e obras de infraestrutura necessárias à sustentação do suposto virtuoso ciclo. A estratégia, todavia, começa a ruir no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, coincidindo com a emersão do protagonismo do Banco Mundial como organizador e formulador das políticas econômicas dos países periféricos, período em que, segundo Rogério Faé (2009, p. 206),

[...] os principais articuladores do sistema capitalista começaram a alterar a estratégia desenvolvimentista que predominava até então: os EUA (com a emergência da segunda crise do petróleo em 1979; as revoluções nacionalistas nos países do terceiro mundo; o endividamento Norte-Americano em função dos investimentos militares; e a ascensão econômica da Alemanha e Japão) perceberam que as políticas de incentivo ao desenvolvimento, adotadas até então, começaram a dar sinais de que saíam de seu controle. A resposta não tardou e se abateu sobre os países em desenvolvimento sob a forma da liberalização conservadora e global.

A mudança de foco, da perspectiva de desenvolvimento universal para a concentração de esforços no sentido de reestruturar as economias dos países periféricos com vistas a recuperar a capacidade de pagamento de suas dívidas externas, lançou as bases para era dos "ajustes estruturais"<sup>71</sup>, ardiloso recurso empregado pelos países centrais, operacionalizado pelo FMI e pelo Banco Mundial, no sentido de manter o fluxo de capitais oriundo dos países periféricos em sua direção.

---

<sup>70</sup>Modelo teórico concebido pelo economista estadunidense Walt Whitman Rostow, exposto em seu livro *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto* (ROSTOW, 1960), o qual postula que o crescimento econômico ocorre em cinco estágios básicos, pelos quais passam as sociedades, a saber: 1) o da economia tradicional; 2) o no qual já existem as pré-condições para a arrancada do desenvolvimento (*take-off*); 3) o da arrancada para o processo de desenvolvimento, com acentuada urbanização, industrialização e desenvolvimento tecnológico; 4) o da maturidade, quando a economia pode utilizar todas as potencialidades da tecnologia disponível e 5) o do desenvolvimento pleno, caracterizado pela generalização do consumo de massa. Para uma perspectiva crítica, notadamente sobre seu caráter teleológico, mecanicista e "ocidental-cêntrico", reportar-se a Baran e Hobsbawn (1961).

<sup>71</sup>Ver notas de rodapé 57 a 59.

Como corolário da crise da dívida<sup>72</sup>, que emerge em 1982, os países periféricos, notadamente os latino-americanos, passaram a ser pressionados no sentido de reestruturar suas economias de acordo com o novo cânone liberal que recuperava a hegemonia na formulação econômica, o qual tinha como fundamentos basilares a abertura dos mercados nacionais, a desregulação financeira, o estímulo às exportações, em detrimento da indústria nacional, e a rígida observância dos *superávits* fiscal e orçamentário, consentâneos com a prioridade para os pagamentos dos serviços da dívida externa, conformando esses preceitos parte do decálogo que mais tarde ficaria conhecido como "Consenso de Washington".

Tal configuração levou o Banco Mundial a consolidar uma posição de liderança institucional na Nova Ordem Mundial, propagada pelo referido "consenso", permitindo àquela agência multilateral não somente impor rígidas condicionalidades ao reescalonamento das dívidas daqueles países, prescrevendo-lhes suas pérfidas orientações político-econômicas, mas também hegemonizar a coordenação das atuações das instituições financeiras internacionais.

#### **4.2 O Banco Mundial como instrumento de administração da crise estrutural do capital**

O Banco Mundial é um dos instrumentos mais eficazes, dentre os utilizados pela macroestrutura de poder oligopólico global, para enquadrar os países da periferia capitalista com vistas a demovê-los de quaisquer veleidades de autodeterminação, soberania política e principalmente econômica.

Seu enorme poder decorre não apenas do imenso manancial de recursos financeiros que pode carrear para aqueles países, mas, sobretudo, do aval político que pode conceder aos países dispostos a fazer as reformas por ele preconizadas, atuando assim como catalisador de empréstimos externos, discriminando aqueles que são merecedores e aqueles

---

<sup>72</sup>"O ano de 1982 é convencionalmente definido como o da "crise da dívida" dos países latino-americanos, um marco cujas repercussões político-econômicas se propagaram por toda a década, ressoando ainda nos anos 1990. [...] A Crise pôde ser evidenciada naquele ano em virtude da combinação de uma série de acontecimentos como: i) forte queda dos preços das *commodities*; ii) alta abrupta da taxa de juros; iii) igualmente abrupta contração do financiamento externo e iv) eclosão de moratórias, notadamente a do México. Em linhas gerais, além dos acontecimentos elencados acima, a Crise decorreu dos seguintes fatores: i) motivações estratégicas levaram o Banco a desenhar os programas segundo as suas próprias prioridades, desconsiderando as reais necessidades dos tomadores; ii) imperativos políticos produziram vultosos empréstimos àqueles governos que se diziam ameaçados pelo espectro do comunismo, independente da situação econômica e, sobretudo, à revelia do compromisso (ou, principalmente, da falta de compromisso) com o bem estar da população; e iii) os recursos favoreceram as estruturas de poder das classes dominantes, como no caso da Revolução Verde que reforçou o latifúndio e a política de exportação, gerando concentração de renda e favorecendo a exportação de capital. Uma combinação que induziu políticas recessivas de ajustamento interno, visando à estabilidade do balanço de pagamentos e ao *superávit* comercial para financiar a transferência de capitais para os países e bancos credores." (LEHER, 1998, p. 128).

que insistem em conduzir prioridades “erradas” (LEHER, 1998). Sem o aval do Banco Mundial, torna-se difícil para qualquer nação levantar empréstimos no mercado internacional de capitais, o que tende a exercer poderosa força coercitiva sobre os países devedores no sentido de se lhes impor o credo neoliberal, abraçado e disseminado incondicionalmente por aquela instituição multilateral a partir do final da década de 1970.

Não menos relevante é o seu papel como desbravador e promotor do multibilionário mercado de negócios nos mais diversos ramos de atuação das corporações transnacionais globais, por intermédio de empréstimos e créditos concedidos aos países “beneficiários” dos projetos que alimentam esse gigantesco mecanismo de pilhagem dos países periféricos. A maior parte das aquisições ocorre por meio de licitações internacionais, nas quais os grandes conglomerados oligopólicos transnacionais abocanham a maior fatia das transações realizadas.

O enorme volume de gasto público envolvido nesse arranjo pode ser considerado um tipo de keynesianismo internacional que desempenha fundamental papel no processo de reprodução e acumulação de capital global, em benefício dos países centrais e em detrimento dos periféricos, cujas empresas fornecedoras não desfrutam de condições de competir no encarniçado mercado oligopólico global, dominado pelas transnacionais dos países desenvolvidos.

Importa atentar para o fato de que boa parte dos recursos financeiros captados pelos países periféricos sob forma de empréstimos e financiamentos para as aquisições acima referidas não sai, efetivamente, dos países centrais, sendo destinado ao pagamento dos fornecedores dos itens objetos daquelas operações de crédito.

Os novos “empréstimos de rápido desembolso” (teoricamente destinados a importação de commodities) representavam “dinheiro fictício” porque os totais cedidos às nações devedoras eram invariavelmente inferiores aos totais reembolsados na forma de serviço da dívida [...] **O empréstimo é “fictício” porque o dinheiro adiantado (pelo FMI e pelo Banco Mundial) é imediatamente reapropriado pelos credores oficiais e/ou comerciais.** (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 44-45).

Por último, atente-se para o caráter instrumental do Banco Mundial ao atendimento dos interesses da potência global ainda hegemônica, os Estados Unidos da América, operando essa instituição financeira dentro dos estritos limites de tolerância política e econômica por aquele país instituídos. A promoção obsessiva do fundamentalismo de livre mercado, prescrevendo aos países periféricos arranjos baseados em desfavoráveis relações de troca, em benefício das corporações empresariais estadunidenses, líderes mundiais na maioria

dos setores de mercado, ilustra essa atuação orgânica do Banco às prioridades políticas e econômicas daquela nação que, no contexto das sérias restrições financeiras e orçamentárias em que se encontra, dispõe assim de um mecanismo mais barato e menos politicamente desgastante de impor sua agenda ao resto do mundo do que a ação direta com vistas o se obter os mesmos objetivos, sem a intermediação daquela instituição multilateral.

Um exemplo de tal empenho do Banco Mundial em apoio às políticas de Estado daquele país pode ser encontrado na intervenção sistemática que aquela organização vem perpetrando nos países periféricos, no sentido de conformar seus sistemas educacionais às novas prioridades econômicas e ideológicas dos grandes conglomerados oligopólicos globais, em sua esmagadora maioria, como se verá, oriundos daquela nação. Seguem breves notas sobre a experiência, no sistema educacional brasileiro.

#### ***4.2.1 A intervenção do Banco Mundial no sistema educacional brasileiro***

As relações do Banco Mundial com o Brasil, desde a fundação dessa instituição financeira, têm se mostrado acidentadas, dentre outros fatores, por parte do Estado brasileiro, por contas das ocasionais "moratórias técnicas" que o país teve que anunciar, suspendendo provisoriamente (mas sem repudiar) o pagamento dos encargos e do principal da dívida externa, ao passo que por parte daquela organização multilateral, pela desconfiança e/ou discordância político-ideológica com os direcionamentos que os governos nacionais "desenvolvimentistas", como os de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, ou o "potencialmente revolucionário" de João Goulart, imprimiam à política econômica brasileira.

Inobstante, não há dúvida quanto à enorme influência daquele agente financeiro multilateral no processo de inserção subordinada do Brasil no que se convencionou denominar "globalização neoliberal". Durante o período que ficou conhecido como "milagre econômico", que perdurou até os últimos anos da década de 1970, o Banco Mundial incentivou a mecanização da agropecuária, lançando as bases para o surgimento e a consolidação do agronegócio, nas décadas subsequentes e financiou um conjunto de grandes projetos industriais e de infraestrutura que conformaram um modelo de desenvolvimento concentrador de renda, socialmente perverso e ambientalmente deletério.

No início da década de 1990 o governo Collor de Melo (1990-1992) confirma o alinhamento da reforma do Estado brasileiro que pretendia empreender às políticas e estratégias daquela instituição financeira, encampando, em seu curto período de mandato,

abortado pelo processo de *impeachment*, várias das reformas institucionais e dos ajustes estruturais e setoriais preconizados pelo Banco.

Com efeito, esse conjunto de reformulações político-institucionais só viria a ser efetivamente implementado nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2001), durante os quais a ingerência daquele organismo multilateral no delineamento das diretrizes da reforma do Estado brasileiro torna-se mais sistemática e efetiva, tendo o aparelho estatal e a estrutura produtiva nacional sido radicalmente remodelados em consonância com a nova ortodoxia econômica global determinada pelo Consenso de Washington.

A Reforma do Aparelho do Estado brasileiro (BRASIL, 1995), conduzida pelo então ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, do Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), focava, em congruência com as orientações do Banco Mundial, não apenas os aspectos estruturais econômicos, mas também as indispensáveis dimensões da governabilidade (*governance*, na novilíngua daquela agência multilateral), do “consenso” e do combate focalizado à miséria absoluta, como mecanismo preventivo á vista de potenciais irrupções sociais em decorrência dos trágicos efeitos da devastadora política socioeconômica empreendida pelos governos neoliberais brasileiros naquela década<sup>73</sup>.

No que respeita à educação, o salto de 2% para 29% entre os períodos 1987-1990 e 1991-94 do percentual do volume de empréstimos aprovados pelo Banco Mundial para o setor educacional brasileiro, em relação ao total destinado a todas as áreas (SOARES, 1996), reflete o crescente interesse dessa instituição financeira no aparelhamento funcional do sistema educacional brasileiro aos objetivos de reprodução e acumulação do capital global.

Em consonância com o ímpeto acima, manifestado pelo Banco, faz-se sentir sua ascendência no reordenamento jurídico empreendido no país a partir da década de 1990 no sentido de adaptar o arcabouço legal brasileiro à dinâmica de reprodução do capital monopolista internacional. A conturbada promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei nº 9394/96), assim como da Emenda Constitucional nº 14/96, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), regulamentada pela lei ° 9424/96; da lei ° 9131/95, que instituiu o Conselho Nacional de Educação e do decreto-lei ° 2.208/07, que inicia o processo de reforma do ensino técnico-profissionalizante de nível médio, com vistas a

---

<sup>73</sup>“Os 29% de famílias pobres em 1996 representam mais de 45 milhões de pessoas. São 45 milhões de pessoas cuja renda mensal per capita está abaixo de R\$ 108,00 nas áreas urbanas e R\$ 79,00 nas áreas rurais — valores calculados pela CEPAL para a linha de pobreza [...] e que ainda estão longe de assegurar um padrão minimamente digno de vida. São dados ainda mais revoltantes quando consideramos que bastaria que pouco mais que um quinto do PIB do Brasil fosse distribuído equitativamente para que não houvesse nenhuma família abaixo da linha de pobreza no País.” (RIPA, 1999, p. 02).

conformá-lo "às necessidades do mercado de trabalho"; todos ocorridos nos mandatos do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, ilustram a conformidade do ajuste institucional e jurídico-legal empreendido por esse governo com as políticas e estratégias para a educação prescritas por aquela instituição financeira internacional<sup>74</sup>.

Corroborando com seu entendimento de que o projeto político-econômico da burguesia brasileira implementado no governo Cardoso mostrava-se absolutamente afinado com a política dos organismos internacionais do capital, especialmente Banco Mundial e FMI, Lima (2005, p. 224) pontua que

O desempenho do governo Cardoso foi considerado positivo pelo Banco por dois motivos básicos: "o governo que assumiu em 1995 foi capaz de elaborar e implementar uma clara agenda de desenvolvimento" [...] e envolveu a sociedade civil na implantação deste projeto, através da privatização e das parcerias para a execução de serviços não exclusivos do Estado, principalmente com as organizações não governamentais.

O governo de Lula da Silva (2003-2010), malgrado a imensa expectativa da classe trabalhadora, da academia e de setores intelectuais progressistas de maneira geral, de que redirecionasse a política educacional do país para um paradigma que pugnassem pela soberania cultural, científica e tecnológica, não correspondeu àqueles anseios, dando prosseguimento à conformação da educação brasileira aos requisitos prescritos pelo Banco Mundial como os desejáveis para os países não produtores de conhecimento científico relevante, o que pode ser aquilatado pelo teor das medidas político-administrativas tomadas na área. Notadamente de cariz neoliberal, estas procuraram acentuar a infiltração dos conglomerados empresariais no sistema educacional nacional, seja pela concessão de generosos subsídios sob a forma de compra de vagas escolares, seja por mecanismos de remanejamento de atividades técnicas e administrativas de escalão inferior para serem executadas por empresas privadas (terceirização/PPP).

Em congruência com as medidas acima, esse governo promove uma reforma na legislação educacional com vistas a compatibilizar o ordenamento jurídico-legal com a "nova ordem global", com destaque para a Medida Provisória nº 213/2004, convertida na lei nº 11.096, que criou o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), a Lei nº 10.801/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), os Decretos nº 7.423/2010 e 6.096/2007, que instituíram, respectivamente, as parcerias entre as instituições federais de ensino superior e as fundações de direito privado, o primeiro, e o Programa de

---

<sup>74</sup>Para aprofundamento sobre esses normativos, bem como o subjacente contexto político-social a eles relativo, ver Lima (2005) e Paranhos (2013).

Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o último. De acordo com Lima e Ferreira (2011, p. 358),

Muitas estratégias do governo anterior continuam sendo utilizadas pelo Governo Lula: a privatização e a mistificação de mecanismo de acesso à educação superior são exemplos dessas estratégias. O diferencial do Governo Lula é a capacidade discursiva de associar as medidas necessárias à contra-reforma com democratização e justiça social.

Portanto, fica claro que a lógica que perpassou as diretrizes programáticas do Governo Lula da Silva em todas as suas áreas de atuação, e mormente a educacional, apresentava mais elementos de continuidades do que de rompimento em relação ao governo anterior, prosseguindo com o reordenamento do Estado capitalista, estratégia crucial da burguesia global com vistas ao enfrentamento da crise estrutural do capital.

Reconhecendo, a despeito do apoio intelectual que lhe concede, que "a política econômica elogiada pelo FMI e Banco Mundial revelam que as opções de Lula estavam mais próximas da estação de inverno suíça do que da capital gaúcha"<sup>75</sup>, o sociólogo Emir Sader faz uma breve avaliação crítica da primeira metade do primeiro mandato do líder petista.

A continuidade da política econômico-financeira do governo de Cardoso se combinava com políticas sociais compensatórias, localizadas, emergências – aqui também **conforme o receituário do Banco Mundial**. O programa ‘fome zero’ e os que o sucederam não se orientavam pela afirmação de políticas centradas em direitos universais, mas se centravam em zonas e cidades consideradas de extrema pobreza. Não poderia haver melhor exemplo de política focalizada, que escolhe pontos determinados para concentrar ajuda econômica, mediante a utilização de cartões de identificação das famílias mais carentes. Combinavam-se assim os dois elementos que de alguma forma haviam caracterizado a chamada ‘terceira via’ – a manutenção da estabilidade monetária como objetivo central e o desenvolvimento de políticas sociais compensatórias, ao mesmo tempo em que se atacam conquistas do Estado de bem estar social. O objetivo é o de ‘criar um clima propício à atração de investimentos’ e de eliminar tudo que pareça entrave a essa atração. Os movimentos sociais têm que se contentar com os efeitos das políticas de incentivo ao grande capital. (SADER, 2005, p. 02).

A seção que segue trata das diretrizes do Banco Mundial com vistas a adequar os sistemas educacionais dos países periféricos às necessidades de reprodução e acumulação do capital global. Privilegiar-se-á a análise dos documentos estratégicos daquela instituição financeira para o setor educacional, notadamente o mais recente, divulgado em 2011, com vistas a balizar suas ações para a área no decênio 2011-2020.

#### **4.3 O Banco Mundial e a Educação na periferia capitalista para o século XXI**

---

<sup>75</sup>Referência à contraposição entre o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e o Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça.

Constitui fundamental ponto de partida para a análise que ora se empreende a constatação de que a noção corrente de educação, disseminada massivamente pelo complexo midiático-empresarial, vincula intrinsecamente aquela ao exercício do trabalho, mas não qualquer um, e sim o trabalho desempenhado nos marcos do sistema sociometabólico vigente, condicionando o desempenho e mesmo a faculdade de dessa forma conseguir reproduzir suas condições de sobrevivência à aquisição do “capital intelectual” compatível com o nível de complexidade de suas atribuições no cambiante “mundo do trabalho” globalizado. A fragilidade e o caráter ideológico de tal discurso desmontam-se nitidamente quando se percebe que, na atual conjuntura, a qualificação não constitui o atributo mais relevante para a contratação de trabalhadores e que um imenso contingente de trabalhadores com elevada qualificação profissional encontra-se desempregado.

Não é difícil constatar que, como toda ideologia, a da educação (como panacéia para resolver todos os problemas da humanidade) tem sua função social, a saber, a de justificar a submissão do trabalhador na sociedade de classes no atual estágio do capitalismo e o seu “fracasso” em nela se inserir, passando a ser considerado dela “excluído”. Em outras palavras, a culpa e a responsabilidade pelo seu infortúnio são unicamente sua, que não se “qualificou” adequadamente, como requer o mercado de trabalho. Evidencia-se o caráter funcional dessa ideologia no escamoteamento das reais causas do desemprego estrutural, notadamente pelo prolongamento da escolaridade e o conseqüente retardamento do ingresso dos jovens no mercado de trabalho, efeitos que atenuam a pressão que o desemprego exerce sobre a estrutura socioeconômica.

A presente pesquisa trabalha com a premissa da incorporação da educação à ideologia da globalização, como estratégia do capital para, por meio de seus organismos interestatais, operar e manejar as contradições daquele modo de produção subjacente, de modo a lhe dar sobrevida.

Como artífice da apropriação daquela esfera social com vistas aos propósitos de reprodução desse sistema sociometabólico, apresenta-se o Banco Mundial, o qual, após subtrair da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (doravante UNESCO, sigla em inglês) as prerrogativas de fomento à educação nos países periféricos, tem-se constituído no que Leher (1998, p. 201) denomina de “O ministério da educação dos países periféricos.”



A seção contempla uma análise do documento estratégico do Banco Mundial para a área educacional para o decênio 2011-2020, notadamente para os países “assistidos”, precedida por um breve histórico dos documentos estratégicos anteriores.

#### **4.3.1 Breve histórico das políticas educacionais do Banco Mundial**

Na presente subseção, procurar-se-á percorrer, sucintamente, os documentos oficiais anteriores de política educacional do Banco Mundial, eventualmente cotejados com a bibliografia crítica correspondente, de forma a traçar, de forma breve, uma visão geral da atuação daquela instituição no financiamento do setor, desde sua fundação.

Somente no início da década de 1960, quase vinte anos após a sua fundação, o Banco Mundial começa a contemplar o setor educacional em seu *portfolio* de empréstimos. Data de 1963 um memorando interno, originário da Presidência da instituição, delineando as diretrizes operacionais pelas quais se nortearia a nova área a ser financiada<sup>76</sup>. Observa o documento que na maioria dos países em desenvolvimento a necessidade mais urgente era de uma **expansão da educação técnica e vocacional em vários níveis**, incluindo escolas técnicas, escolas agrícolas e escolas de comércio e administração de negócios; e de uma **expansão do ensino secundário geral**, para fornecer mão de obra de nível médio para o governo, indústria, comércio e agricultura, mais estudantes habilitados para o ensino superior e para a formação profissional especializada, e mais professores para as escolas primárias (WORLD BANK, 1963). Conforme ilustra Leher (1998, p. 202):

[...] Neste período, o Banco priorizou a expansão do ensino não formal e, principalmente, a rede de ensino técnico de nível médio, como as “escolas diversificadas” de nível secundário, orientadas para a formação profissional, sobretudo no setor agrário, em virtude das tensões sociais no campo. O financiamento das escolas técnicas rurais tinha como propósito preparar os jovens das zonas rurais para os ofícios agrários e, ao mesmo tempo, implementar um determinado modelo de desenvolvimento agrícola (capitalista), denominado de “modernização conservadora” ou de Revolução Verde. Este tipo de orientação teve seus anos de glória entre 1973 e 1979, especialmente na África, onde a quase totalidade dos empréstimos para educação envolvia o ensino profissionalizante.

Em suas breves cinco páginas, o documento já reflete a estreita concepção de educação preconizada por aquela instituição financeira, a saber, de baixo custo e voltada

<sup>76</sup> *Proposed Bank-IDA Policies in the Field of Education 1963*. O documento, confidencial, foi desclassificado pelo Banco em 26/07/2012 e agora está disponível em seu sítio: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/1963/10/16546424/proposed-bankida-policies-field-education>>.

estritamente para a formação de mão de obra necessária à alavancagem do desenvolvimento econômico. Sobre o processo de avaliação da viabilidade das propostas de financiamento, explicita claramente que, a despeito do caráter social, cultural e econômico dos gastos com a Educação, para fins de decisão com relação à viabilidade da concessão de qualquer financiamento, apenas os fatores econômicos deverão ser levados em consideração. Importa destacar também a vedação de financiamento a quaisquer despesas de caráter recorrente, as quais devem ser custeadas pelo próprio país mutuário, levando-se em conta a presumida autosustentabilidade do empreendimento a ser financiado (WORLD BANK, 1963).

Após a criação de um departamento próprio para a área educacional, ao final dos anos 1960, desvinculando-se assim da estrutura organizacional da UNESCO, o Banco, agora melhor aparelhado no que concerne à produção de estudos e análises de projetos de financiamento, redefine sua linha de atuação, fazendo-a mais propositiva, e em 1971, já na gestão de Robert McNamara (1968-81), publica seu primeiro documento de políticas específicas para a área da Educação, o *Education Sector Working Paper*, o qual esboçava pela primeira vez, de forma pública, os critérios para financiamentos educacionais, sinalizando, assim, aos países interessados nesses créditos, as áreas potencialmente mais suscetíveis de serem assistidas por aquela instituição financeira (WORLD BANK, 1971).

No documento seguinte, lançado em 1974, o Banco, tal qual o fazia no relatório anterior, mantém a **crítica sobre a "desfuncionalidade" de um modelo educacional mais teórico, abstrato e menos prático**, predominante nos países subdesenvolvidos, recomendando, alternativamente, a reformulação do currículo, de forma a garantir que os alunos formados tenham maiores possibilidades de obter emprego. Essa era a percepção de educação qualitativa, na ótica do Banco (WORLD BANK, 1974). Essas diretrizes de maior acento na dimensão pragmática do processo educacional suscitaram, dentre outros efeitos, no mesmo “espírito”, a emergência dos primeiros artigos acadêmicos que questionavam a necessidade de laboratórios para o ensino de ciências no nível secundário, bem como os pressupostos subjacentes às concepções de turmas pequenas como um indicador de qualidade (HEYNEMAN, 2003).

Sintetizando as grandes orientações do Banco para a Educação, na década de 1970, no conceito de capital humano, por meio do qual aquela instituição financeira preconiza a ampliação da produtividade do trabalhador (estudante) e a domesticação de sua conduta sociopolítica, Roberto Leher chama atenção para o caráter de “necessidade básica” do tipo de educação que deve ser propiciada “aos mais pobres”, ainda não adaptados ao processo de modernização, portanto, potencialmente suscetíveis de desencadear tensões sociais.

O Documento dirige-se claramente aos "mais pobres" em geral, enfatizando as zonas rurais e os "pobres" dos povoados. A orientação política é clara: é preciso garantir um "mínimo" de educação para que estes "pobres" sejam ganhos para o projeto de desenvolvimento do país em questão [...]. O Documento é direto: 'a **educação-funcional de baixo custo** pode capacitar o pobre a participar mais efetivamente do processo de desenvolvimento.' (LEHER, 1998, p. 202).

No documento seguinte, o de 1980 (WORLD BANK, 1980), o Banco abandona a política de restringir os financiamentos educacionais às modalidades diretamente instrumentais (educação vocacional/técnica, e a de nível secundário diversificada) e passa a contemplar, em sua política de financiamentos educacionais, a qualidade do ensino e a pesquisa em educação, bem como amplia para todos os níveis, do básico ao ensino superior (privilegiando o primeiro), a assistência do Banco (HEYNEMAN, 2003). Este autor também observa que na sequência da publicação desse documento, a equipe de pesquisa educacional do Banco foi incentivada a utilizar cada vez mais a metodologia de taxas de retorno em seu trabalho analítico, o que levou a uma maior e mais clara justificativa para o foco da política de financiamentos educacionais do Banco no ensino fundamental regular.

A partir da década de 1990, o Banco passa a produzir documentos educacionais subsetoriais, tornando assim suas recomendações e estudos mais específicos. Conforme pontua Leher,

A publicação *Priorities and Strategies for Education* (1995), embora aborde questões gerais, é antes uma síntese de várias publicações específicas do Banco, entre as quais destacam-se: *Primary education* (1990), *Vocational and Technical Education and Training* (1991), *Higher Education* (1994), entre outras. (LEHER, 1998, p. 211).

A insistência no restrito cardápio de modalidades de financiamento, presente nesse documento, desagradou grande parte da equipe da área educacional do Banco, causando considerável desconforto interno (HENYMAN, 2003 *apud* MELLO, 2012). Referindo-se ao documento seguinte (WORLD BANK, 1999), essa autora observa que o uso do termo estratégia no título talvez reflita a imagem externa que Banco procurava passar para a sociedade, naqueles novos tempos, menos autoritário e mais aberto a proposições externas. Para ilustrar o uso, nesse documento, desse novo recurso discursivo por parte do Banco, cita que como alguns países queriam financiar universidades, essa modalidade de financiamento foi acrescentada à longa lista de opções daquela instituição, e o documento subsetorial de política para a educação superior voltou a ser editado, embora, na prática, o Banco continuasse a marginalizar aquela modalidade de financiamento.

O documento posterior (WORLD BANK, 2005) constituiria apenas uma atualização (*update*) do anterior, segundo o próprio Banco<sup>77</sup>. Nesse sentido, o Resumo Executivo do documento pontua que, com o amplo objetivo de alcançar a educação básica para todos, o documento de 1999 centrou-se sobre as crianças e jovens mais pobres, as intervenções na primeira infância, a inovação e a reforma sistêmica. Salienta que estas prioridades continuariam válidas, mas que era preciso levar em conta significativas mudanças recentes no ambiente internacional, incluindo o estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e da Educação para Todos (*Fast Track Initiative*), um maior reconhecimento do impacto da AIDS na educação, maior preocupação com as enormes lacunas de aprendizagem entre os países e dentro deles, maior demanda para o ensino secundário e uma maior consciência sobre o papel do ensino superior e da "aprendizagem ao longo da vida", que promoveria o crescimento econômico baseada no conhecimento.

King e Palmer (2007) notam que o documento parece ter-se afastado do foco nas habilidades específicas de ocupação (seja no setor formal ou informal) para, em vez disso, manifestar uma indisfarçável fascinação com as habilidades avançadas e flexíveis da "nova economia", que se presume serem imprescindíveis na emergência da "sociedade do conhecimento".

Da mesma forma que sensatamente observa Psacharopoulos (2005), e se pôde constatar na presente seção, entende-se que é muito difícil, como em qualquer burocracia, identificar uma política concreta e clara do Banco Mundial sobre educação. Para se atingir esse objetivo, ajuda fazer uma distinção entre duas fontes nas quais se espera encontrar a real política educacional do Banco: primeiro, as políticas oficialmente declaradas nos documentos da instituição e, segundo, as políticas de fato, refletidas nas próprias ações do Banco. A primeira é ambígua, além de potencialmente parcial e viciada, conforme se verá na seção que segue. Mas há uma abundância de evidências a partir da segunda, as quais, muitas vezes, contradizem as políticas oficialmente declaradas pela instituição, na primeira. Este é o caminho de pesquisa que se pretende trilhar, na seção vindoura, no intuito de desvelar o efetivo papel do Banco Mundial na instrumentalização da educação de forma funcional ao processo de acumulação global de capital.

#### ***4.3.2 Estratégia 2020 para a Educação do Banco Mundial - Análise crítica***

---

<sup>77</sup> O website do Banco Mundial informa que "Uma estratégia para o sector da educação foi preparada por último em 1999, com uma atualização finalizada em 2006". (WORLD BANK, 2010, p. 2).

Será analisado, na presente seção, o documento de planejamento estratégico do Banco Mundial concernente o setor de Educação, para o decênio 2011-2020, intitulado *Learning for All: Investing in People's Knowledge and Skills to Promote Development – World Bank Group Education Strategy 2020* (WORLD BANK, 2011), (doravante, WBES 2020). Este documento não foi traduzido, em sua integralidade, até o presente momento, para a língua portuguesa, tendo sido nela disponibilizado apenas um breve Sumário Executivo, denominado "Aprendizagem para Todos: Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento – Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial - Resumo Executivo" (BANCO MUNDIAL, 2011), (doravante, EEBM 2020), o qual se passa a examinar para, na sequência, contemplar-se o documento completo, no idioma original, produzido pela instituição.

#### 4.3.2.1 Como se estrutura o EEBM-2020

O Resumo Executivo inicia, em seu Prefácio, pontuando que vivemos num período de extraordinária transformação, destacando a "impressionante ascensão dos países de renda média, liderada pela China, Índia e Brasil" (BANCO MUNDIAL, 2011, p. I) e os avanços tecnológicos, que "estão mudando os perfis e as qualificações profissionais" (BANCO MUNDIAL, 2011, p. I), o que suscita, na linha de argumentação do documento, a expansão e a melhoria da educação para a necessária adaptação à mudança e para o enfrentamento dos desafios subjacentes. Chama atenção para o fato de que

[...] embora os países em desenvolvimento tenham feito grandes avanços na última década em direção aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de educação primária universal e igualdade de gênero, um sem número de evidências demonstram que **muitas crianças e jovens dos países em desenvolvimento saem da escola sem terem aprendido muito.** (BANCO MUNDIAL, 2011, p. I).

Sem o menor esboço de questionamento das causas estruturais desse déficit, a estratégia elege precisamente o combate a essa deficiência como o objetivo primordial da atual política educacional do Banco Mundial para os próximos dez anos: "**Aprendizagem para Todos**", "[...] a garantia de que todas as crianças e jovens [...] adquiram o conhecimento e as habilidades de que necessitam para terem vidas saudáveis, produtivas e obterem um emprego significativo." (BANCO MUNDIAL, 2011, p. I).

A seguir, no Sumário Executivo, após reconhecer que "o acesso à educação, que é um direito humano básico, consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na

Convenção das Nações Unidas para os Direitos da Criança” (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 1), o documento trata de salientar que o objetivo global a ser alcançado é a **aprendizagem**, e não somente a escolaridade, dando-se aquela "**dentro e fora da escola**, desde o jardim-escola até ao **mercado de trabalho**". (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 1). Para isto, a nova estratégia do Banco estabeleceu duas vias de ação principais (*direções estratégicas*) a serem seguidas: a **reforma dos sistemas de educação** dos países a serem “assistidos” e o **desenvolvimento de uma base de conhecimentos** de alta qualidade a ser utilizada nessas reformas<sup>78</sup>.

A nova estratégia amplia sensivelmente a abrangência do conceito de sistema de educação, acrescentando ao seu escopo

a gama completa de oportunidades de aprendizagem que existem num país, quer sejam fornecidas ou financiadas pelo sector público quer privado (incluindo organizações religiosas, organizações sem fins lucrativos ou com fins de lucro). Inclui programas formais ou não formais, para além de toda a gama de beneficiários e interessados nestes programas: professores, formadores, administradores, funcionários, estudantes e as suas famílias e empregadores. Inclui também as regras, políticas e mecanismos de responsabilização que aglutinam um sistema de educação, bem como os recursos e mecanismos de financiamento que o sustentam. (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 5).

O artifício dilativo, eixo estruturante da nova Estratégia, não demora a desvelar seu propósito: a escancarada ampliação do que se considerava sistema educacional presta-se a dar conta da operação de tornar funcionais e operacionais aqueles sistemas, de acordo com os parâmetros prevaletentes na iniciativa privada, compatibilizando e hierarquizando seus diversos componentes de forma a permitir a responsabilização (*accountability*) e o monitoramento de resultados ("estabelecer um ciclo claro de retorno entre o financiamento (incluindo a ajuda internacional) e os resultados"). (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 6).

É de se observar que o Banco não se furta a, de forma velada, sinalizar que trabalhará no sentido de determinar unilateralmente a adoção de seus modelos educacionais aos países “assistidos”, no que tem reconhecida experiência, pelo extenso histórico de imposição aos países periféricos do seu “Ajuste Estrutural” desde o início dos anos 1980.

Numa perspectiva operacional, **o Banco Mundial concentrará cada vez mais a sua ajuda financeira e técnica em reformas do sistema** que promovam os resultados da aprendizagem. Para esse efeito, o Banco irá concentrar-se em ajudar os países parceiros a consolidar a capacidade nacional para reger e gerir sistemas

---

<sup>78</sup>Na implementação dessa estratégia, o EEBM 2020 estabelece que o Banco Mundial “concentrar-se-á em três áreas: geração e intercâmbio de conhecimento, apoio técnico e financeiro e parcerias estratégicas.” (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 8); e para medir o êxito da estratégia, utilizará indicadores de desempenho, no intuito de acompanhar a efetiva adoção das ferramentas e das medidas de política educacional por ele impostas aos países “assistidos”.

educacionais, implementar padrões de qualidade e equidade, medir o sistema de desempenho com relação aos objetivos nacionais para a educação e apoiar a definição de políticas e inovação com base comprovada. (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 6).

Quanto à segunda via de ação, ver-se-á, em seções vindouras, que o desenvolvimento dessa “base de conhecimentos” constitui-se uma obsessão do Banco. Compreende-se: O monopólio de uma imensa base de dados global, decorrente de sua tentacular atuação na maioria dos países do mundo, obtendo destes minuciosas informações não somente sobre seus sistemas educacionais mas sobre suas economias como um todo, legitimaria essa instituição para impor seus paradigmas e dogmas a respeito de políticas educacionais e econômicas, supostamente respaldados em dados universais e irrefutáveis que constituiriam aquela base de dados, e entronizariam aquela organização como o "Banco do Conhecimento", epíteto como o Banco Mundial se autodenomina em inúmeras passagens não somente deste mas de vários de seus documentos oficiais.

Privilegiando um enfoque estritamente economicista, pautado por uma pretensa "neutralidade axiológica", o Banco procura, no documento em questão, como se verá adiante, fornecer dados estatísticos e empíricos supostamente validados por modelos matemáticos sofisticados, **seletivamente** pinçados de experiências em mais de cento e oitenta países onde atua, de modo a imprimir ares de "cientificidade" a suas conclusões e argumentações, aura que, ver-se-á, possui frágil sustentação quando se descobre as condições científicas, políticas e éticas nas quais são produzidos seus estudos, pesquisas e relatórios, sejam internos ou destinados ao público em geral<sup>79</sup>.

#### *4.3.2.2 Dissecando o WBES 2020*

A estruturação do WBES 2020 segue, basicamente, a mesma sequência da do EEBM 2020, todavia, expandindo consideravelmente a exposição de questões apenas levantadas naquele Resumo Executivo. Neste sentido, a presente seção, além de recuperar esses pontos abordados, agora em uma perspectiva analítica minuciosa e crítica, traz à baila outros aspectos da atuação do Banco Mundial com vistas a promover a reforma dos sistemas de educação dos países periféricos, problematizando dimensões ideológicas, políticas e econômicas do discurso do Banco, presente no documento de que se trata.

---

<sup>79</sup> Ver notas 84 e 86.

#### 4.3.2.2.1 Legitimidade social astuciosamente forjada

A nova estratégia educacional do Banco Mundial para a periferia capitalista<sup>80</sup> passou por um ciclo de produção dividido em quatro estágios, a saber: desenvolvimento; revisão (consulta aos interessados), um extenso processo que contou com duas fases internas e duas externas à organização, envolvendo a participação de aproximadamente cem países (WORLD BANK, 2011)<sup>81</sup>; aprovação e apresentação ao público, a qual ocorreu em 2011. Uma vez produzido, o documento tem sido difundido na página eletrônica da instituição na internet, bem como em cópias impressas distribuídas em todo o mundo à comunidade que trabalha em projetos educacionais.

Constitui prática no meio intelectual, acadêmico ou mesmo corporativo que elaboradores de estratégias ou de outros textos produzidos em sua área de atuação reconheçam e agradeçam as críticas e colaborações recebidas de revisores ou de outros leitores de seus escritos, e mencionem que algumas de suas sugestões foram aceitas e incorporadas ao texto final. Esse, contudo, segundo Steiner-Khamsi (2012), não é o caso do WBES 2020, não obstante a retórica do Banco de “construção democrática” da estratégia. Sustenta a autora que quase não existe nada em comum entre o projeto que o Banco apresentou para revisão, a versão revisada e a versão final aprovada. Com efeito, o Banco aproveitou-se da ampla heterogeneidade das colaborações e sugestões oriundas da vastíssima base de interessados que participou da fase de consulta/revisão, e pinçou convenientemente as sugestões que mais se adequavam à sua agenda de políticas educacionais prioritárias. Diferentemente da fase de consulta, aberta ao público, a fase de aprovação ocorreu a portas fechadas, tal qual a primeira fase, a de desenvolvimento.

Como se pôde ver, a ênfase dada, no documento, ao caráter participativo de sua elaboração, notadamente na fase de consulta, constitui ardiloso recurso retórico-argumentativo do Banco, que não possui sustentação factual. Mesmo assim, o WBES 2020, desenvolvido exclusivamente pela equipe do Banco Mundial e de seus eventuais “consultores

---

<sup>80</sup>Nos termos do próprio Banco, utilizados no documento em questão: países pobres, países de baixa e média renda, países em desenvolvimento e “estados frágeis”.

<sup>81</sup>“Na primeira fase (março a junho de 2010), o Banco, por intermédio dos membros da Diretoria de Educação, consultou várias partes interessadas (incluindo os governos, o setor privado, professores, alunos, parceiros de desenvolvimento e sociedade civil) sobre a abordagem global da estratégia, conforme descrito em um documento de síntese. Durante esta fase, o Banco Mundial realizou reuniões em 24 países, com representantes de 69 países. Na segunda fase (agosto a novembro de 2010), o setor consultou um público semelhante sobre um projeto de documento de estratégia em 29 reuniões em que 59 países foram representados. Em ambas as fases, outras pessoas enviaram comentários adicionais a um *website* dedicado à estratégia.” (WORLD BANK, 2011, p. 17).



afiliados" é, na última fase de seu processo de gestação, apresentado à comunidade mundial como "uma estratégia de todos", no intuito de emprestar ao documento uma legitimidade social que, substancialmente, não possui.

#### 4.3.2.2.2 “O que funciona”: a institucionalização das condicionalidades programáticas

Steiner-Khamsi (2012) pondera que não é recomendável que a mesma organização **pesquise** a área educacional, **formule** o pacote de reformas adequado, **financeie**-o e, ao final, **avali**e-o. Contudo, essa é a prática institucional do Banco Mundial para o setor, a qual padece, como se pode constatar pelo exposto, de considerável risco de distorções advindas de superposição de interesses por parte dos agentes envolvidos nessas quatro fases. O que a autora acaba constatando é que, ao invés de definir o problema e procurar as soluções, a formulação do problema, nos países onde o setor educacional do Banco atua, é congenitamente alinhada com as previamente existentes linhas de financiamento do Banco. Ou seja, a “solução” já existe antes da definição do problema.

Isso ocorre porque, na verdade, o Banco vem testando uma limitada gama de reformas educacionais em alguns países e em seguida as dissemina (com algumas pontuais adaptações, no sentido de reduzir o custo de transferência) por todo o planeta, independentemente do contexto político, social e econômico do país “assistido”. Fica nítido que esse leque de reformas, chamadas pelo Banco de “melhores práticas” ou “o que funciona”, em sua essência, consiste num *portfolio* de projetos de financiamento a serem escolhidos, de acordo com as suas condições políticas de implementação em cada país.<sup>82</sup>

Na correlação de forças assimétricas entre o Banco Mundial e os Estados que pleiteiam seus financiamentos educacionais, a imposição por parte dessa instituição financeiras das “melhores práticas” experimentadas em outros países consubstancia o que Steiner-Khamsi chama de “condicionalidade programática”. Tal qual sua antecessora, nos idos tempos do malfadado Ajuste Estrutural promovido nos países endividados nos anos 1980 e 1990, a atual condicionalidade funciona como um meio de o Banco sub-repticiamente

---

<sup>82</sup>Para uma ilustração empírica dessa configuração, reportar-se a Steiner-Khamsi (2012, p. 33-34), na qual a autora relata a avaliação de impacto do Projeto READ (sigla em inglês para Desenvolvimento e Educação Rural), na Mongólia, financiado pelo Banco Mundial.

promover a redução das despesas públicas com educação e impor sua agenda neoliberal aos países periféricos.

#### 4.3.2.2.3 A circularidade do autoreferencial teórico do Banco Mundial

Projetando-se como o “Banco do Conhecimento”, o Banco Mundial tem em sua área de pesquisa uma instância fundamental em sua estrutura organizacional, porquanto busca, há certo tempo, obstinadamente firmar-se como referência obrigatória na temática do desenvolvimento e, recentemente, da educação, mais especificamente no que concerne a políticas educacionais. Todavia, como ficará claro no decorrer da presente seção, a despeito da apresentação, pelo Banco, de seu departamento de pesquisa como independente, e pautado por rigorosos e imparciais parâmetros de atuação, sua produção teórica no domínio das políticas educacionais, assim como em outros campos, tem servido de valioso instrumento com vistas à manutenção dos paradigmas caros à perspectiva de mercado, hegemônica naquela instituição financeira.

Da leitura da presente seção, emerge a constatação do caráter ideológico, da estreiteza de horizonte, da limitação epistemológica e da funcionalidade estratégica à manutenção dos paradigmas neoliberais que preside o desenvolvimento das pesquisas sobre educação no Banco Mundial, sejam internamente concebidas, em seu departamento, ou externamente, em empresas de consultoria ou mesmo por profissionais autônomos, *ad-hoc*.

Uma primeira leitura do WBES 2020, por mais superficialmente que possa vir a ocorrer, deixa patente a predeterminada lógica neoliberal subjacente à estruturação de todo o documento. Nesse sentido, não há necessidade de se fazer qualquer esforço para se deparar com prescrições de políticas educacionais funcionais ao mercado, ou com julgamentos depreciativos com relação a modelos públicos de gestão ou de desenvolvimento: o documento está permeado deles, do início ao fim. Na citação a seguir, nota-se o entusiasmo do Banco com o êxito da expansão da educação privada em algumas regiões do mundo:

Uma visão mais ampla de oportunidades de aprendizagem inclui serviços de educação oferecidos pelo setor não estatal. Este setor, que engloba agentes com fins lucrativos e sem fins lucrativos, funciona, alternativamente, como um provedor, financiador e inovador na educação. A prestação não estatal dos serviços de educação em todos os níveis tem aumentado dramaticamente em todo o mundo. A participação das matrículas do setor privado é maior no Sul da Ásia, na América Latina e no Caribe[...]. Embora muitas vezes se pense que o setor privado atende principalmente os alunos que podem pagar, **as entidades privadas são importantes fornecedoras de serviços de educação até para as comunidades mais pobres, especialmente em áreas em que os governos não chegam.** Em muitos países, os governos subsidiam ou contratam organizações não-estatais para fornecer educação,

mas cobrem grande parte do custo. **É essencial, porém, que os governos reconheçam a importância dessas organizações** e proveja apropriada regulação e supervisão desses serviços privados para garantir a eficiência e a coerência da provisão de educação por esses meios. **O setor privado também colabora com o governo, tanto para melhorar a pertinência dos serviços de educação como para ampliar o acesso a esses serviços.** (WORLD BANK, 2011, p. 19-20).

Como paladino da promoção da educação privada mundo afora, o Banco Mundial tem sido ferrenho defensor da expansão das mensalidades escolares (taxas de utilização - *user fees*) desde os anos 1980, em nítida contradição em relação ao básico direito humano de acesso à educação, reconhecido pelo próprio organismo multilateral na primeira frase de seu WBES 2020<sup>83</sup>. Com efeito, tem aquela corporação se empenhado com bastante afinco, desde o agravamento da crise estrutural do capital, em fomentar agressivamente a criação de mercados globais para esferas ainda não contaminadas pelo viés mercantil, tais como educação, saúde previdência social, e outras mais. Como arquiteto da requentada economia política global de "livre mercado", tal empenho por parte dessa instituição financeira desvela o caráter instrumental de sua atuação no sentido de encontrar oportunidades de emprego para capitais acumulados, em decorrência da insistente baixa das taxas de lucros obtidas em atividades ligadas à esfera produtiva da economia, sensivelmente agravada com a “crise financeira” de 2008. Contudo, essa “solução” para tal problema de acumulação de capital cria outros problemas com consequências estruturais ainda maiores, como pontua Sangeeta Kamat.

A doutrina neoliberal proveu a **justificativa ideológica** para essas políticas econômicas que enfatizavam os aspectos positivos "auto-regulação" dos mercados e dos capitais. Mais uma vez a dialética marxista vem em nosso socorro para mostrar que a "solução" para o problema da acumulação de capital cria novos problemas adicionais que têm grande alcance e consequências estruturais profundas. O aumento da polarização social, os níveis gritantes de desenvolvimento desigual dentro de e entre países, a natureza volátil dos fluxos de capitais que afundaram economias nacionais inteiras, o desequilíbrio endêmico nas contas nacionais, o aumento da exploração que criou uma elite global de super-ricos, o incremento do número de trabalhadores pobres e a intensificação da crise ecológica são algumas das consequências diretas da globalização e da financeirização do capital. (KAMAT, 2012, p. 43).

Supõe-se que essa configuração não seja desconhecida do departamento de pesquisas do Banco Mundial. Não obstante, o fato de restringir suas análises e estudos a

---

<sup>83</sup>“O acesso à educação, que é um direito humano fundamental, consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, também é um investimento estratégico de desenvolvimento”. (WORLD BANK, 2011, p. 1).

fontes internas<sup>84</sup> compromete irremediavelmente a capacidade daquela equipe de interpretar os projetos, programas e as estratégias anteriores daquela instituição, deixando nítido o caráter autoreferencial e a circularidade de sua acrítica e hermética produção teórica. Desvelando sua estreiteza de horizontes, essa metodologia, que busca soluções "de excelência" em horizontes de curto prazo, e resultados aferidos de forma inequívoca por restritos instrumentos quantitativos, promove uma sucessão de modismos em políticas educacionais<sup>85</sup>, cada um "rei" por um determinado período, em prejuízo de milhões de crianças e jovens dos países pobres, que têm assim obstruído seu direito básico de acesso a educação universal, pública e gratuita de qualidade.

Do ponto de vista epistemológico, o apego excessivo a uma perspectiva teórico-metodológica positivista, mecânica e primordialmente economicista na análise do intrincado fenômeno educacional tem limitado sobremaneira o potencial heurístico das pesquisas do Banco Mundial, o que explica os malogros retro mencionados da sucessão de insípidos modismos em políticas educacionais, desprovidos de consistência e substância capazes de enfrentar as raízes estruturais das deficiências em aprendizagem existentes nos países periféricos. Inobstante o vasto alcance territorial e a heterogeneidade das características das formações econômico-sociais onde atua, a resistência dessa instituição financeira em utilizar outros enfoques, congruentes com a natureza da estrutura e do contexto da conjuntura encontrada, impede-lhe a apreensão das relações e dos vínculos entre as variáveis que interagem no complexo sistema educacional. A passagem abaixo, extraída do documento em análise na presente seção, ilustra, possivelmente de maneira até constrangedora, as deficiências do método de abordagem ora expostas.

---

<sup>84</sup>A estreiteza da base referencial sobre a qual se estrutura a pesquisa do Banco é confirmada pela série de entrevistas com antigos membros da equipe do Banco, relatadas por Robin Broad, como ilustra a citação que segue: "[...] dentro do Banco, é o conhecimento do Banco que é mais aceito. Como um ex-economista do Banco nota em uma entrevista: 'na medida em que qualquer pessoa da área operacional olha para pesquisa, eles vão olhar para pesquisa do Banco Mundial. Existe um uso muito limitado de investigação independente'. (Entrevista em 26 de fevereiro de 2004, reiterando declaração em entrevista de 19 de fevereiro de 2004)." (BROAD, 2006, p. 395).

<sup>85</sup>O domínio global da ideologia neoliberal nas maiores e mais prestigiadas universidades dos países centrais contribuiu sobremaneira para a consolidação da hegemonia acadêmica e cultural das correntes teóricas de cariz pós-modernista, as quais operam a obliteração dos fundamentos estruturais da reprodução social na sociedade burguesa, com o fito de impedir que as classes produtoras desvelem os determinantes das relações sociais que engendram o modo de produção que as oprime. Especificamente na Pedagogia, esses ardilosos artifícios vêm sendo perpetrados pelo capital por meio da proliferação de inúmeros modismos "epistemológicos", dentre os quais, em rol não exaustivo, pode-se enumerar: Sociedade do conhecimento; Pedagogia das Competências / Aprender a aprender, formação na prática / professor reflexivo, capital humano; formação para a cidadania ou cidadania planetária, empreendedorismo, globalização ou glocalização, holismo, cidadania, dialogicidade, transdisciplinaridade, complexidade, cultura da paz, dentre outros. Para aprofundamento sobre três desses modismos, a saber, Pedagogia das competências, formação na prática (professor reflexivo) e formação para a cidadania, ver Gomes (2006) e Duarte (2001, 2010, 2012).

No nível social, pesquisas recentes mostram que o nível de competências medidas por desempenho em avaliações de estudantes internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) e o Tendências no Estudo Internacional em Matemática e Ciências (TIMSS), prevê taxas de crescimento econômico muito melhores do que fazem níveis médios de escolaridade. Por exemplo, **um aumento de desvio padrão em capacidade de leitura e de desempenho em matemática (equivalente a uma melhora de aproximadamente 15 por cento do desempenho do mediano para o topo) é associada com um grande aumento de 2 pontos percentuais do PIB anual de crescimento per capita.** (WORLD BANK, 2011, p. 3).

O uso generalizado de testes nacionais e internacionais de avaliação, como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA, sigla em inglês), o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), dentre outros, nos últimos anos, como instrumentos destinados a medir a aquisição de habilidades em determinado sistema educativo, oculta a debilidade desses mecanismos para descobrir os meios e as efetivas condições de aprendizagem, em diferentes contextos socioculturais e sistemas educacionais. Elide-se a realidade de que a aprendizagem é um fenômeno humano eminentemente contextualizado, suscetível às condições predominantes nos diversos ambientes e aos inúmeros fatores externos que incidem sobre o processo, os quais os métodos positivistas, apesar de insistirem, não conseguem controlar, em qualquer enfoque sistêmico.

Nesse sentido, Klees, Samoff e Stromquist (2012) pontuam que a atual estratégia de "Aprendizagem para Todos" consiste, na verdade em uma estratégia "Teste para Todos", baseada na reforma educacional empreendida nos Estados Unidos denominada *No Child Left Behind*, e que "O que o neoliberalismo tem nos dado na educação, e em outros campos, é uma estandardizada estratégia global de reforma, com base puramente em uma ideologia política, sem levar em conta evidências e pontos de vista alternativos." (KLEES; SAMOFF; STROMQUIST, 2012, p. 228).

Com efeito, entende este pesquisador que pelo papel que desempenha no sistema institucional interestatal de controle global do capital, dificilmente o Banco Mundial teria maiores margens de manobra para praticar políticas educacionais alternativas, sem comprometer sua atuação como órgão articulador da compatibilização das estruturas estatais dos países periféricos à dinâmica da acumulação global capitalista. Assim, compreende-se porque, a despeito do calibre de seu autoexaltado departamento de pesquisas, a instituição ostenta vexatório histórico de fracassos em experimentos educacionais nas últimas décadas em inúmeros países subdesenvolvidos onde opera: o Banco simplesmente não pode abrir mão

da adoção da teoria do capital humano como paradigma teórico-metodológico, por mais frágil que essa tenha se mostrado nas últimas décadas, pelos motivos que serão esclarecidos adiante.

Desde seus primeiros documentos de políticas educacionais, o Banco Mundial utiliza essa teoria para justificar não somente **o seu** envolvimento com a educação, mas também o próprio investimento **em si**, do ponto do retorno econômico, na educação.

Os primeiros documentos de política educacional do Banco Mundial usam a teoria do capital humano para justificar o investimento em educação (e, concomitantemente, a participação do Banco na educação), enquanto o 2020 usa uma versão revisada desta teoria concebida pelo atual paladino educacional daquela instituição, Eric A. Hanushek, substituindo o conceito de "anos de estudo" por "desempenho escolar" como variável independente para o crescimento econômico. (VERGER; BONAL, 2011, p. 916).

Recuperando-se brevemente os fundamentos basilares daquela teoria, em sua versão original, tem-se que a renda individual é determinada por dois fatores: trabalho físico e educação (investimento humano), a qual se forma pelo investimento em escolaridade e treinamento. Assim, em função do tempo e do tipo de educação, do rendimento escolar, variará a qualidade do capital humano "formado" e, conseqüentemente, os retornos futuros que este é capaz de produzir. Mas, a teoria esquece um "pequeno detalhe": **quem e/ou o que** determina as condições sob as quais o indivíduo buscará a "formação" de seu capital humano? Note-se a circularidade da teoria: como não pode referir-se às desigualdades sociais, a teoria prega que para dispor das condições socioeconômicas para ter acesso à educação, o indivíduo tem que investir nesta. Ora, perceba-se que **o que era determinante transforma-se em determinado**: O sujeito deve educar-se para ter acesso a uma melhor renda, mas para educar-se precisa de fatores socioeconômicos (*background*) que somente uma família minimamente estruturada em termos de renda pode lhe proporcionar. Em uma representação esquemática, ter-se-ia:

Y = renda; ascensão social, etc.

A = acesso à escola; desempenho ou rendimento escolar, etc.

$$Y = f(A), \text{ contudo, } A = f(Y)$$

Dessa forma, evidencia-se a fragilidade dos fundamentos do referencial teórico- - metodológico utilizado pelo Banco Mundial em suas pesquisas na área educacional, do qual, não obstante, não pode a instituição afastar-se, sob pena de colocar em risco os pressupostos

de sua própria atuação naquela esfera, como articulador institucional global da macroestrutura de poder oligopólico contemporânea.<sup>86</sup>

#### 4.3.2.2.4 A Educação capturada pelo mercado

No que se refere à sua habitual apologia do mercado como instância fundamental e mecanismo essencial no encaminhamento das questões sociais, o Banco Mundial contempla no WBES-2020 os mesmos dogmas-chave do ideário neoliberal presentes nos documentos estratégicos anteriores, dentre os quais o de que provedores privados são essenciais para a expansão do sistema educacional e ajudam a preencher as necessidades dos pobres não atendidos pela rede pública de educação, assim como a onipresente fridmaniana prescrição dos *vouchers* e das bolsas de estudo a serem utilizadas nas escolas privadas como panacéia no enfrentamento do problema do acesso escolar.

Em determinada passagem do documento, após tecer loas ao suposto caráter inovador do financiamento e do provimento privado em educação, o Banco prescreve que

Embora seja senso comum que o setor privado atende principalmente os alunos que podem pagar, as entidades privadas são fornecedores importantes de serviços de educação até para as comunidades mais pobres, especialmente em áreas nas quais os governos não conseguem chegar. [...] O setor privado também colabora de forma exitosa com o governo, tanto para melhorar a relevância dos serviços de educação como para ampliar o acesso a esses serviços. (WORLD BANK, 2011, p. 20).

Em trecho anterior (p. 06), o documento enaltece o uso dos *vouchers* e das bolsas de estudo em escolas privadas, focalizado em crianças e jovens do sexo feminino, na educação primária e secundária em áreas rurais do Camboja, o que teria tido efeitos positivos no combate à desigualdade de gênero existente naquele pobre país.

No WBES-2020, experiências supostamente bem-sucedidas com provimento privado são seletivamente relatadas na tentativa de demonstrar o êxito do apoio financeiro do

---

<sup>86</sup>Para aprofundamento sobre como a estrutura do departamento de pesquisa do Banco Mundial conduz à produção de pesquisa acomodatória e mantenedora dos paradigmas neoliberais, e impeditiva da emergência de modelos alternativos, reportar-se a Broad (2006). Seria possível ainda, o que não se faz no presente trabalho por limitações intrínsecas ao seu escopo, contemplar outras dimensões mais nítidas da debilidade do arcabouço teórico sobre o qual repousa a produção de conhecimentos na área de educação por parte do Banco Mundial, como, por exemplo, a persistente trajetória ascendente do desemprego estrutural desde o início da reestruturação produtiva do capital, fruto não somente da tendência à diminuição do emprego do capital variável em relação ao capital constante, conforme analisado no primeiro capítulo do presente estudo, mas também do crescente aprimoramento tecnológico dos processos produtivos, o que desvela a fantasiosa falácia de que "na Nova Economia, na Sociedade do Conhecimento, os empregos de baixa qualificação são substituídos pelos de maior investimento em capital humano, por isso o trabalhador/estudante tem que investir em formação educacional".

Banco Mundial às alternativas que valorizam o mercado. O problemático, contudo, é que, de um universo bem maior, são pinçados apenas os poucos e conhecidos casos de sucesso, nos mesmos países de sempre (em sua maioria países de rendas média e alta), recorrentemente contemplados em documentos oficiais daquela instituição.

Congruentemente, Mundy e Menashy (2012a) sustentam que os três casos de desenvolvimento de produtos na área de conhecimentos analisados em documento editado por aquele banco sobre o papel e o impacto das Parcerias Público Privadas (doravante, PPPs) na educação (PATRINOS; OSORIO; GUÁQUETA, 2009) fundamentam suas conclusões exclusivamente em estudos de Hanushek e Woessman (HANUSHEK; WOESSMAN 2007, 2010; WOESSMAN, 2007), sobre resultados de aprendizagem em países da OCDE, dedicando pouca atenção a recentes críticas sobre esses estudos (ver KLEES 2010; RAITANO; VONA, 2010).

As autoras, prosseguindo a análise do referido documento, observam que este, surpreendentemente, deixa de repetir exaltações de estratégias anteriores a uma suposta superioridade dos resultados de aprendizado derivados da provisão privada de serviços educacionais no ensino regular, pontuando que, apesar de o WBES-2020 não ser o primeiro documento estratégico do Banco Mundial a destacar o relevo da iniciativa privada no fornecimento de educação, é mais cauteloso do que os anteriores em alardear uma suposta superioridade das escolas privadas no que se refere à qualidade do ensino, deixando transparecer, assim, possivelmente, menos confiança sobre o papel que os mercados podem desempenhar a esse respeito.

Nesse sentido, algo que se pode apreender da leitura da atual estratégia daquela instituição multilateral para o setor de educação é que da mesma forma que a exaltação das PPPs é utilizada como artifício para dissimular a privatização incidente sobre as esferas incompatíveis com a lógica de mercado, o Banco, no WBES-2020, como bem observa Mundy e Menashy (2012b), suavizou, em relação aos documentos estratégicos anteriores, sua retórica do mercado como panacéia para a solução dos problemas sociais, evitando o uso explícito de expressões da terminologia do setor privado, o que se percebe ao se notar a opção pelo uso do termo “atores não estatais”. Relatando estratégia análoga, Klees, Samoff e Stromquist (2012) mencionam que **"O Banco Mundial e outros, muitas vezes usam o termo "parceria" como uma forma de evitar o *ethos* negativo da privatização. [...] Parceria é um termo enganoso, em um mundo de imensa desigualdade de poder."** (KLEES, SAMOFF; STROMQUIST, 2012, p. 58).



No entendimento deste pesquisador, tal abrandamento normativo poderia indicar opção daquela instituição financeira por uma perspectiva mais “pragmática”, argumento que pode ser corroborado ao se observar a intensificação de suas efetivas ações baseadas em soluções que privilegiem o mercado como instância adequada de operação e de encaminhamento da questão do desenvolvimento econômico nos países periféricos<sup>87</sup>.

Essa avaliação nuançada, todavia, não é unânime no meio acadêmico. Para Verger e Bonal, por exemplo, no WBES-2020, a participação do setor privado tem mais destaque do que nos documentos anteriores: “A estratégia atual colocaria maior ênfase na importância do setor privado para atingir os objetivos da Educação para Todos, [e] apóia abertamente o papel das instituições de ensino privadas com fins lucrativos [...]” (VERGER; BONAL, 2011, p. 902). Ironicamente, no entanto, como observam aqueles autores, o documento estratégico do órgão para a educação de 1995 afirmava que para se obter uma licença para abrir uma escola na Nigéria o proprietário deveria preencher vários requisitos razoáveis, dentre os quais, por exemplo, o de “demonstrar que a escola não terá fins lucrativos”. (WORLD BANK, 1995, p. 123).

Pontuam ainda aqueles estudiosos que o documento em questão não apresenta evidências sobre os supostos melhores resultados de aprendizagem obtidos pelas escolas privadas, em relação às suas congêneres públicas, citando fontes (CORTEN; DRONKERS, 2006; FERTIG, 2003; ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2005) que comprovam que controlando-se o *status* social dos alunos, o tipo de titularidade da escola (se é uma escola pública ou privada) tem efeitos nulos ou muito moderados sobre aqueles resultados.

No que se refere ao entendimento constante no WBES-2020 de que a faculdade de os pais poderem escolher as escolas, bem como a competição entre estas, contribuiriam para que os provedores educacionais de baixa qualidade perdessem matrículas e fossem alijados do mercado, Verger e Bonal (2011) argumentam, acertadamente, na óptica deste pesquisador, que a escolha escolar perfeita requereria o amplo acesso a todas as informações relevantes para a decisão, além de uma rede eficiente e acessível de transportes, dentre outros fatores, o que efetivamente não ocorre no mundo real, pelo menos para a esmagadora maioria dos

---

<sup>87</sup> Comprovação do impulso que o Grupo Banco Mundial vem promovendo à disseminação de soluções de mercado para o fomento do desenvolvimento nos países onde atua pode ser obtida na informação de que, conforme recente relatório do próprio Grupo de Avaliação Independente (doravante IEG, sigla em inglês), órgão de avaliação interna do Banco que acompanha a implantação e os resultados dos projetos do Banco Mundial naqueles países, divulgado em julho de 2014 (INDEPENDENT EVALUATION GROUP, 2014), o apoio daquele grupo às PPPs aumentou cerca de três vezes de 2002 a 2012, ano em que orçou cerca de 2,9 bilhões de dólares, por intermédio de empréstimos, investimentos e garantias.

sujeitos que vivem de seu próprio trabalho, mormente na periferia capitalista. Na realidade, esses, ao invés de escolherem em função da qualidade da escola, priorizam outros critérios tais como proximidade geográfica, preço, relações sociais, preferências religiosas ou até mesmo a disciplina (no sentido de observância de padrões determinados de conduta) imposta pela escola aos seus alunos.

De fato, após revisar centenas de pesquisas, inclusive em países centrais, sobre escolha escolar, um estudo da OCDE<sup>88</sup> (WASLANDER; PATER; VAN DER WEIDE, 2010) conclui que não existe evidência de efeitos positivos em decorrência do caráter privado do provimento educacional sobre o rendimento ou a aprendizagem. Indo mais além, confirma tal pesquisa que os *vouchers*, na verdade, aumentam a segregação do sistema educacional.<sup>89</sup>

No que respeita à parcialidade e a baixa representatividade das fontes de pesquisa utilizadas pelo Banco Mundial para fundamentar suas políticas educacionais em relação ao volume total de estudos de rigor científico existentes sobre a temática, aspecto anteriormente abordado no presente trabalho, a posição de Verger e Bonal (2011) coincide com a de Mundy e Menashy (2012b). Os três concordam também que as recomendações contidas no WBES-2020 contradizem a literatura acadêmica, a qual aponta para resultados neutros ou até mesmo negativos obtidos com a provisão privada de educação escolar, em comparação com a provisão estatal, no que se refere a resultados de desempenho e à equidade de acesso.<sup>90</sup>

O próprio Banco Mundial reconhece, em muitos de seus documentos oficiais para o setor e publicações autorizadas<sup>91</sup>, que pesquisas sobre o impacto positivo do provimento privado de educação escolar sobre a qualidade do aprendizado e a equidade do acesso ainda se mostram, em muitos aspectos, incipientes, inconclusivas e limitadas. Por conseguinte, a postura sensata, pautada pela “neutralidade científica” e pela “objetividade” dos resultados aferidos (valores assaz caros aos pesquisadores positivistas, como os que predominam no Banco Mundial), desaconselharia a adoção de tais mecanismos em sistemas educacionais, notadamente os mais frágeis e vulneráveis do ponto de vista daqueles atributos almejados, como os dos países periféricos. Não é o que ocorre no WBES-2020, por meio do qual aquela instituição multilateral dissemina uma entusiasmada apologia à infiltração das corporações

---

<sup>88</sup> Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, com sede em Paris.

<sup>89</sup> Para aprofundamento no que concerne à questão, reportar-se a Quezada-Hofflinger (2008) e UNESCO (2009).

<sup>90</sup> No mesmo sentido, ver Rouse e Barrow, (2009); McEwan y Carnoy, (2000); Alegre e Ferrer, (2010); Fiske e Ladd, (2000) e Reay (2004).

<sup>91</sup> Por exemplo: “[...] não há pesquisa rigorosa o suficiente sobre os efeitos da contratação [PPPs] em educação ser capaz de tirar muitas conclusões definitivas neste momento.” (PATRINOS; OSORIO; GUÁQUETA, 2009, p. 58).

privadas nos sistemas educacionais daqueles países, denotando um nítido *bias* que compromete sua auto-exaltada imagem de “objetividade e neutralidade”.

Com efeito, a efetiva atuação daquela organização financeira multilateral em franco e irrestrito apoio à propagação da educação privada nos países periféricos, em uma época em que os devastadores efeitos sociais e econômicos da crise estrutural do capital castigam severa e indistintamente países ricos e pobres, com raras exceções, pode ser considerada preocupante, do ponto de vista do próprio autoproclamado mandato do Banco Mundial de combater a pobreza em seu raio de ação. Digladiam-se, na real e constatável política educacional daquela instituição, dois imperativos intrinsecamente inconciliáveis: como agência multilateral, investida por mais de cento e oitenta países na missão de fomentar o desenvolvimento nos países pobres, promover o acesso à educação de qualidade, que se reverta em efetivo aprendizagem, para a maior parcela da população daqueles países, cujos recursos financeiros não permitem sequer alimentação nos mínimos requisitos nutricionais humanos, ou, como órgão articulador das condições de reprodução e acumulação necessárias ao capital global, "desbravar" e colonizar mercados virgens potencialmente exploráveis e funcionais à inexorável e imanente necessidade de expansão capitalista, independentemente de suas consequências sociais, econômicas e ambientais.

Uma das vertentes da ação do Banco Mundial em apoio à criação e disseminação de mercados privados de serviços educacionais em países periféricos, consentânea com suas entusiasmadas prescrições, nesse sentido, no WBES-2020, objetiva-se no irrestrito apoio ao peculiar *modus-operandi* como os grandes conglomerados empresariais transnacionais da educação global estão expandindo seus bilionários negócios no setor educacional. O modelo típico, caracterizado por Riep (2014, p. 266) como "mcdonaldização da educação", tem seus fundamentos nos valores mercantis de eficiência (atender à maior quantidade de alunos ao menor custo possível), padronização dos serviços; confiança na marca da empresa como forma de controle de qualidade e "comodificação" dos serviços educacionais básicos ("aprende-se o quanto se paga").

Refletindo a antinomia e a intrínseca incompatibilidade entre as funções orgânicas de disseminação das condições intelectuais, cognitivas e práticas necessárias à reprodução social, própria do complexo educacional, e a de ilimitada e inarredável expansão do capital, as grandes empresas que operam esse modelo praticam uma política de remuneração de seus professores deveras coerente com os princípios empresariais de "eficiência e rentabilidade":

Em março [2014] Curtis Riep, pesquisador da Universidade de Calgary, criticou fortemente a megacorporação Pearson, revelando que o salário mensal de um

professor da Omega [marca empresarial da Pearson] varia entre 130 e 150 cedis ganenses (o equivalente a US \$ 65 e US \$ 75 por mês), ou seja, apenas 15 a 20 por cento do que os professores no setor público auferem em Gana. Riep cita declaração do próprio fundador da Omega, Ken Donkoh: 'Nós não podemos pegar professores experientes, de qualidade, em escolas assim; temos contratado professores experientes para escrever os planos de aula, para que os nossos professores possam apenas entregá-los'. (BRETTON WOODS PROJECT, 2014, p. 3).

Outra tática frente de ação por meio da qual o Banco Mundial vem promovendo a imiscuição de verdadeiros “cavalos de Tróia” nos sistemas de educação dos países periféricos materializa-se na disseminação ideológica e na efetiva implantação das PPPs, notadamente em experimentos-piloto de apoio financeiro e técnico a escolas de baixo custo (e qualidade) na periferia capitalista<sup>92</sup>.

Com efeito, a "solução educacional" corporificada nas PPPs representa uma ampliação nas atividades que o Banco Mundial já prescrevia, em seu último documento estratégico setorial do século XX (WORLD BANK, 1999), para além das isenções de anuidades, dos *vouchers* e do financiamento a escolas particulares (KLEES, 2002 *apud* ROBERTSON, 2012). A noção de "parceria" é crucial, e desempenha papel funcional ao escamoteamento da captura dos sistemas educacionais dos países da periferia capitalista, com vistas à expansão dos negócios de megacorporações empresariais do setor.

Nos anos 1990, na ressaca dos rotundos fracassos das políticas econômicas preconizadas pelo Consenso de Washington para os países endividados, as resistências de inúmeros segmentos sociais atingidos pelos desastrosos efeitos sociais do "ajuste estrutural" projetavam, para a oligarquia capitalista global, a dificuldade em avançar na captura de mais uma esfera da sociabilidade humana para as finalidades de reprodução e acumulação do capital.

Com vistas a superar essa conjuntura desfavorável, a classe capitalista reformula sua estratégia, como pontua Susan Robertson:

O Consenso de Washington foi reabilitado com a retenção das suas características mais amplas enquanto se expandiu para incluir uma série de reformas adicionais com a rubrica da “boa governança”: extensivas reformas na administração pública, PPPs, a eliminação de barreiras comerciais e uma nova leva de acordos no mercado internacional. O último desses quesitos, entretanto, veio a ficar de lado quando a recém-formada Organização Mundial do Comércio (OMC) encontrou, em 1995, grandes dificuldades para promover negociações que protegessem os interesses das economias desenvolvidas à custa das economias em desenvolvimento. A respeito da abertura da educação para negociações através da OMC como um setor de serviços

---

<sup>92</sup>Para breves *insights* de algumas dessas experiências, reportar-se, por exemplo, a esta no Paquistão (<http://www.brettonwoodsproject.org/2013/12/world-bank-dfid-support-low-cost-private-schools-undermining-equity-education/>). Acesso em: 12 Out 2014) e esta na Índia (<http://dx.doi.org/10.1080/09614521003763079>). Acesso em: 12 out. 2014).

global, esta também enfrentou grandes protestos organizados que questionavam a possibilidade de a educação tornar-se uma *commodity* à venda. (ROBERTSON, 2012, p. 287).

Nesse contexto, de esforço da macroestrutura global capitalista no sentido de manter a todo custo as políticas fundamentalistas de “livre mercado”, o Banco Mundial lança seu quarto documento estratégico de política para o setor (WORLD BANK, 1999). Dada a conjuntura de então, e receoso do repúdio a uma explícita prescrição de políticas educacionais privatizantes, o documento, após reconhecer que o financiamento público é necessário no nível básico de educação, onde as externalidades são maiores, sutilmente defende a posição de que não existe razão *a priori* para que toda a educação seja fornecida, financiada e gerenciada pela esfera pública, advogando o gerenciamento e/ou a propriedade de instituições educacionais por parte de ONGs, comunidades ou grupos religiosos e **empreendedores** (ardilosamente, este, como último grupo listado no rol, o que mais interessa ao Banco). Enumerando argumentos favoráveis a um papel de maior relevo por parte das instituições **não-estatais** no financiamento e na provisão de serviços educacionais, o documento passa então a, no bojo do reconhecimento do protagonismo do setor privado na expansão da educação nos “países emergentes”, comissionar seu braço privado, a IFC, para a empreitada:

Para garantir direcionamento para os grupos de renda mais baixa, [um recente estudo em 12 países] recomenda que a IFC desempenhe um papel no desenvolvimento e no fomento do segmento privado de educação que amplia as oportunidades educacionais para estudantes de baixa renda. O financiamento da IFC aos ensinos secundário e superior pode ajudar no redirecionamento dos subsídios do governo para os pobres, onde eles estão. **Quanto mais as famílias mais abastadas podem pagar pela educação (como fazem quando escolhem o ensino privado), mais o governo pode usar seus recursos para os pobres.** (WORLD BANK, 1999, p. 19).

A mensagem é clara: priorizar o financiamento aos ricos, segundo a linha de raciocínio acima, beneficiaria os pobres. Todavia, como bem coloca Robertson (2012, p. 290), “Como levar em frente tal programa diante de uma considerável hostilidade para com a agenda de privatizações do Banco Mundial que o Consenso de Washington havia arquitetado?” Como percebe Crouch (2011, p. 95):

Uma extrema abordagem neoliberal dos serviços públicos faria com que estes se movessem inteiramente na direção do mercado, com consumidores pagando por si e o governo desempenhando papel nenhum. Isto se provou impossível, principalmente por razões democráticas: a maioria dos eleitores não apoiaria a abolição dos serviços públicos estabelecidos durante o auge do sufrágio universal.

Precisamente nesse contexto, emerge a “solução” das PPPs.

A solução foi a ideia de parcerias, em particular as PPPs, previstas no relatório. Argumentando que 'o trabalho de fortalecer a educação é muito grande para que qualquer instituição o faça sozinha' (World Bank, 1999, p. viii), as parcerias eram um meio de amenizar o estrago feito por formas anteriores de privatização e ao mesmo tempo não abandoná-las. [...] A ideia das parcerias, portanto, era uma útil plataforma para que o BM continuasse avançando com seu plano de privatizar a educação. (ROBERTSON, 2012, p. 290).

Na operacionalização e disseminação ideológica desse mecanismo, desempenham papel central os "empresários das políticas globais para a educação" (ROBERTSON, 2012, p. 291), uma seleta rede de *entrepreneurs* transnacionais do ramo de educação<sup>93</sup>, atuantes em consultoria educacional ou sócios de universidades globalizadas, cuja articulação como célula orgânica dessa nova estratégia do capital global teve sua gênese nos anos 1990 no Grupo Temático Economias da Educação, do Banco Mundial, ocasião em que fundaram uma linha de pesquisa e discussão sobre formas privadas de fornecimento da educação, inicialmente concentrando-se na África subsaariana (ROBERTSON, 2012). Esta socióloga traz uma sucinta descrição dessa insinuante rede corporativa que capturou as políticas educacionais globais:

A rede é estreita em escopo, mas muito coesa e pode ser mais bem descrita como uma pequena comunidade epistêmica que compartilha um compromisso comum com as ideias da Escola de Chicago, assim como é informada por um pequeno grupo de economistas da educação, em sua maioria de base estadunidense. Esse grupo é crucial para promover a agenda das PPPs para a educação de forma mais global; eles estão também por trás das mais conhecidas publicações, relatórios sobre políticas e *kits* de mecanismos sobre PPPs [...]. A rede vem organizando uma série de eventos em que as PPPs são discutidas entre criadores de políticas, agências doadoras, com a equipe de organizações internacionais e entre seletos grupos acadêmicos. Seus membros escrevem e falam sobre as iniciativas uns dos outros (publicações, seminários, cursos, entre outros). (ROBERTSON, 2012, p. 291).

Em uma breve retrospectiva, desde os anos 1990, constata-se que o amplo guarda-chuva conceitual que abarca as diversas modalidades de PPPs<sup>94</sup> tem sido objeto não somente

---

<sup>93</sup>Um ramo de negócios especializados cresceu atrelado às PPPs, especialmente naqueles países que as levaram mais longe (como Estados Unidos, Reino Unido e Austrália). Essa indústria, que exporta cada vez mais sua especialidade globalmente, inclui um número em rápido crescimento de atores privados, constituídos por fundações privadas, empresas especializadas em PPPs, empresas de consultoria global, bancos, consultores locais, *think-tanks*, e escritórios de advocacia especializados. Essas corporações cada vez mais atuam como fontes de autoridade voltadas para o mercado que “[...] estabelece as regras, normas e instituições que orientam o comportamento dos participantes e afetam as oportunidades disponíveis para os outros.” (CUTLER; HAUFLER; PORTER, 1999, p. 4) e molda políticas e práticas na educação (SALTMAN, 2010). “Analogamente, um pequeno grupo de grandes empresas de consultoria administrativa, poderosas e globais, tem também grandes interesses nas PPPs. Dentre essas, destacados expoentes do ramo, tais como KMPG, PricewaterhouseCoopers, Deloitte and Touche, Grant Thornton, Ernst & Young, McKinsey, Hay Group, controlam quase metade do mercado mundial de consultoria administrativa [...]. Essas imensas empresas têm expressivos portfólios na área da educação.” (ROBERTSON, 2012, p. 297).

<sup>94</sup>PPP é um termo genérico usado para descrever parcerias através das quais o setor privado participa da prestação e/ou da operação do ensino público. Não há uma definição precisa do termo e diferentes tipos de

de questionamentos por parte de organizações sindicais docentes nos países onde experiências desses modelos têm sido realizadas, mas também de crítica avaliação por parte de segmentos acadêmicos que pesquisam a área, de organizações internacionais de defesa dos direitos humanos e mesmo de organismos multilaterais que integram o arcabouço institucional global, como por exemplo a OCDE<sup>95</sup>. De maneira geral, o entendimento predominante, empiricamente fundamentado, é de que, no mínimo, inexistem evidências de que essas modalidades de provimento educacional tenham contribuído, onde foram implantadas, para melhorias educacionais quanto ao acesso e à qualidade de aprendizagem. A título ilustrativo, segue sucinto relato de experimentos da espécie (BRANS, 2011) em Uganda, no continente africano, sob o modelo de funcionamento caracterizado pelo pagamento por parte do governo ao provedor educacional privado de um valor fixo, por aluno, ficando aquele impedido de cobrar deste qualquer valor adicional.

Como corolário lógico do modelo de financiamento acima, cabe ao provedor administrar o empreendimento da forma mais eficiente possível, contando apenas com o repasse governamental. Na prática, o governo é, na maioria dos casos, pressionado a prover subsídios adicionais, sob a alegação de que "se você for rígido demais, eles podem não ter lucro e a escola pode fechar", bem como a "fechar os olhos" ante à cobrança de taxas e contribuições dos alunos. No melhor estilo "capitalismo sem riscos" (de lema "socializar os riscos e privatizar os lucros"), esses provedores educacionais transferem os riscos potenciais aos alunos e ao Estado, penalizando severamente famílias que sacrificam parte de suas rendas, desviadas de dimensões indispensáveis como alimentação, abrigo, e mesmo saúde, que na maioria dos países é privatizada. Ao fim e ao cabo, cai por terra uma das mais recorrentes justificativas para a defesa de uma suposta superioridade do provimento educacional privado sobre seu congêneres público, a saber, a eficiência do ponto de vista do volume de recursos que a sociedade, via Estado, tem que prover ao sistema.

---

envolvimento do setor privado na educação pública são levados a cair nesse abrangente espectro conceitual. Tais arranjos podem incluir, por exemplo: a) PPPs de infra-estrutura (ou de *concessão*), cujo tipo mais comum é o no qual a um operador privado é concedida uma franquia (ou concessão) para financiar, construir e operar uma unidade de ensino geralmente por um período de 25 a 35 anos. b) O funcionamento das instituições de ensino públicas, que passam a ser operadas por organizações privadas sob contrato com um órgão público; nessa modalidade, os estabelecimentos de ensino permanecem de propriedade pública e de financiamento público, mas são geridas por um operador privado em troca de uma taxa de administração em benefício da empresa. c) A terceirização de serviços educacionais, tais como: desenvolvimento e/ou entrega do currículo; avaliação ou administração de exames; de avaliação da escola, revisão e/ou melhoria de programas escolares; de um conjunto significativo de serviços de suporte e por último de inovação e investigação, por meio dos quais os programas do governo incentivam parcerias indústria-pesquisa e promovem a comercialização da pesquisa pública (EDUCATION INTERNATIONAL, 2009).

<sup>95</sup>Ver nota 88.

A outra forma que o provedor privado encontra de maximizar a rentabilidade do capital investido consiste no enxugamento de gastos e despesas operacionais, o que reflete nitidamente no nível de qualidade do serviço prestado. Nesse sentido, os próprios envolvidos com a implantação dessas PPPs preferem matricular seus filhos em escolas secundárias **públicas**, tidas como de qualidade superior, apesar da freqüente retórica em favor daquelas, conforme atesta Brans (2011, p. 81):

Em Uganda, os atores governamentais estão promovendo a interação das PPPs com as políticas educacionais, mesmo não acreditando nisso eles mesmo. Como um membro de uma organização da sociedade civil me relatou sobre suas reuniões com atores governamentais: ‘Os agentes governamentais envolvidos com essa política declararam a qualidade das escolas de PPP e disseram que seriam rigorosos na fiscalização a essas escolas privadas, caso elas não estejam fornecendo valores que são necessários para estar lá. No entanto, esses responsáveis políticos do governo, todos sabemos, sabem que na prática estas escolas privadas não estão colocando nenhuma atenção a esses valores [...] e todos os outros problemas de qualidade. Por exemplo, essa descrença pessoal nas escolas privadas torna-se dolorosamente visível quando eles fazem *lobby* para obter vagas para os seus próprios filhos nas sólidas escolas públicas. Os responsáveis políticos do governo pessoalmente não acreditam na qualidade da sua política, o que é um voto de desconfiança no ensino secundário fornecido pelo setor privado [...].

Brans (2011) conclui, congruentemente com análises internacionais que apontam para impactos desencontrados de experimentos do gênero em sistemas educacionais, que o impacto das PPPs em Uganda mostra resultados conflitantes, assim como corrobora com aquelas análises sua conclusão categórica de que tais experiências no sistema educacional daquele país não passam de uma forma travestida de privatização, com o governo se omitindo de suas responsabilidades no controle e acompanhamento dos contratos de concessão, notadamente no que diz respeito à qualidade dos serviços prestados.

A justeza do relato acima encontra guarida nas recentes recomendações do próprio IEG. Em recente relatório (INDEPENDENT EVALUATION GROUP, 2014), o grupo, ao analisar o uso das PPPs nesse projetos, no período compreendido entre 2002 e 2012, detectou uma preocupante falta de evidências do impacto desses arranjos na redução da pobreza.

O documento acima informa que das 173 PPPs financiadas pelo Banco Mundial, naquele período, nenhuma delas disponibilizou dados de desempenho e resultados concernentes a todas as dimensões de seus respectivos projetos, e apenas nove projetos incluíram dados relativos ao seus impactos sobre a pobreza, o que leva a crer que a



fundamentação subjacente ao apoio daquela instituição multilateral às PPPs estriba-se meramente no suposto efeito "*trickle-down*"<sup>96</sup>.

Do exposto na presente seção, emerge o claro entendimento de que a captura dessa essencial esfera social, perpetrada pelo capital, na prática, inviabiliza o exercício do básico direito humano à educação, consignado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Convenção das Nações Unidas para os Direitos da Criança, ao promover a estratificação com vistas ao acesso a esse bem comum. A dualidade na estruturação de sistemas educacionais engendra e aprofunda uma segregação social e econômica que, fatalmente, cobrará às sociedades que permitem essa iníqua configuração seu preço, na forma de instabilidade, violência e esgarçamento do tecido social.

Através de mecanismos financeiros (chantagem da dívida), geopolíticos e ideológicos, o Banco Mundial tem trabalhado fortemente, ao contrário do que apregoa na imprensa e em seus comunicados e publicações oficiais, no sentido de minar as condições básicas de soerguimento dos países periféricos, notadamente da África e da América Latina, ao fomentar a inescrupulosa mercantilização do provimento educacional nessas nações, mesmo tendo informações suficientes para saber que a esmagadora maioria dessas populações não possui renda para financiar o estudo em instituições privadas.

A insistência do Banco Mundial em infiltrar esse “cavalo de Tróia” nos sistemas educacionais dos países da periferia capitalista, a despeito do mandato no qual foi investido por mais de cento e oitenta nações de fomentar o desenvolvimento e, mais enfaticamente enunciado após o malogro do ideário do Consenso de Washington, combater à pobreza, levanta a questão relativa ao papel estrutural daquela instituição multilateral nesse arcabouço de instrumentalização do espaço educativo como esfera de reprodução e acumulação do capital global, do qual se trata na seção que segue.

#### ***4.3.3 O papel institucional do Banco Mundial como articulador da integração dos países periféricos à economia política global***

---

<sup>96</sup>O próprio IEG articula a vinculação das PPPs à crença nos referidos supostos efeitos do *trickle-down*: "As PPPs podem ajudar a melhorar a infra-estrutura, estimulando o crescimento econômico que fatalmente beneficiará os pobres." (INDEPENDENT EVALUATION GROUP, 2014, p. 7). Sobre o *trickle-down*: Um dos modelos teóricos bastante influentes no Banco Mundial, o de Kuznets (1955), sustentava que "a distribuição de renda se concentrava nos estágios iniciais do ciclo econômico e se desconcentrava nos estágios finais, de tal maneira que, após uma fase ascendente e sustentada de crescimento econômico, operar-se-ia o "efeito derrame" (*trickle-down*), i.e., o gotejamento gradual da renda para os estratos mais baixos da estrutura social." (PEREIRA, 2010b, p. 81).

A análise do WBES 2020, ora empreendida no presente estudo, leva à constatação de que, apesar da retórica do documento, o direito à educação não subjaz à nova estratégia do Banco Mundial para a área. O enfoque instrumental, parcial e pragmatista que aquela instituição financeira imprime à pesquisa e à formulação de políticas educacionais, fortemente influenciado pela doutrina do capital humano, constitui óbice estrutural a uma real perspectiva de desenvolvimento de políticas de fomento ao provimento equitativo de educação de qualidade às populações dos países da periferia do capitalismo.

Ciente do risco de incorrer em reducionismo, ao se procurar enquadrar a atuação daquela organização multilateral como necessariamente presa à lógica inerente a uma instituição financeira, não se pode, todavia, à luz do construto teórico-factual que se delineou no presente capítulo, deixar de concluir que ela, como um banco, dificilmente poderia trabalhar com a premissa da educação como um direito, porquanto essa perspectiva entraria em contradição com todo o arcabouço ideológico que permeia o funcionamento e a legitimação do sistema de dominação imperialista global, ao qual serve o Banco Mundial, calcado na imposição do “livre mercado” e da lógica mercantil para a regulação de todas as esferas da vida humana. Respeitar o direito básico de educação para todo ser humano minaria a emergência e o crescimento de um colossal mercado educacional que hoje movimentava bilhões de dólares, em detrimento do acesso e da qualidade da educação para a população daqueles países. No mesmo sentido posiciona-se Klees, Samoff e Stromquist (2012, p. 51):

Fundamentalmente, o Banco Mundial é um banco e não sabe o que fazer com uma atuação baseada em direitos. Tudo para o Banco Mundial é instrumental em termos de como isso afeta o crescimento econômico. E um problema básico para o Banco Mundial é que uma abordagem baseada nos direitos não pára no direito à educação. E sobre o direito à saúde? À alimentação? À habitação? A uma vida sustentável? Ao próprio desenvolvimento? Tal perspectiva sobre o desenvolvimento contradiz a lógica econômica de um banco e pede mais intervenção do governo do que um neoliberal pode tolerar. Não é de admirar que o Banco Mundial se recuse a ser sério sobre direitos humanos.

Atendo-se ao teor do WBES-2020, Siqueira (2012) corrobora com o quadro acima exposto, e aponta cinco características que confirmam sua tese de que o referido documento não passa de uma versão requeitada dos anteriores, pós-Consenso de Washington: **a)** eleger a educação como a panacéia para resolver todos os problemas do mundo (econômicos, ambientais, nutricionais, de desenvolvimento, conflitos locais e regionais, guerras, etc.)<sup>97</sup>; **b)**

<sup>97</sup>Atente-se para o imperativo ideológico funcional dessa designação da educação como o remédio para todos os males da sociedade capitalista neoliberal: impedido de reportar-se aos fundamentos estruturais das contradições que marcam a sociabilidade estranhada hegemônica pelo capital, há que se indicar algum

promover uma visão reducionista da educação, limitada à aquisição de habilidades funcionais à atuação no mercado de trabalho, desvalorizando a experiência de comunidades sem educação formal, notadamente nos países pobres; **c)** utilizar uma recorrente e descontextualizada perspectiva a-histórica, que despreza relevantes experiências anteriores em educação nos países onde atua, e mesmo suas próprias recomendações precedentes e suas consequências; **d)** usar como fundamentação para suas políticas educacionais apenas pesquisas conduzidas internamente ou por pesquisadores que, mesmo lotados em outras instituições, apóiem sua filosofia de atuação; e **e)** reforçar um fortíssimo *bias* pró-mercado.

Difícil não concluir que a perspectiva privatista que o Banco Mundial imprime à educação cumpre uma função crucial no encaminhamento de uma questão vital para a reprodução do capital global: a inexorável necessidade que este tem de buscar indefinidamente alternativas de valorização, tendo em vista a imanente queda na taxa média de lucro na esfera produtiva tradicional. Nesse sentido, a educação, como uma vastíssima e próspera área de reprodução e acumulação de capital, desempenha papel fundamental, notadamente no processo de deslocamento das contradições do MCP, até onde for, geográfica e temporalmente, possível.

Numa perspectiva mais ampla, há que se apreender a difícil compatibilização do mandato no qual foi investida aquela instituição multilateral, de indutor do desenvolvimento e do combate à pobreza nos países periféricos, com seu papel estrutural como articulador da integração desses países à economia política global. Essa tênue e frágil conciliação de interesses tão díspares e antagônicos talvez jogue alguma luz na exclamação de Samoff (2012) que questiona

Como, então, uma instituição que emprega direta e indiretamente uma grande quantidade de especialistas em educação, que possui, pelas suas próprias contas, mais de mil publicações na área, não obstante sua retórica e seu entusiasmo, oferece um modelo de aprendizagem tão estreito e limitado, nada tem a dizer sobre igualdade e como se obtê-la, e se propõe a deixar intacto um modelo de escolarização estruturalmente incapaz de prover educação de massa? (SAMOFF, 2012, p. 117).

A tese de Samoff (2012), corroborada por este pesquisador, é de que o Banco Mundial incumbe-se de **manipular** os países aos quais "assiste", e não de **empoderá-los**. Dessa forma, enquanto usa termos como "empoderamento", sua maior preocupação, na verdade, é apoiar sistemas educacionais que: preparem trabalhadores para as necessidades de

---

"culpado" por aquelas "externalidades" (ou "falhas de mercados") e se trabalhar na superação dessas imperfeições, contudo, sempre dentro dos marcos do sistema sociometabólico prevalente.

mão de obra da economia política global; sejam entusiasticamente receptivos a investidores locais e estrangeiros e desencorajem o ativismo, intimidando os cidadãos para que não participem de movimentos de militância democrática. Nesse sentido, da mesma forma que os governos nacionais, o Banco mostra-se apreensivo com os possíveis desdobramentos políticos de uma população mais educada e, por isso, frequentemente se alia a esses governos para conter o ativismo nas instituições educacionais que financia.

De fato, fica difícil não perceber os imperativos estruturais e institucionais que condicionam a atuação daquela organização financeira internacional. Abrir mão de impor suas soluções de “melhores práticas”, forjadas em seus herméticos departamentos de pesquisa e/ou seletivamente pinçadas de experiências-pilotos conduzidas em países pobres, para trabalhar lado a lado com pesquisadores do Terceiro Mundo, que efetivamente conhecem as necessidades e as peculiaridades de seus sistemas educacionais, comprometeria seriamente o poder daquela instituição financeira global, em duas frentes.

Primeiro, desistir de ou mesmo compartilhar o controle sobre a especificação dos métodos de pesquisa educacional aceitáveis poderia colocar em risco a gestão do modo como a educação e o desenvolvimento são estruturados nos países pobres. A repetência, por exemplo, pode ser entendida, em algumas circunstâncias, como uma medida educacional salutar, em vez de duramente criticada como ineficiência. Análise de taxa de retorno pode ser um parâmetro descartado como incalculável, impertinente e irrelevante. Avaliações internacionais (como o PISA, por exemplo) poderiam ser desmistificadas como estratégias para imposição e internalização de noções particulares de conhecimento e aprendizagem, que reproduzem e acentuam as desigualdades e as iníquas estruturas de poder naqueles países.

Em segundo lugar, abrir mão de seu auto-referencial teórico-metodológico para confiar mais receptivamente em instituições de pesquisa de países do Terceiro Mundo poderia colocar em risco a capacidade do Banco Mundial para cumprir o seu papel estrutural de gestor da integração dos países pobres à economia política global. Pesquisas desenvolvidas nesses países poderiam desvelar que as recomendações daquela instituição não se adéquam às efetivas necessidades e à realidade econômica e cultural daquelas formações sociais (SAMOFF, 2012), e, por isso, serem descartadas em vez de aceitas como a verdade inquestionável provinda do oráculo.

Conforme assevera o autor supra, a incapacidade do Banco Mundial em apoiar o desenvolvimento da pesquisa no Terceiro Mundo não é apenas uma flagrante falha em uma estratégia globalmente propagandeada (“Aprendizagem Para Todos – 2011-2020”), mas

fundamentalmente, embora poucos percebam, um requisito para a conservação de seu papel na macroestrutura de poder global institucional.

#### ***4.3.4 Á guisa de conclusão: a inconveniência ética do Banco Mundial como órgão fomentador da Educação na periferia capitalista***

O construto analítico empreendido no presente capítulo desvela um quadro pouco recomendável à permanência do Banco Mundial como a organização do sistema institucional interestatal destinada a atuar no fomento à educação nos países periféricos.

Com efeito, conforme visto, sobressai a congênita e inata incompatibilidade ética de valores e prioridades entre duas esferas que, se não constituem dimensões absolutamente antagônicas da sociabilidade humana, nitidamente portam parâmetros axiológicos intrinsecamente incongruentes entre si. De forma explícita: a uma instituição chave da macroestrutura global de dominação capitalista nunca poderia, agindo-se com honestidade de propósitos, ser concedido o mandato de pugnar pelo desenvolvimento educacional de países pobres, porquanto o caráter de classe e intrinsecamente extorsivo de um agente do capital veda-lhe estruturalmente a quimérica faculdade de, desinteressadamente, fomentar naquelas nações, saqueadas pela referida macroestrutura global, políticas educacionais concretas que atenuassem minimamente a submissão daqueles países ao referido arcabouço global de poder econômico e geopolítico.

Assim como na área educacional, em diversas outras **o caráter capitalista do Banco suscita um inarredável conflito de interesses que se custa a crer que possa ser a ele concedido incumbência de, “abnegadamente”, atuar no interesse comum da sociedade.** Algumas amostras da atuação dessa instituição financeira internacional podem ilustrar os valores e o grau de ética institucional inerentes a uma corporação orgânica do capital como o Banco Mundial. A citação a seguir, por exemplo, expõe cabalmente a deletéria concepção de justiça e sustentabilidade ambiental prevaletentes naquela organização.

Em 1991, **um memorando<sup>98</sup> de circulação restrita aos quadros do Banco Mundial**, que ficou conhecido por Memorando Summers, teve seu conteúdo divulgado externamente, causando constrangimento e uma repercussão deveras negativa para a instituição. No referido memorando, **Lawrence Summers, economista chefe do Banco Mundial à época**, apontou três razões para que os países pobres fossem o destino dos dejetos industriais de maior impacto ao meio ambiente. A primeira delas: o meio ambiente seria uma preocupação “estética”, típica dos países ricos; a segunda: **os indivíduos mais pobres, na maioria das**

<sup>98</sup>O teor integral do memorando, em seu idioma original, pode ser lido no seguinte endereço: <<http://www.counterpunch.org/1999/06/15/larry-summers-war-against-the-earth/>>. Acesso em: 30 out. 2014.

**vezes, não vivem tempo suficiente para sofrer os efeitos da poluição ambiental; e a terceira: pela lógica econômica de mercado, as mortes em países pobres têm um custo mais baixo do que nos países ricos, pois seus moradores recebem menores salários.** (RAMMÉ, 2010, p. 37).

Abundam, na literatura acadêmica especializada e na oriunda da atuação das organizações não-governamentais que acompanham as ações do Banco Mundial<sup>99</sup>, evidências empírico-factuais do comprometimento ideológico e da intrínseca organicidade dessa instituição ao processo de reprodução e acumulação global de capital, de tal forma que este trabalho, notadamente pelas limitações de sua natureza e escopo, exime-se de explicitar exaustivamente episódios que fundamentem a linha ora sustentada. Não obstante, serão pontuados alguns casos ilustrativos, bem como indicar-se-á bibliografia rica em análise de projetos financiados pelo Banco<sup>100</sup>, nas quais emerge de maneira patente seu *modus-operandi* e seu caráter instrumental ao projeto de dominação global do grande capital.

A maioria das críticas direcionadas à atuação do Banco Mundial nos países periféricos apontam para os danos causados nas dimensões sociais, ambientais e dos direitos humanos. Financiamentos para barragens que ocupam vastas áreas rurais habitadas por camponeses, desalojando-os e removendo-os para áreas distantes, inóspitas e desfavoráveis do ponto de vista das condições de reprodução de suas vidas, já constituem casos clássicos<sup>101</sup>, no rol dos relatados na bibliografia ora indicada. Sobressai também o apoio a projetos que devastam o meio ambiente e que desrespeitam os direitos dos trabalhadores. A título de ilustração, traz-se ao presente trabalho episódio relatado por Gillison (2014).

Em uma conferência de imprensa em fevereiro do corrente ano, um grupo de agricultores hondurenos relatou o massacre de 113 camponeses por paramilitares como parte de um conflito agrário em Bajo Aguán, o qual eclodiu em janeiro de 2010, um mês depois de milhares de camponeses ocuparem vastas extensões de terras pertencentes a ricos proprietários de terras que cultivam dendê africano. Em janeiro de 2014 uma auditoria interna da International Finance Corporation (IFC, doravante) – braço do setor privado no Banco Mundial – revelou que a corporação havia quebrado suas próprias regras ao emprestar

<sup>99</sup>Dentre as quais se pode destacar, pela relevante inserção na mídia alternativa (*blogs*) e nas mídias sociais, as seguintes: Bretton Woods Project [www.brettonwoodsproject.org](http://www.brettonwoodsproject.org)), Bank Information Center (<http://www.bicusa.org>) e Bank On Human Rights (<http://bankonhumanrights.org>).

<sup>100</sup>Além da bibliografia originária das fontes mencionadas na nota de rodapé anterior, indicam-se as seguintes obras, com vistas a cobrir de forma crítica e abrangente a atuação do Banco Mundial, por intermédio de seus projetos de financiamento ao redor do mundo, notadamente nos países da periferia capitalista: Payer (1982), George e Sabelli (1994), Caulfield (1996) e Stone e Wright (2006).

<sup>101</sup>O projeto paradigmático (e altamente controverso) é o que apóia a construção de megabarragens ao longo do Vale do Rio Narmada, na Índia. Para detalhes, acesse-se: <<http://www.narmada.org/nvdp.dams>>. Acesso em 31 Out 2014. A maioria das obras de referência, Caulfield (1996), por exemplo) aborda a questão.

**diretamente** milhões para o cliente, o fabricante de óleo de palma Corporação Dinant, empresa industrial destinatária da produção dos latifundiários retro mencionados, a qual recebeu financiamento do Banco Ficohsa (no qual a IFC possuía participação acionária), mesmo a IFC sabendo que a referida corporação estava "afetada por um violento conflito de terras", de acordo com o relatório da auditoria. Nesse triângulo conflitivo, o executivo do Banco Ficohsa, Camilo Atala, e Miguel Facussé, presidente da Dinant, fazem parte de uma pequena oligarquia que domina a economia do país e tem enorme peso em seu cenário político. Saliente-se que a Dinant nega veementemente atingir seus inimigos políticos com o uso de violência.

Em uma repetição da mencionada auditoria de janeiro, relatório do início de agosto registrou a descoberta de conivência e favorecimento à Dinant por parte do *staff* da IFC ao esse, de forma temerária, recomendar que os limites de concessão de crédito a um cliente individual como a referida empresa deveriam ser flexibilizados, referindo-se ainda ao seu presidente, Miguel Facussé, como um "respeitável homem de negócios" mas omitindo qualquer menção aos conflitos de terra que maculavam seus negócios.

Como consequência das descobertas das duas auditorias, na IFC, a margem de risco de concessão de crédito ao Banco Ficohsa foi revisada, o que, todavia, não ocorreu com relação às suas recorrentes práticas de agressão ambiental e aos direitos humanos, refletindo assim a preferência do Grupo Banco Mundial por privilegiar a rentabilidade financeira em detrimento dos prejuízos sociais, éticos e ecológicos.<sup>102</sup>

Outro episódio que expressa e desvela o *ethos* daquela instituição foi relatado pelo jornalista Shawn Donnan em sua coluna no jornal londrino *Financial Times* do dia 08 de outubro do corrente ano (DONNAN, 2014). Por conta de um ambicioso plano de "reestruturação organizacional", iniciado em 2012, o presidente do Banco Mundial foi pressionado pelo *staff* da organização em uma reunião de trabalho agendada às pressas, precedendo o encontro semestral do Banco e do FMI com os ministros das finanças e os presidentes dos bancos centrais dos países membros. As queixas da equipe concentraram-se em quatro questões, a saber: 1) o corte de verbas operacionais destinadas ao ressarcimento de

---

<sup>102</sup>Outro massacre relacionado a projetos financiados pelo Banco Mundial foi o ocorrido na Guatemala em 1982, no qual 73 moradores do vilarejo Río Negro foram assassinados por resistirem a deixar suas terras, dificultando assim a construção da usina hidrelétrica de Pueblo Viejo-Quixal, que deveria inundar 50 quilômetros da bacia do Río Chixoy e vários de seus vales – extinguindo permanentemente 23 vilarejos, 45 sítios arqueológicos e diversas áreas de plantio. Río Negro era uma das 23 vilas que seriam inundadas, deslocando assim, sua população de cerca de 800 moradores (RODRÍGUES, 2014). Referindo-se ao episódio como "possivelmente a pior atrocidade em afronta aos direitos humanos já cometida em um projeto financiado pelo Banco Mundial", Caufield (1996, p. 207-8) registra ainda que o Banco, mesmo tendo tomado conhecimento do genocídio, manteve os desembolsos dos referido projeto.

gastos que os funcionários incorreriam no desempenho de suas atribuições como, por exemplo, despesas de alimentação em serviço; 2) o caráter arbitrário e antidemocrático do processo de reestruturação, sem a participação do corpo de funcionários da instituição; 3) a concessão de uma gratificação anual extra de exatos 94.759 dólares por suas "escassas habilidades" (WORLD BANK, 2014, p. 95) ao Diretor Financeiro, Bertrand Badré<sup>103</sup> e a contratação e o pagamento da quantia de 12,5 milhões de dólares a empresas como McKinsey, Deloitte e Booz Allen pelo fornecimento de serviços de consultoria com vistas ao planejamento e à implantação da mencionada "reestruturação administrativa".

Para os países periféricos "assistidos" pelo Banco, coagidos para "reestruturar" suas economias e adotar as políticas preconizadas por essa instituição financeira, esse episódio suscita interessantes reflexões.

As recomendações do Banco Mundial são impostas àqueles países como neutras, objetivas, "científicas", por isso inquestionáveis e necessárias para o bem daquelas nações. Seu prestígio como referência internacional em termos de conhecimentos sobre as áreas nas quais atua faz com que seu Relatório Mundial sobre Desenvolvimento não somente seja amplamente consultado por agentes financeiros e grandes corporações, mas principalmente dissemine e sedimente a ideologia neoliberal na maioria das universidades do mundo todo.

Nesse sentido, o episódio ora relatado, notadamente o uso de empresas de consultoria para fazer precisamente o que o próprio Banco alardeia fazer para os países aos quais "assiste", pode ser considerado, no mínimo, constrangedor para essa instituição. Patenteia um reconhecimento implícito de que ela não possui os conhecimentos necessários para empreender uma reestruturação em sua própria organização, o que constitui uma embaraçosa admissão da inconsistência e da fragilidade de sua base técnica e de suas habilidades, ironicamente os recursos "diferenciais", nos quais o Banco Mundial procura fundamentar seu autoproclamado epíteto de "Banco de Conhecimentos". Dessa forma, com

---

<sup>103</sup>O Presidente do Banco, Jim Yong Kim, na referida reunião com o *staff* da instituição, procura acalmar os ânimos, anunciando que o beneficiário da generosa gratificação (raríssima mesmo no nível mais elevado da hierarquia do Banco) renunciara à mesma. Fica a dúvida se o desprezado e abnegado diretor agiria da mesma forma, caso a estipulação e o pagamento do referido benefício portasse a mínima sustentação ética ou congruência com princípios administrativos de prudência e razoabilidade. Ressalte-se ainda o caráter subsidiário da gratificação, ou seja, complementar ao não desprezível salário anual de 379 mil dólares mais quase 300 mil dólares em contribuições previdenciárias e outros "benefícios". Isto leva a se questionar o quão extraordinário deveria ser o desempenho do Sr. Badré, bem como quão "escassas" suas habilidades, para justificar a concessão da ignóbil "gratificação". Outra questão que poderia ser levantada, concernente ao "motim" que a "reestruturação" provocou no *staff* do Banco Mundial, seria se os países que sofrem esse mesmo tipo de processo, porém em um escala exponencialmente maior, degradando as condições de vida de milhões de seres humanos, teriam o mesmo direito de se opor e protestar contra os "ajustes estruturais". Ao que parece, na visão do *staff* do Banco o, remédio é necessário e saneador quando aplicado aos países "assistidos", mas não quando cogitado para a própria organização.



que autoridade técnica e legitimidade ética poderia essa instituição financeira impor aos países que “assiste” o que não consegue fazer em sua própria organização interna, o que, logicamente, apresenta grau infinitamente menor de complexidade do que o mesmo processo aplicado à economia de um país? Mais grave ainda: a decisão de contratar empresas de consultoria, um tácito e vexatório reconhecimento de que o Banco Mundial não acredita em suas próprias capacidades (ou mesmo de que não as possui), pode sinalizar que, temerariamente, o conhecimento na área de desenvolvimento pode passar a ser *expertise* exclusiva de grandes empresas globais de consultoria.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, pretendeu-se deslindar o papel crucial do Banco Mundial na configuração de poder político e econômico global, com vistas a impor a integração subalterna e estruturalmente dependente dos países da periferia capitalista aos circuitos de reprodução do capital mundializado, processo no qual a conformação dos sistemas educacionais dessas nações tem desempenhado papel funcional não somente à legitimação do sistema de dominação imperialista comandado pelos EUA mas também à utilização da esfera educacional como área de negócios de altíssimo impacto para a valorização de seus capitais.

Nesse contexto, a crise estrutural do capital, cujos sintomas mais agudos manifestaram-se a partir do início da década de 1970, constitui a espinha dorsal que perpassa e fundamenta a conjuntura socioeconômica global do último quartel do século passado e início do presente, quadra marcada pela hegemonia do capitalismo parasitário de cariz financeiro que, por intermédio do mecanismo da dívida pública, asfixia os Estados, pressionando estes no sentido de deles obter constrangimentos orçamentários que privilegiem os pagamentos dos serviços dessas obrigações, em detrimento dos investimentos em áreas sociais, penalizando assim as populações dos países atingidos por esse processo de neocolonização imperialista, o qual não mostra sinais de esgotamento.

Viu-se que essa configuração não decorreu da “livre interação dos agentes econômicos” no mercado, mas que foi deliberadamente forjada, quando da agudização dos efeitos da crise estrutural do capital, em meados da década de 1970, pela fração de classe que então recuperava sua hegemonia perdida nos “anos dourados” do capitalismo mundial. A

finança impõe, assim, até a contemporaneidade, sua lógica predatória e parasitária, subjungando as demais frações da classe capitalista e a classe trabalhadora, perpetrando a utilização massiva, dentre outros, de um dos mecanismos deslindados por Marx, quando de sua formulação da Lei Geral da Acumulação Capitalista, a saber, a centralização de capitais, exacerbando a já acentuada monopolização da economia global.

Mostrou-se como o capital buscou e obteve o consentimento social necessário com vistas a legitimar sua devastadora política socioeconômica, numa ofensiva ideológica que operou uma transformação radical na sociabilidade do mundo capitalista, por meio da promoção dos valores mercantis em quase todas as esferas da vida humana. Na academia, as correntes *pós-modernistas*, em suporte à operação de obscurecimento dos determinantes estruturais da crise por parte do capital, passam a dominar a pesquisa e a produção de conhecimento nas ciências sociais, processo analogamente empreendido na imprensa hegemônica, cada dia mais oligopolizada, com suas empresas, em incestuosas relações com os grandes conglomerados empresariais globais, impondo para todo o mundo civilizado os padrões estéticos, culturais e econômicos consentâneos com os interesses do grande capital. Formata-se uma “verdade única”, um “consenso” que desqualifica toda e qualquer alternativa de perspectiva que possa representar ameaça ao *status-quo*.

A “teoria do capital humano”, em suas várias versões, mostrou-se, da mesma forma, recurso manipulatório de extrema valia, por parte do Banco Mundial, constituindo um dos alicerces ideológicos de suas políticas educacionais, sistematizadas em seus documentos estratégicos para o setor.

Como forma de atenuar os nefastos efeitos dos “ajustes estruturais” que promovia na periferia capitalista, o Banco Mundial passa, a partir da década de 1990, mais acentuadamente, a interferir na formulação das políticas educacionais dos países periféricos, recomendando uma ação focalizada nas camadas mais desfavorecidas dessas populações, de modo a contra-arrestar as ameaças de irrupções sociais que apontavam no horizonte desses países. Atuando como instrumento manejado pelo capital para administrar a crise estrutural, o Banco privilegia a mencionada política de atendimento pontual (e não mais universal) às carências sociais da população daqueles países, a qual se coaduna com a preocupação dos capitalistas com a governabilidade, uma das pré-condições para uma “adequada” inserção dessas frágeis economias na economia global, da forma que convém ao grande capital.

A política educacional de focalização no nível básico, relegando os demais níveis à iniciativa privada, vem ao encontro dos anseios do capital, que passa a desfrutar de um vasto campo para expansão de seus negócios. Lançando mão dos habituais dogmas-chave do ideário

neoliberal, que enaltecem os provedores privados de educação em detrimento das instituições públicas, o Banco Mundial vem procurando vencer o repúdio das populações daqueles países à ideia de privatização com a sagaz substituição desta pelo termo “parceria”, constitutivo das PPPs, as quais têm-se mostrado verdadeiros “cavalos-de-Tróia” para os sistemas educacionais daqueles países, com a disseminação de escolas de baixo custo e baixa qualidade, perpetuando assim a deficiente escolarização da maioria da população, em benefício de um punhado de conglomerados globais de educação que faturam bilhões de dólares nessa área de negócios.

Fica claro que a cumplicidade do Banco Mundial com a infiltração desses espúrios esquemas de espoliação nos países periféricos não condiz com sua autoproclamada missão de “auxiliar os países pobres na questão do desenvolvimento”.

Como alternativa ao Banco Mundial emerge, no meio acadêmico que pesquisa com maior criticidade o papel desempenhado por essa instituição financeira na instrumentalização da educação como ideologia funcional à reprodução e acumulação do capital global, a ideia da instituição de um Fundo Global para a Educação (FGE), que canalizaria recursos financeiros e outros tipos de ajuda dos países ricos para os pobres. Anne Hickling-Hudson e Steven J. Klees (2012) tecem algumas linhas gerais sobre a idealizada iniciativa.

**Partimos da idéia de que o Banco é tão ideologicamente comprometido, na educação e, em geral, que deve ser fechado.** Defendemos que um novo processo internacional democrático e participativo precisa ser iniciado para conceber uma nova arquitetura da ajuda global, em geral, e, especificamente, um substituto para o Banco Mundial. **Na educação, postulamos o desenvolvimento de um Fundo Global para a Educação** que canalize empréstimos do Norte para o Sul. (HICKLING-HUDSON; KLEES, 2012, p. 209-210).

Acrescentam os autores que a discussão da estrutura organizacional e operacional deste fundo seria empreendida pelas partes envolvidas, em escala global, com algumas características, desde já, indispensáveis, tais como um Secretariado tripartite, composto por membros oriundos dos países doadores, dos países receptores e de suas respectivas sociedades civis. Ademais, todas as propostas deveriam ser analisadas, debatidas e deliberadas coletivamente, daí a necessidade de a representação do colegiado refletir a diversidade de posições políticas e ideológicas, de forma a se superar as limitações do tipo de educação de estilo ocidental que os países periféricos herdaram de suas eras coloniais.

**A nova abordagem para a aprendizagem não seria restringida pelo modelo industrial e hierárquico ocidental de educação que foi estabelecido a nível mundial através do colonialismo europeu e perpetuado por agências globais como o Banco Mundial.** Diferentes idéias sobre objetivos e estruturas educativas poderiam ser debatidas e experimentadas através da melhoria do acesso à infra-

estrutura de Internet e *e-learning*. As novas estruturas e modalidades de educação poderiam proporcionar às pessoas com dificuldades de aprendizagem experiências de alta qualidade durante a infância, adolescência e idade adulta, de acordo com seus interesses e talentos. Esta nova estrutura envolveria redes colaborativas pedagógicas para ensino de disciplinas, bem como aprendizagem interdisciplinar, uma variedade de estágios de aprendizado prático, uma imersão nas artes criativas e em idiomas adicionais, e uma academia melhor equipada no que respeita a meios de comunicação e tecnologia da informação. **Preparar os educadores seria uma prioridade, por isso os países seriam assistidos para melhorar a qualificação dos professores, para assistir ao seu normal desenvolvimento em serviço, para incentivar as suas associações profissionais, e para dar prioridade a um nível estimulante de salários e condições de trabalho.** (HICKLING-HUDSON; KLEES, 2012, p. 214-215).

Outras propostas são sugeridas na mesma obra coletiva (KLEES; SAMOFF; STROMQUIST, 2012), dentre as quais se destacam: construir políticas educativas alternativas com base em um compromisso com o direito à educação; reestruturar a educação de um modelo que se concentra na exclusão, enfatiza o fracasso e hierarquia e serve às elites, para um modelo de massa que enfatiza a inclusão, a capacidade e a democracia; substituir o foco em testes padronizados para uma gama mais ampla de resultados educacionais, utilizando vários instrumentos de avaliação; desenvolver alternativas curriculares mais interdisciplinares, mais ecologicamente sãs, e mais progressistas; em vez de fazer dos professores vilões e procurar desqualificá-los, estabelecer uma parceria com eles e seus sindicatos; reconfigurar escolas como comunidades de aprendizagem, com a participação democrática dos estudantes, professores e comunidades; em vez de usar idéias estreitas sobre a prestação de contas para culpar os alunos, professores, pais e países pelo fracasso; desenvolver e adotar concepções mais amplas de compromisso, responsabilidade e sucesso; reduzir os subsídios para o ensino privado e atribuir prioridade à melhoria das escolas públicas; reformatar a abordagem da pesquisa para construir capacidades locais; ir além dos métodos quantitativos e reconhecer que a transformação da educação deve estar ligada à transformação do modelo neoliberal de desenvolvimento e de sociedade de forma mais ampla.

Compõe a base teórico-metodológica do presente trabalho a premissa de que a educação constitui esfera fundamental para a reprodução social, não somente como mediação indispensável ao metabolismo homem-natureza que se objetiva no trabalho, em suas diversas configurações, mas também como processo por meio do qual o homem, ao se apropriar do conhecimento universal, acumulado pelo seu gênero, adquire a capacidade de aperfeiçoar a dinâmica civilizacional, com vistas a engendrar uma sociabilidade plena de realização humana para todos, subordinando quaisquer mecanismos alienantes tendentes a subjugar a autonomia e a solidariedade entre os que efetivamente produzem a riqueza social.

Contudo, como instância social, a educação não poderia deixar de refletir a conflituosidade da sociedade sob a qual subjaz. Para além da miríade de teorias e concepções políticas de educação existentes, as mais representativas amalgamam-se nas duas principais macroconcepções de educação, dois macropólos, antagônicos em termos de concepções de mundo e valores éticos, que se confrontam na arena sociopolítica das formações contemporâneas.

No primeiro pólo concentram-se as concepções transformadoras de educação, que prezam pela formação integral e crítica do ser humano em todas as suas dimensões, e entendem que o educando tem o direito de inteirar-se de todo o conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Esta vertente pugna pelo caráter emancipador da educação, no sentido de libertar o homem de todas as situações de subjugação que o oprimem, mormente a imanente ao modo de produção capitalista, a qual subordina todos os aspectos da vida humana e do equilíbrio ambiental à produção de valor/mais valor e à acumulação ilimitada de capital.

No pólo oposto, encontram-se as concepções pragmatistas de educação que são instrumentalizadas como *modus operandi* e ferramenta ideológica funcional à reprodução sociometabólica do capital, e que estruturam todo o arcabouço de valores e determinações políticas, econômicas e sociais a ele subjacente. Trata-se do modelo de política educacional que o Banco Mundial, por décadas, vem impondo aos países da periferia capitalista, um construto ideologicamente viciado, ante ao qual quaisquer perspectivas alternativas são prontamente rechaçadas como “políticas”, do “senso comum” e/ou “não-científicas”. Como opressivo, injusto e deletério às formações sociais às quais é imposto, esse tipo de educação deve ser rechaçado, e constitui precisamente este o propósito dos autores da obra coletiva anteriormente mencionada (KLEES; SAMOFF; STROMQUIST, 2012), com o qual se coaduna este pesquisador.

**Como todo construto social, esse modelo educacional deve e pode ser superado.** Mais uma vez, Marx ilumina e orienta a espécie humana, ao vaticinar que

[...] a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará a conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir. (MARX, 1982, p. 26).

Neste epílogo do presente trabalho, seria pouco provável não se chegar à conclusiva avaliação do imperativo da substituição do Banco Mundial como instituição responsável pela formulação de políticas educacionais aplicáveis aos países periféricos por organizações ou instâncias deliberativas e decisórias alternativas, que reflitam a diversidade

política, ética e cultural daqueles países e pugnem por seus soberanos interesses, subordinando as espúrias injunções mercantis em uma área vital para o desenvolvimento socioeconômico dessas formações sociais.

## REFERÊNCIAS

ALEGRE, Miquél Àngel; FERRER, Gerard. School regimes and education equity: some insights based on PISA 2006. **British Educational Research Journal**, London, v. 36, n. 3, p. 433-461, 2010.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, Jadir; BENOIT, Hector. **Crise**. São Paulo: Tótle, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BARAN, Paul; HOBSEBORN, Eric. **The stages of economic growth**: a review. New York: *Kyklos*, 1961. v. 14, n. 2.

BANCO MUNDIAL. **Aprendizagem para todos**: estratégia 2020 para a educação do Grupo Banco Mundial. Resumo executivo. Washington, DC, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Estado num mundo em transformação**: relatório sobre o desenvolvimento mundial – 1997. Washington, DC: Oxford Press, 1997.

BRANS, Bo-Joe. **PPPs - Public Private Partnerships in education**: analyzing PPPs as a policy tool for universal secondary education in Uganda. Amsterdam: Universiteit van Amsterdam, 2011. Disponível em: <<https://educationanddevelopment.files.wordpress.com/2008/04/ppps-in-uganda-bo-joe-brans.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF, 1995.

BRENNER, Robert. A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão? *Revista Outubro*, São Paulo, n. 3. p. 7-18, 1999.

\_\_\_\_\_. Un análisis histórico-económico clásico de la actual crisis. 2009. *In*: ALVAREZ, Jairo Estrada (Org.). **Crisis capitalista**: economía, política y movimiento. Bogotá: Espacio Crítico, 2009. p. 11-22.

BRETTON WOODS PROJECT. **Going, going, gone?: World Bank's funding for public education**. [S.l.], maio 2014. Disponível em: <<http://www.brettonwoodsproject.org/2014/05/world-banks-funding-public-education-going-going-gone/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

BROAD, Robin. Research, Knowledge, and the Art of 'Paradigm Maintenance': The World Bank's Development Economics Vice-Presidency (DEC). **Review of International Political Economy**, London, v. 13, n. 3, p. 387-419, 2006.

BROTAS, Manuel. Para uma melhor compreensão da crise do capitalismo. **Resistir**, 13 out. 2012. Disponível em: <[http://resistir.info/crise/brotas\\_crise\\_capitalismo.html](http://resistir.info/crise/brotas_crise_capitalismo.html)>. Acesso em: 5 jan. 2015.

BUMS, Val. Elite policy-planning networks in the United States. **Research in Politics and Society**, Greenwich, v. 4, p. 111-134, 1992.

BUSINESS WEEK. **Business' Most Powerful Lobby in Washington**. New York, 1976. p. 60-63.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. **Aurora**, Marília, ano 4, n. 6, p. 1-10, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/1%20CARCANHOLO.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2015.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. **Ensaio**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 264-304, jun. 1999. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/issue/view/105>>. Acesso em: 1 maio 2014.

CASTILLO, Juan J. A la Búsqueda del Trabajo Perdido. *In*: PEREZ-AGOTE, A.; YUCERA, I. **Complejidad y Teoría Social**. Madri: CIS, 1996b. p. 73-95.

\_\_\_\_\_. **Sociología del trabajo**. Madri: CIS, 1996a.

CAUFIELD, Catherine. **Masters of illusion**. New York: Henry Holt, 1996.

CHESNAIS, François. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p.1-44, jan./jun. 2002.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward. **Manufacturing Consent: the political economy of the Mass Media**. Londres: Vintage, 1994.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza**. São Paulo: Moderna, 1999.

\_\_\_\_\_. **The globalization of poverty and the new world order**. 2. ed. Quebec: Global Research, 2003.

CONWAY, M. Margaret. PACs and congressional elections in the 1980s. *In*: CIGLER, A.; LOOMIS, B. (Ed.). **Interest group politics**. Washington, DC: Congressional Quarterly, 1986. p. 70-90.

CORTEN, Rense; DRONKERS, Jaap. School achievement of pupils from the lower strata in public, private government-dependent and private government-independent schools: a cross-national test of the Coleman-Hoffer thesis. **Educational Research and Evaluation**, London, n. 2, p. 179-208, 2006.

CROUCH, Colin. **The strange non-death of neoliberalism**. Cambridge: Polity, 2011.

CUTLER, A. Claire; HAUFLER, Virginia; PORTER, Tony. **Private authority and international affairs**. New York: State University of New York Press, 1999.

DONNAN, Shawn. World Bank chief dogged by staff anger. **Financial Times**. London, 8 oct. 2014. Disponível em: <<http://www.ft.com/intl/cms/s/0/b7b8e8c0-4e75-11e4-bfda-00144feab7de.html?siteedition=intl#axzz3HoyCQ9eP>>. Acesso em: 31 out. 2014.

DUARTE, Newton. As pedagogias do aprender a aprender e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 18, p. 22-34, 2001.

\_\_\_\_\_. O debate contemporâneo das teorias pedagógicas. *In*: MARTINS, L. M.; DUARTE, N. (Org.). **Formação de professores: Limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. v. 1, p. 33-49.

\_\_\_\_\_. **Vigotski e o aprender a aprender**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

DUMENIL, Gerard; LEVY, Dominique. **Capital resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution**. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. **The crisis of neoliberalism**. London: Harvard University Press, 2011.

EDUCATIONAL INTERNATIONAL. **Public Private Partnerships in education**. 2009. Disponível em: <[http://www.boeckler.de/pdf/magmb\\_2010\\_10\\_ppp\\_studie\\_en.pdf](http://www.boeckler.de/pdf/magmb_2010_10_ppp_studie_en.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2014.

FAÉ, Rogério. **Os discursos sobre desenvolvimento como recursos político-estratégicos: o Banco Mundial como organização central no campo discursivo do desenvolvimento**. 2009.



Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

FERTIG, M. **Who's to blame? The determinants of German students' achievement in the PISA 2000 Study**. Local: IZA. 2003. (IZA Discussion Paper Series, n. 739).

FISKE, Edward; LADD, Helen. **When schools compete: a cautionary tale**. Washington, DC: Brookings Institution, 2000.

FOLEY, Duncan K. **Understanding Capital: Marx's Economic Theory**. Massachusetts: Harvard University Press, 1986.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Artenova, 1977.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1984.

GEORGE, Susan; SABELLI, Fabrizio. **Faith and credit: The World Bank's Secular Empire**. Boulder: Westview Press, 1994.

GILLISON, Douglas. **Blind to Problems, World Bank Invested in Honduran Bank, Audit Says: 100 reporters**. Washington DC, 12 jun. 2014. Disponível em: <<http://100r.org/2014/08/blind-to-problems-world-bank-invested-in-honduran-bank-audit-says>>. Acesso em: 31 out. 2014.

GINDIN, Sam; PANITCH, Leo. **The making of global capitalism: the political economy of American Empire**. London: Verso, 2012.

GOMES, Valdemarin Coelho. **Formação de professores no contexto da crise estrutural do capital**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

GONZALEZ, Juan; GOODMAN, Amy. Stiglitz aposta no Banco dos BRICS. **Carta Capital**, 23 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/stiglitz-aposta-no-banco-dos-brics-2303.html>>. Acesso em: 28 ago. 2014.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a. v. 2.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b. v. 4.

GUTIERREZ, Gustavo Luis. A autogestão de empresas no leste europeu: Iugoslávia e Bulgária. **Perspectivas - Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, p. 57-68, 1997.

HANUSHEK, Eric; WOESSMANN; Ludger. **Education quality and economic growth**. Washington, DC: World Bank, 2007.

\_\_\_\_\_. **The economics of international differences in educational achievement**. Bonn: Institute for the Study of Labor, 2010. Disponível em: <<http://ftp.iza.org/dp4925.pdf>>. Acesso em: 1 Jun. 2014.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HEYNEMAN, Stephen. The history and problems in the making of education policy at the World Bank 1960-2000. **International Journal of Educational Development**, Nashville, n. 23, p. 315-337, 2003.

HIATT, Steven. **A game as old as empire**: the secret world of economic hit men and the web of global corruption. San Francisco: Berrett-Koehler Publishers, 2007.

HICKLING-HUDSON, Anne; KLEES, Steen J. Alternatives to the World Bank's strategies for education and development. *In*: KLEES, S. J.; SAMOFF, J.; STROMQUIST, N. P. (Ed.). **The World Bank and Education**: critiques and alternatives. Rotterdam: Sense, 2012. p. 209-225.

HOLZ, Hans Heinz; KOFLER, Leo; ABENDROTH, Wolfgang. **Conversaciones con Lukács**. Madri: Alianza Editorial, 1971.

INDEPENDENT EVALUATION GROUP. **World Bank Group Support to Public-Private Partnerships**: lessons from experience in client countries. Washington, DC: World Bank Group, 2014.

KAMAT, Sangeeta. The poverty of Theory. The World Bank's Systems Approach to Education Policy. *In*: KLEES, S. J.; SAMOFF, J.; STROMQUIST, N. P. (Ed.). **The World Bank and Education**: critiques and alternatives. Rotterdam: Sense, 2012. p. 33-47.

KING, Kenneth; PALMER, Robert. **Skills development and poverty reduction**: a state of the art review. Turin: European Training Forum, 2007.

KLEES, S. J. Book review-School choice international: exploring public-private partnerships. **Globalisation, Societies and Education**, London, v. 8, n. 1, p. 159-163, 2010.

KLEES, S. J.; SAMOFF, J.; STROMQUIST, N. P. (Ed.). **The World Bank and Education**: critiques and alternatives. Rotterdam: Sense, 2012.

KLEIN, Naomi. **The shock doctrine**: the rise of disaster capitalism. New York: Picador, 2007.

KUZNETS, Simon. Economic growth and income inequality. **American Economic Review**, Pittsburgh, v. 45, 1-28, 1955.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para "alívio" da pobreza. 1998. São Paulo, Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

LICHTENSZTEJN, Samuel; BAER, Mônica. **O FMI e o Banco Mundial**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Reforma da Educação Superior nos anos de contra-revolução neoliberal**: de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

LIMA, Kátia Regina Rodrigues; FERREIRA, Emmanoel Lima. PROUNI, REUNI e ENEM: peças do mosaico da contrarreforma da educação superior do governo Lula da Silva. *In*: MENEZES, Ana Maria D. de *et al.* (Org.). **Trabalho, Educação, Estado e a Crítica Marxista**. 3. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 351-364.

LIMOEIRO CARDOSO, Miriam. **Ideologia do desenvolvimento**: Brasil JQ-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

MANDEL, Ernest. A Teoria do Valor-Trabalho e o capitalismo monopolista. **Revue Quatrième Internationale**, Paris, année 25, n. 32, nov./déc. 1967. Tradução para o português da Galiza: José André Lôpez Gonçâlez. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/mandel/1967/12/teoria.htm>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: livro 1, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: livro 1, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: livro 2, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

\_\_\_\_\_. **O Capital**: livro 3, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: livro 3, vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política**: salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas).

McEWAN, Patrick; CARNOY, Mark. The effectiveness and efficiency of private schools in Chile's voucher system. **Educational Evaluation and Policy Analysis**, Washington, DC, v. 22, n. 3, p. 213-239, 2000.

MELLO, Hivy Damásio Araújo. **O Banco Mundial e a Educação no Brasil**: convergências em torno de uma agenda global. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

MESZAROS, Istvan. **A crise estrutural do capital**. Outubro-Revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, n. 4, p. 07-15, 2000.

\_\_\_\_\_. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011a.

\_\_\_\_\_. Prefácio. *In*: ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 4.

MILLER, David; DINAN, William. **A century of Spin**: how public relations became the cutting edge of corporate power. London: Pluto Books, 2008.

MINTO, Lalo Watanabe. **Navegando na historia da educação brasileira**. Campinas, 2006. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario.html>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

MUNDY, Karen; MENASHY, Francine. **The World Bank and the Private Provision of K-12 Education**: history, policies and practices. New York, 2012b. (Privatisation in Education Research Initiative Species Series, n. 40). Disponível em: <<http://www.periglobal.org/globalisation/document/document-world-bank-and-private-provision-k-12-education>>. Acesso em: 10 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Organizational hypocrisies**: the case of the World Bank and the private provision of schooling. Bremen: University of Bremen, 2012a. (Welfare Societies Working Paper, n. 4). Disponível em: <[http://welfare-societies.com/uploads/file/WelfareSocietiesWorkingPaper-No4\\_Mundy.pdf](http://welfare-societies.com/uploads/file/WelfareSocietiesWorkingPaper-No4_Mundy.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2014.

NEIDENBERG, Milt. **What can be learned from PATCO strike?** New York: Workers World, 14 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.workers.org/2006/us/patco-0817/>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **Direita para o social e esquerda para o capital**. Xamã: São Paulo, 2010.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **School factors related to quality and Equity**: results from PISA 2000. Paris: OECD, 2005.

PARANHOS, Michelle. Organismos Internacionais e a Política de Educação Profissional Brasileira. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA, 4., 2009, Rio de Janeiro. **Anais do Seminário de Pesquisa**: a crise da sociabilidade do capital e a produção do conhecimento. Rio de Janeiro, 2013.

PATRINOS, Harry Anthony; OSORIO, Felipe Barrera; GUÁQUETA, Juliana. **The role and impact of public-private partnerships in education**. Washington DC: World Bank Publications, 2009.

PAYER, Cheryl. **The World Bank**: a critical analysis. New York: Monthly Review, 1982.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A "autorreforma" do Banco Mundial durante a gestão Wolfensohn (1995-2005): iniciativas, direção e limites. **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF**, Niterói, v. 31, p. 177-206, 2011.

\_\_\_\_\_. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a.

\_\_\_\_\_. O Banco Mundial e a construção político-intelectual do combate à pobreza. **Topoi – Revista de História**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 260-282, jul./dez. 2010.

PRADO, Eleuterio. **Capital financeiro e capitalismo contemporâneo: qual a relação?** São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2010/07/baixar-posicao-2.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2014.

PSACHAROPOULOS, George. World Bank policy on education: a personal account. **International Journal of Educational Development**, Oxford, v. 26, n. 3, p. 329-338, 2006.

QUEZADA-HOFFLINGER, Alvaro. School choice and equity: the impact of voucher schools on educational inequality in the Chilean case. 28. In: ANNUAL STUDENT CONFERENCE, 2008, Austin. **Annals of...** Austin, 2008. p. 89-111.

RAITANO, Michelle; VONA, Francesco. School heterogeneity, parental background and tracking: Evidence from PISA 2006. In: 31st General Conference of the International Association for Research in Income and Wealth, 31., 2010, St. Gallen. **Annals of...** St. Gallen, Switzerland, 2010. p. 72-99.

RAMMÊ, Rogério Santos. Justiça ambiental na era do hiperconsumo: um desafio para o estado socioambiental de direito. **Revista Paradigma**, Ribeirão Preto, n. 19, 2010. Disponível em <<http://www9.unaerp.br/revistas/index.php/paradigma/article/view/63/76>>. Acesso em: 30 Out 2014.

REAY, Diane. Exclusivity, exclusion, and social class in urban education markets in the United Kingdom. **Urban Education**, Buffalo, v. 39, n. 5, p. 537-560, 2004.

RIEP, Curtis. Omega Schools Franchise in Ghana: 'affordable' private education for the poor or for-profitteering? In: MACPHERSON, I.; ROBERTSON, S.; WALFORD, G. (Ed.). **Education, privatisation and social justice-case studies from Africa, South Asia and South East Ásia**. Oxford: Symposium Books, 2014.

RIPA, André. A Cepal e a redução da pobreza no governo FHC. **Correio da Cidadania**, São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/antigo/ed143/economia2.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2014.

ROBERTSON, Susan L. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 283-302 ago. 2012.

RODRÍGUES, James. Um velório para Manuel, 32 anos depois do massacre que o matou. **Vice**, New York, 2014. Disponível em: <[http://www.vice.com/pt\\_br/read/um-velorio-para-manuel-32-anos-depois-do-massacre-que-o-matou](http://www.vice.com/pt_br/read/um-velorio-para-manuel-32-anos-depois-do-massacre-que-o-matou)>. Acesso em: 8 nov, 2014.

ROSTOW, Walt Whitman. **The stages of economic growth: a Non-Communist Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

ROUSE, Cecilia; BARROW, Lisa. School vouchers and student achievement: recent evidence and remaining questions. **Annual Review of Economics**, Stanford v. 1, n. 1, p. 17-42, 2009.

SADER, Emir. Governo Lula: uma "terceira via" cada vez mais contestada. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, jan. 2005. Disponível em: <<https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ac&id=1190>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Una introduccion a la economia politica**. México: Ediciones Era, 1976.

SALTMAN, Kenneth. **The gift of education: public education and venture philanthropy**. New York: Palgrave, 2010.

SAMOFF, Joel. More of the same will not do. Learning without Learning in the World Bank's 2020 Education Strategy. In: KLEES, S. J.; SAMOFF, J.; STROMQUIST, N. P. (Ed.). **The World Bank and Education: critiques and alternatives**. Rotterdam: Sense, 2012. p. 109–121.

SIEBEL, Luis. França, maio de 1968: a promessa da revolução. **Palavra Operária**, Especial 1968, maio 2008. Disponível em: <<http://www.ler-qi.org/Franca-maio-de-1968-a-promessa-da-revolucao>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

SIQUEIRA, Angela C. de. The 2020 World Bank education strategy: nothing new, or the same old gospel. In: KLEES, S. J.; SAMOFF, J.; STROMQUIST, N. P. (Ed.). **The World Bank and education: critiques and alternatives**. Rotterdam: Sense, 2012. p. 69-81.

SOARES, Maria Clara. Banco Mundial: políticas e reformas. In: TOMMASI, L. De; WARDE, J. M.; HADDAD, S. (Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa/PUC-SP, 1996. p. 125-194.

STEINER-KHAMSI, Gita. For All by All? The World Bank's Global Framework for Education. In: KLEES, S. J.; SAMOFF, J.; STROMQUIST, N.P. (Ed.). **The World Bank and Education: critiques and alternatives**. Rotterdam: Sense, 2012. p. 3-20.

STONE, Diane L; WRIGHT, Christopher. **The World Bank and governance: a decade of reform and reaction**. New York: Routledge, 2006.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. Overcoming inequality: why governance matters. **Global Monitoring Report**, Paris, 2009.

VERGER, Antoni; BONAL, Xavier. La estrategia educativa 2020 o las limitaciones del Banco Mundial para promover el aprendizaje para todos. **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 32, p. 911-932. 2011.

VITALI, Stefania; GLATTFELDER, James B.; BATTISTON, Stefano. The Network of Global Corporate Control. **Plos One**, San Francisco, 26 out. 2011. Disponível em: <<http://www.plosone.org/article/info%3Adoi%2F10.1371%2Fjournal.pone.0025995>>. Acesso em: 3 maio 2014.

WASLANDER, Sietske; PATER, Cissy; VAN DER WEIDE, Maartje. **Markets in education: an analytical review of empirical research on market mechanisms in education.** Paris, 2010. (OCDE Education Working Paper, n. 52).

WILLIAMSON, John. What Washington means by policy reform. *In*: WILLIAMSON, John (Ed.). **Latin American Readjustment: how much has happened.** Washington, DC: Institute for International Economics, 1990. p. 7-20.

WOESSMANN, Ludger. **Public-private partnership and schooling outcomes across countries.** Munich, 2007. (CESifo Working Paper Series 1662). Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=889519>>. Acesso em: 12 out. 2014.

WOOD, Ellen Meiksins. Modernity, postmodernity, or capitalism? **Monthly Review**, New York, n. 48, v. 3, p. 21, Jul./Aug. 1996.

WORLD BANK. **Proposed Bank/IDA policies in the field of education.** Washington, DC, 1963.

\_\_\_\_\_. **Education sector strategy.** Washington, DC, 1999.

WORLD BANK. **Education sector strategy update.** Washington, DC, 2005.

\_\_\_\_\_. **Education sector working paper.** Washington, DC, 1971.

\_\_\_\_\_. **Education sector working paper.** Washington, DC, 1974.

\_\_\_\_\_. **Education sector policy paper.** Washington, DC, 1980.

\_\_\_\_\_. **Higher education: the lessons of experience.** Washington, DC, 1994.

\_\_\_\_\_. Learning for all: investing in people's knowledge and skills to promote development. *In*: WORLD BANK. **Education sector strategy 2020.** Washington, DC, 2011.

\_\_\_\_\_. Organizational information and lending data appendixes. *In*: \_\_\_\_\_. **Annual Report.** Washington, DC, 2014.

\_\_\_\_\_. **Previous Education Strategies.** 2010. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTEDUCATION/0,,contentMDK:20262538~menuPK:282402~pagePK:210058~piPK:210062~theSitePK:282386,00.html>>. Acesso em 20/09/2014.

\_\_\_\_\_. **Primary education: a World Bank policy paper.** Washington, DC, 1990.

\_\_\_\_\_. **Priorities and strategies for education: a World Bank review.** Washington, DC, 1995.